

Introdução

Entende-se por cidade média aquela que tem dimensão intermédia ao nível da área e do número de habitantes. São consideradas cidades médias as que possuem entre 20 mil e 500 mil habitantes, como é o caso da cidade de Pemba, aproximadamente com 140 mil habitantes. As cidades médias têm características próprias inerentes à sua dimensão intermédia entre os pequenos e os grandes aglomerados e às suas tradições socioculturais intrínsecas.

As cidades médias moçambicanas são quase todas de origem colonial e matriz europeia, tendo-se expandido depois da declaração da independência, em 1975, com inclusão da periferia na entidade administrativa. Com a sua densificação e crescimento acelerado e descontrolado e com o aumento da segregação e fragmentação os seus problemas acentuaram-se. É necessária uma metodologia de intervenção apta para ordenar, integrar e qualificar os diferentes espaços, tendo em conta as especificidades de cada zona. Torna-se urgente preparar as cidades médias com a informação e os instrumentos apropriados para os planeadores do território planearem de forma integrada e participada e os decisores públicos decidirem de forma concertada.

O actual sistema de planeamento moçambicano, procede do sistema de planeamento português. A Política de Ordenamento do Território de 2007, que conduz o ordenamento territorial do país, inspira-se na Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo português de 1998. Não existem planos específicos para as cidades médias, mas nos últimos anos, desde o processo de descentralização e municipalização que iniciou na década noventa do século XX, têm sido realizados vários planos para cidades médias em Moçambique, à escala da cidade ou de partes da cidade (planos estratégico e de estrutura, planos de urbanização e planos de pormenor).

As autarquias foram criadas em 1998 com o objectivo de descentralizar o poder, consolidar a democracia, promover o desenvolvimento local e organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios das suas comunidades, num país que passara por uma violenta guerra civil de catorze anos. Segundo a lei, compete ao Estado e às autarquias locais, a promoção, orientação, coordenação e monitorização do ordenamento do território e cabe a estas últimas o estabelecimento dos programas, planos, projectos e o regime de uso do solo urbano.

Em Moçambique, com a independência a terra passou a pertencer ao Estado. O direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT), constitui-se sobre a superfície do terreno delimitado e o espaço aéreo correspondente. A Lei de Terra de 1997, reafirmou os direitos dos residentes, concedendo a qualquer cidadão que tenha ocupado um pedaço próprio de terra durante dez anos o direito de continuar a ocupá-lo. Este direito, de ocupação de boa-fé, tem vindo a ser reconhecido legalmente através da emissão de títulos permanentes de uso e aproveitamento de terra, embora este processo de concessão sofra vários problemas (falta de recursos técnicos e financeiros, burocracia, conflitos de interesse).

O objecto de estudo deste trabalho são os instrumentos de planeamento para as cidades médias em Moçambique. Para reflectir sobre o desordenamento do espaço urbano das cidades médias moçambicanas e sobre os instrumentos para o seu

ordenamento e qualificação, toma-se como caso concreto a cidade de Pemba e o Bairro de Paquitequete.

São objectivos deste trabalho:

- Conhecer os instrumentos de planeamento de cidades médias em Moçambique, identificando princípios, estratégias e práticas das administrações públicas, ao nível do poder local, e perceber a sua eficácia na gestão do território tendo em conta o quadro legislativo em vigor.
- Conhecer formas de intervir mais apropriadas à qualificação das zonas suburbanas de cidades médias.
- Caracterizar e analisar as dinâmicas populacionais e territoriais da cidade de Pemba, reconhecendo os factores subjacentes ao crescimento dos bairros e à sua degradação ambiental, identificando as políticas e instrumentos de planeamento e gestão da cidade, seus principais actores, sua implementação e seu impacto no ordenamento urbano e na melhoria da qualidade de vida dos habitantes.
- A partir de um diagnóstico um bairro suburbano da cidade de Pemba, o bairro de Paquitequete, elaborar um Plano de acção e um Plano urbano para o mesmo visando a sua qualificação, explicitando a metodologia utilizada como base para intervenções em bairros similares.

As questões que orientam este trabalho são:

- Quais são as implicações reais do crescimento acelerado das cidades médias? Constitui um obstáculo ou podem ser um factor de desenvolvimento?
- Que instrumentos e metodologia utilizar para um bom ordenamento de uma cidade média moçambicana?
- Qual o nível possível de qualificação de um bairro suburbano de uma cidade média em Moçambique com vista a um desenvolvimento sustentável que tome em conta os seus residentes e o ambiente?

O desenvolvimento do trabalho tomará como base os princípios, teorias e práticas aprendidos na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa no curso de Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial, e atenderá quer aos critérios de projecto e desenho quer ao processo de planeamento, às práticas dos atores e às respectivas acções que intervêm na produção, transformação e requalificação do espaço urbano em Moçambique. As reflexões serão enquadradas na actual política de ordenamento do território em Moçambique com base na Lei de 2007 e subsequente.

Para o desenvolvimento do trabalho foi recolhida e analisada a informação a que foi possível aceder. Numa primeira fase foi feita a recolha bibliográfica sobre o tema e a recolha de documentação e cartografia sobre a cidade de Pemba e o bairro de Paquitequete. Na segunda fase foi realizado o trabalho de campo com a viagem a Moçambique em Março de 2012, visitas às instituições ligadas ao território quer em Maputo quer na cidade de Pemba, recolha e análise documental. Em Pemba foi feita a observação directa do caso de estudo e foram feitas entrevistas à população, ao presidente do município de Pemba, aos vereadores e ao Director dos serviços urbanos do Conselho Municipal da Cidade de Pemba. A terceira fase consistiu na análise e

sistematização da informação sobre as cidades médias em Moçambique necessária ao diagnóstico da cidade de Pemba e do bairro de Paquitequete, que se escolheu para elaboração de proposta de qualificação. Esta fase integrou uma entrevista realizada à Arquitecta Liana Battino. A quarta e última fase consistiu na concretização da estratégia de intervenção e elaboração de um Plano para o bairro.

Este relatório está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda o planeamento e as autarquias em Moçambique, a legislação e o seu enquadramento. O segundo capítulo incide sobre as cidades médias em Moçambique, focando sobre as experiências e práticas do ordenamento nas cidades moçambicanas. O terceiro capítulo trata da cidade de Pemba caracterizando-a do ponto de vista urbanístico e dos instrumentos de planeamento. O quarto e último capítulo debruça-se sobre a caracterização do bairro de Paquitequete, como base para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção visando a sua qualificação sustentada.

1. PLANEAMENTO E AUTARQUIAS EM MOÇAMBIQUE

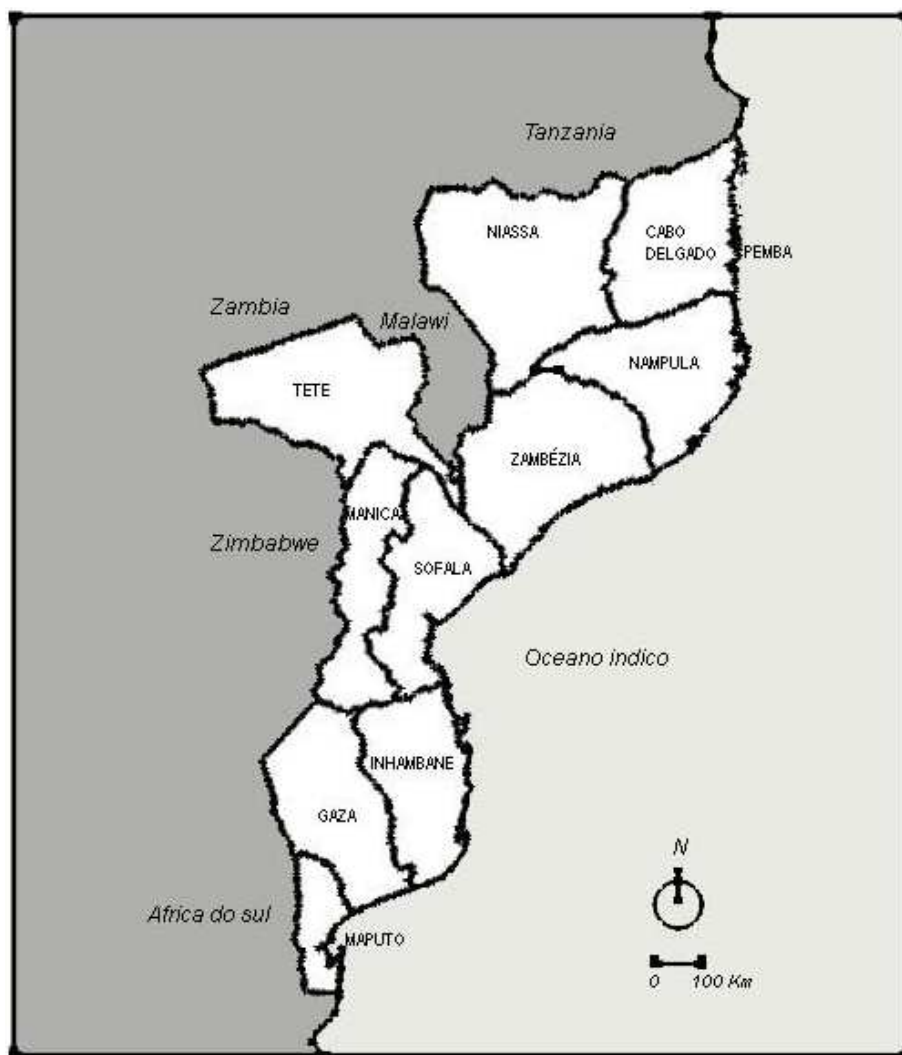


Figura 1: Mapa de localização de Moçambique (Fonte: autor)

1.1 Enquadramento geral

Moçambique está situado na costa sudeste de África. É possuidor de um belo litoral, com 2.470 quilómetros de extensão, diversidade de recursos naturais e tradição cultural rica. Tem aproximadamente 20 milhões de habitantes e a maioria vive em cidades ao longo do litoral. A densidade da população é de 24 pessoas por quilómetro quadrado e a população urbana é estimada em 36%, com o crescimento anual de 3,2 a 5 %¹. O país é limitado a norte pela república da Tanzânia, a sul pela república da África do sul, a leste pelas repúblicas da África do sul, Suazilândia, Zâmbia e Malawi e a este pelo oceano Índico.

¹ UN-HABITAT, 2007, relatório sobre o *Perfil do Sector Urbano em Moçambique*, programa das nações unidas para assentamentos humanos, Maputo

Enquadramento institucional do planeamento em Moçambique

Moçambique tem trinta e sete anos de independência e vinte de multipartidarismo, democracia e institucionalização da municipalização e dos mecanismos do planeamento urbano e territorial. Presentemente o processo de planeamento está subordinado ao Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), mas nos primeiros anos de independência, esteve integrado primeiro no Ministério das Obras Públicas e Habitação depois no Ministério de Plano e Finanças.

O Gabinete de Habitação e Urbanização de Lourenço Marques deu origem com a independência ao Ministério das Obras Públicas e Habitação tendo sido criada a Direcção Nacional de Habitação (DNH), organismo que ficou responsável pela organização física e administrativa das Cidades em Moçambique. A Direcção Nacional de Habitação (DNH), foi transformada em 1983 em Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF) e em 1984 em Secretaria de Estado de Planeamento Físico, sendo posteriormente em 2000, convertida em Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT), já no quadro do MICOA.

A DNH/INPF, foi encarregue de preparar os planos para as cidades moçambicanas, de acordo com a primeira Lei de Terras (lei 6/1979). Em 1986, Moçambique tinha oficialmente 93 centros urbanos, dos quais 23 eram cidades e 68 eram vilas. Com a municipalização, em 1998, todas as cidades e 10 vilas passaram a municípios, ou seja, todo o seu território passou a ser considerado de solo urbano. A necessidade do seu ordenamento acentuou-se mas só veio a ser regulamentado e amplamente difundido em 2007 com a Lei de Ordenamento do Território (Lei nº 19/2007 de 18 de Julho).

A DNH/INFP/DINAPOT, implementou desde 1978 uma política de formação de quadros técnicos de vários níveis no âmbito do planeamento territorial. Todavia a maior dificuldade do processo de planeamento urbano em Moçambique, continua a ser a captação de recursos humanos habilitados, bem como de recursos materiais, principalmente para os órgãos de governação locais que lidam com o espaço urbano mais próximo das comunidades, ou seja as autarquias e os distritos².

População e habitação em Moçambique

Em 1980, Moçambique tinha uma população de 11.673.725 habitantes em que 13,2% era urbana e 86,8% era rural. Em 1997 a população sobe para 16.075. 708 habitantes³. Segundo o recenseamento geral da população e habitação (II-RGPH⁴) realizado entre 1 a 15 de agosto de 1997, 29% era considerada população urbana e 71% era população rural. Estes dados indicam uma subida da população urbana na ordem 16%⁵ em menos de 20 anos, desde o anterior censo de 1980. O último censo de 2007 veio mostrar um aumento da população total do país de 25%, desde 1997, para 20.226.296 habitantes, mas observando-se uma estabilidade na relação urbana/rural. (29,8% urbana e 70,2% rural contra 29% e 75% em 1997)⁶.

² BATTINO Liana, 2002. *Termos de referência para a preparação de planos de urbanização para o município do Monapo CM Monapo/GTZ.*

³ Censo de 1997 (INE), disponível online em: http://196.22.54.18/censo2007/c8097/censos_dir/recenseamento_geral (acesso em 12 de Setembro de 2012).

⁴ IIRPGPH, disponível online em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/links/institui/> (acesso em 12 de Setembro de 2012)

⁵ De acordo com o INE, a população urbana em 1997 era de aproximadamente 4.668.781 habitantes.

⁶ Esta estabilidade na relação urbana/ rural da população pode ser explicada pelo facto de ter havido diferenças na definição de áreas urbanas de um censo para o outro. De facto a população urbana tem vindo a aumentar na proporção de 3,2 a 5 % como dizem os relatórios das organizações internacionais (ver página 4).

No conjunto do país, quer nas áreas urbanas como nas áreas rurais, cerca de 99,7% da população moçambicana, vive em habitações particulares⁷ e apenas 0,3% da população mora em habitações colectivas⁸. A maioria das habitações são palhotas (cerca 85.8%), 8.9% são moradias e 1.2% são apartamentos.

Nas áreas urbanas, as moradias são mais comuns que nas rurais (27.5% contra 2.6%) mas a palhota é também o tipo de habitação predominante nas primeiras (61.8%), o que sugere que as cidades em Moçambique têm algumas características de ruralidade. Entretanto, quase a totalidade dos agregados familiares, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, vivem em habitações próprias (não são alugadas) (91.7%).

Os materiais de construção predominantes nas paredes, pavimento e tecto das habitações em Moçambique são naturais: 87,1% das habitações têm paredes de paus maticados, caniço, etc. ou de bloco de adobe; 68,0% têm pavimento com terra batida; e 81,8% têm tecto de material vegetal como, capim, colmo ou palmeira.

O uso de materiais convencionais ou industriais é mais frequente nas áreas urbanas do que nas rurais, dado que nas primeiras, as habitações de carácter formal são mais frequentes, ainda que não sejam predominantes. Apenas 0,5% das habitações não urbanas tem electricidade e 76,7% não tem nenhum serviço sanitário (retrete ou latrina). Apenas um quinto das habitações rurais possuem rádio.

Ainda que superior nas áreas urbanas do País, o acesso a serviços básicos é também limitado. Assim, por exemplo, apenas 18,6% das habitações tem electricidade, 9,0% tem água canalizada dentro da casa e 8,0 % tem retrete com autoclismo⁹.

Esta situação geral é comum nas cidades moçambicanas. As zonas suburbanas moçambicanas têm níveis de serviços e infra-estruturas muito mais elevados que as zonas rurais, embora insuficientes (Battino, entrevista Setembro 2012).

1.2 Sistema de planeamento em Moçambique: olhar cruzado com Portugal

O presente capítulo, faz uma breve reflexão sobre a situação do planeamento em Moçambique, tentando perceber o funcionamento dos instrumentos de gestão territorial em vigor no país, através de uma directa comparação entre as principais leis e decretos que incidem sobre o ordenamento do território em Moçambique e em Portugal. As leis serão em parte transcritas para facilitar uma leitura comparativa e uma análise do enquadramento geopolítico e da dimensão física e territorial.

Os sistemas de planeamento

O sistema de planeamento Moçambicano, emana do sistema de planeamento Português.

⁷ Em Moçambique chama-se habitações particulares às habitações unifamiliares

⁸ Entende-se por habitação colectiva ou habitação multifamiliar, a (s) área (s) de imóvel (is) subdividida (s) para utilização por diversas famílias (...). Disponível online em: http://www.riogrande.com.br/rio_grande_do_sul_o_que_e_habitacao_coletiva-011378.html (acesso em 12 de Setembro de 2012)

Em Portugal é a Assembleia da República quem aprova a legislação que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo¹⁰. A Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo (lei nº 48/98, de 11 de agosto de 1998) é o instrumento jurídico principal que orienta o planeamento em Portugal. Estabelecendo as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo:

“... Integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos...”.

Em Moçambique é o conselho de ministros no programa quinquenal do governo quem estabelece a política de ordenamento do território¹¹. A Política de Ordenamento do Território (resolução nº18/2007 de 30 de Maio) conduz o ordenamento territorial através de:

“... um conjunto de directivas que permitem ao governo por processo de concertação, integração e participação a todos os níveis, definir os objectivos gerais a que devem obedecer os instrumentos de ordenamento territorial, para alcançar uma melhor distribuição das actividades humanas no território, a preservação de zonas de reservas naturais e de estatuto especial e assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento humano e o cumprimento dos tratados e acordos internacionais, no âmbito territorial. A política de ordenamento do território, considera o conhecimento da realidade física, geográfica, social, económica e cultural do país, em todos os seus aspectos, como base segura e objectiva, para definir as linhas mestras da actividade do ordenamento do território...”.

Em Portugal, estabelecidas as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, na lei nº 48/98, procede-se ao seu desenvolvimento através da publicação do Decreto-Lei n.º 380/99:

“...onde se define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial...”¹².

Em Moçambique, a Lei de Ordenamento do Território¹³:

“...elabora, em conformidade com os princípios e objectivos gerais e específicos, o enquadramento jurídico da Política de Ordenamento do Território, e define no seu artigo 3º referente aos âmbitos, a aplicação a todo território nacional, regulando as relações entre os diversos níveis da administração pública, das relações desta com os sujeitos públicos e privados, representantes dos diferentes interesses económicos, sociais e culturais, incluindo as comunidades locais, para que se alcancem, como objectivos essenciais, o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a promoção da coesão nacional, a valorização dos diversos potenciais de cada região, a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, o equilíbrio entre a qualidade de vida nas zonas rurais e nas zonas urbanas, o melhoramento das condições de habitação, das infra-estruturas e dos sistemas urbanos, a segurança das populações vulneráveis a calamidades naturais ou provocadas...”¹⁴.

¹⁰ Lei nº 48/98 de 11 de agosto

¹¹ Lei de ordenamento do território, lei nº 19/2007 de 18 de Julho

¹² Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de 9 de 1999

¹³ Lei nº 19/2007 de 18 de Julho

¹⁴ Ibidem

No artigo 2º da lei 380/99 o sistema de planeamento Português é definido em três âmbitos:

1. Âmbito nacional - materializado pelos seguintes instrumentos: "...Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia; pelos Planos Sectoriais com Incidência Territorial (PS) que são instrumentos de programação ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território; e pelos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), que são instrumentos de natureza regulamentar elaborados pela administração central e compreende os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP), os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) e os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)"¹⁵.
2. Âmbito regional é realizado através dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) que definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território"¹⁶.
3. Âmbito municipal é executado pelos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) e pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), compreendendo os Planos Directores Municipais (PDM), Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP). A elaboração dos PNPOT, PS e PE compete ao governo, dos PROT, compete à comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), dos PIOT compete as associações de municípios e a elaboração dos PMOT compete as Câmaras Municipais."¹⁷.

Em Moçambique o sistema de gestão territorial é definido em 4 âmbitos (artigo 8, Lei nº19/2007):

1. A nível nacional o Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT), com correspondência ao PNPOT, "...define e estabelece as perspectivas e as directrizes gerais que devem orientar o uso de todo o território nacional e as prioridades das intervenções à escala nacional e os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), que estabelecem os parâmetros e as condições de uso de zonas com continuidade espacial, ecológica ou económica de âmbito interprovincial..."
2. A nível provincial os Planos Provinciais de Desenvolvimento Territorial (PPDT), de âmbito provincial e interprovincial (PIDT), que "...estabelecem a estrutura de organização espacial do território de uma ou mais províncias e definem as orientações, medidas e as acções necessárias ao desenvolvimento territorial assim como os princípios e critérios específicos para a ocupação e utilização do solo nas diferentes áreas, de acordo com as estratégias, normas e directrizes estabelecidas ao nível nacional..."

Existe uma correspondência entre o PPDT e o PROT, mas a legislação moçambicana, introduz já a este nível os planos interprovinciais e considera

¹⁵ Lei nº 19/2007 de 18 de Julho

¹⁶ Ibidem

¹⁷ Ibidem

ainda um 3º nível, o dos planos distritais, dada a maior dimensão do território moçambicano em relação a Portugal.

3. A nível distrital, os Planos Distritais de Uso da Terra (PD), de âmbito distrital e interdistrital, que estabelecem a estrutura da organização espacial do território de um ou mais distritos, com base na identificação de áreas para os usos preferenciais e definem as normas e regras a observar na ocupação e uso do solo e a utilização dos seus recursos naturais.
4. A nível autárquico há a considerar: "...os Planos de Estrutura Urbana (PE) que estabelece a organização espacial da totalidade do território do município ou povoação, os parâmetros e as normas para a sua utilização, tendo em conta a ocupação actual, as infra-estruturas e os equipamentos sociais existentes e a implantar e a sua integração na estrutura espacial regional; os Planos Gerais de Urbanização (PGU) e Planos Parciais de Urbanização (PPU) que determinam a estrutura e qualifica o solo urbano, tendo em consideração o equilíbrio entre os diversos usos e funções urbanas, definem as redes de transporte, comunicações, energia e saneamento, os equipamentos sociais, com especial atenção às zonas de ocupação espontânea como base sócio espacial para a elaboração do plano; os Planos de Pormenor (PP), definem com pormenor a tipologia de ocupação de qualquer área específica do centro urbano, estabelecendo a concepção do espaço urbano dispondo sobre usos do solo e condições gerais de edificações, o traçado das vias de circulação, as características das redes de infra-estruturas e serviços, quer para novas áreas ou para áreas existentes caracterizando as fachadas dos edifícios e arranjos dos espaços livres..."¹⁸.

Ainda em Moçambique, o Decreto nº 23/2008. Regulamento da Lei de Planeamento Territorial, no seu *Artigo 7, Hierarquização e complementaridade*, estabelece a hierarquização dos planos, e institui a obrigatoriedade da elaboração de planos de nível Distrital e Autárquico e no *Artigo 8, Prazos para início elaboração e conclusão dos instrumentos de ordenamento territorial*, estabelece um prazo de dois anos para o início da elaboração dos planos e também prevê que os planos:

"...serão iniciados, elaborados e concluídos à medida que forem reunidas as condições técnicas, científicas, humanas, económicas e sociais necessárias."¹⁹

A nível nacional os planos são elaborados pelo Conselho de Ministros, a nível provincial são elaborados por iniciativa do Governo Provincial, a nível distrital são elaborados por iniciativa do Governo Distrital e a nível autárquico são elaborados pelos técnicos municipais, ou instituições externas, mas mandatados e aprovados pelas assembleias municipais, sob proposta da administração e do presidente do município.

As figuras de planos previstos na Lei 19/2007, marcam uma diferença significativa com o que se vinha praticando até a data, onde apenas se executavam dois níveis de planos, "Plano de Estrutura" e "Plano parcial". Todavia, mesmo para esses dois níveis de planos, faltavam recursos humanos e financeiros para a sua elaboração, a todos os níveis, tanto central como local. A introdução de novos níveis de planeamento, como refere Battino (2012), vai requerer um esforço maior de capacitação e mais recursos materiais²⁰.

¹⁸ Decreto nº 23/2008 de 1 de Julho

¹⁹ Entrevista a Arquitecta Liana Battino em Setembro de 2012

²⁰ Ibidem

Portugal	Moçambique
Nacional: -Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) -Planos Sectoriais com Incidência Territorial (PS) -Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) -Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP) -Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) -Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)	Nacional: -Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT) -Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)
Regional: -Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)	Provincial: -Planos Provinciais de Desenvolvimento Territorial (PPDT) -Planos Interprovincial de Desenvolvimento Territorial (PIDT) Distrital: -Planos Distritais de Uso da Terra (PD)
Municipal: -Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) -Planos Directores Municipais (PDM) -Planos de Urbanização (PU) -Planos de Pormenor (PP)	Autárquico: -Planos de Estrutura Urbana (PE) -Planos Gerais de Urbanização (PGU) -Planos Parciais de Urbanização (PPU) -Planos de Pormenor (PP)

Tabela 1: Quadro comparativo dos sistemas de planeamentos Português e Moçambicano (Fonte: autor)



Figuras 2 e 3: Mapas das divisões administrativas de Portugal continental e de Moçambique (Fonte: autor)

Em Portugal as divisões administrativas são definidas hierarquicamente em três níveis: distritos, municípios e freguesias. Um conjunto de freguesias constitui um município e um conjunto de municípios ou concelhos constitui um distrito. Existem 18 distritos, 278 municípios e 4047 freguesias na região continental. Nas Ilhas existem 30 municípios e 205 freguesias. Para o distrito é nomeado um governador pelo poder central e para os municípios e freguesia, tratando-se do poder local o processo é por via eleitoral. Após a adesão à União Europeia, Portugal adoptou uma nova divisão territorial, usada sobretudo para efeitos estatísticos, as NUT (Nomenclatura das Unidades Territoriais). Nota-se que a partir de Setembro de 2011 foram extintos os cargos de governadores civis e transferidas as suas competências para outros serviços do Estado e está em curso um programa de redução do número de freguesias.

Em Moçambique as divisões administrativas são subdivididas hierarquicamente em províncias, distritos, postos administrativos e localidades, sendo que um conjunto de localidades, representam um posto administrativo e um conjunto destes perfaz um distrito, um conjunto de distritos perfaz uma Província, sendo o país constituído por 10 províncias, 128 distritos e 405 postos administrativos. Os 43 municípios podem estar inseridos dentro de um posto administrativo como é o caso do município de Pemba, agregar vários postos administrativos como é o caso do município de Maputo ou pertencer aos limites de um distrito como é o caso de Milange. Para as províncias, distritos, postos administrativos e localidades os administradores são nomeados pelo governo central que por sua vez é nomeado pelo presidente da república eleito. Para as autarquias o poder é eleito por sufrágio universal.

1.3 As autarquias e o planeamento em Moçambique

Desde 1998, Moçambique passou a ter autarquias locais, denominados municípios. Todas as cidades capitais de província passaram a ser municípios, como foi o caso de Pemba, capital da província de Cabo-Delgado, que passou a ser município de categoria “C”, dada a sua característica de cidade de média dimensão²¹. A criação das autarquias locais visa a organização e a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios das suas comunidades, a promoção do desenvolvimento local e a consolidação da democracia²².

Em Moçambique, com excepção da vila de Namaacha (12 564 hab.), da cidade da Matola (648 025 hab.), e da cidade de Maputo (1 068 607 hab.) todos os restantes municípios configuram cidades de porte médio (entre 20 e 500 mil habitantes)²³.

Segundo a Lei 19/2007, compete ao Estado a as autarquias locais, a promoção, orientação, coordenação e monitorização do ordenamento do território e cabe as estas últimas o estabelecimento dos programas, planos, projectos e o regime de uso do solo urbano²⁴. Pertence aos órgãos municipais a decisão de fazer o plano, de o aprovar e implementar. A elaboração do Plano pode ser do próprio município, de uma organização externa ou de uma equipa de consultores contratada para o efeito.

²¹ Lei 10/97, de 31 de Maio e Lei 3/2008, de 2 de Maio. Determinou a criação de 43 municípios, sendo vinte e três de categoria de cidade (A a D) e vinte de categoria de vila, distribuída por: 14 na região norte, 16 na região centro e os restantes 13 na região sul.

²² Disponível online em :http://www.portaldogoverno.gov.mz/ogover/orgaos_locais/autarquias/ (acesso em 10 de Setembro de 2012)

²³ INE: Censo da População 1997

²⁴ Solo urbano é considerado, "... toda a área compreendida dentro do perímetro do município, vilas e das povoações legalmente instituídas ..." (decreto nº56/2006 de 26 de Dezembro, artigo I do capítulo I)

Os Municípios são responsáveis pela provisão de serviços em toda a extensão do seu território, até mesmo em áreas formalmente sob controlo do governo; concessão de direitos de uso em algumas áreas do seu território (terras cobertas pelos planos dentro das cidades); zonas verdes, mercados, serviços de bombeiros, sistemas de drenagem, lixo e limpeza pública, património cultural ou urbano, protecção ambiental, conservação de árvores e estabelecimento de reservas de territórios. Os Municípios, para além das suas responsabilidades administrativas e de planeamento, devem apoiar grupos vulneráveis na sociedade, promover desenvolvimento socio- económico, saúde, educação, cultura, lazer e desporto²⁵.

Antes de 1998 as cidades eram geridas pelos Conselhos Executivos (CEC) das respectivas cidades. No caso de Pemba era o Conselho Executivo da Cidade de Pemba (CECP). Os CEC foram criados entre 1979 e 1980 e dependiam totalmente do governo provincial²⁶. A partir de 1998 as cidades passam a ser geridas pelos concelhos municipais autónomos nas respectivas cidades.

Os municípios estão organizados como o governo central: um presidente do município é eleito por voto popular e designa o seu conselho ou o seu executivo. A assembleia Municipal aprova os planos de actividade e o orçamento do Município e fiscaliza o desempenho do Conselho Municipal. O número de membros das assembleias municipais depende do tamanho do eleitorado²⁷.

<i>Categoria</i>	<i>Município</i>	
<i>“A”</i>	Maputo	<i>Municípios com categoria de cidades</i>
<i>“B”</i>	Beira; Nampula; Matola	
<i>“C”</i>	Chimoio; Nacala; Quelimane; Inhambane; Lichinga; Pemba ; Tete; Xai-Xai, Ilha de Moçambique	
<i>“D”</i>	Angoche; Cuamba; Chibuto; Chókwè; Dondo; Gurué; Manica; Maxixe; Mocuba; Montepuez	
	Metangula; Mocimboa da Praia; Monapo; Milange; Moatize; Catandica; Marromeu; Vilanculos; Mandlakazi; Manhiça.	<i>Vilas que se tornaram Municípios</i>
	Marupa; Mueda; Alto Molocué; Ribáuè; Ulongue; Gondola; Gorongosa; Massinga; Bilene-Macia; Namaacha.	<i>Novos municípios (2008)</i>

Tabela 2: Classificação dos municípios feito pelo MAE (Fonte: adaptação do autor)²⁸

²⁵ UN-HABITAT, 2007

²⁶ BATTINO Liana, *Cidade de Nacala – Evolução e implementação do seu Plano Director*, INPF & UNDP, 1989. {Elementos de análise sobre o processo de preparação e implementação do Plano Director para o curso médio de planeamento físico}.

²⁷ Para uma população inferior a 20.000 eleitores terá 13 membros. Acima de 60.000 eleitores a assembleia terá 39 membros, adicionando um membro a cada 20.000 eleitores adicionais

²⁸ Disponível online em: <http://siteresources.worldbank.org/INTMOZAMBIQUE/Resources/MunicipalPort.pdf> – Desenvolvimento municipal em Moçambique: as lições da primeira década (acesso em 11 de Setembro de 2012)

1.3.1 Limites do poder autárquico

Várias são as ingerências e ou interferências de outros organismos centrais na gestão das cidades. (ver tabela 3). Vários ministérios, têm autoridade dentro do território municipal a saber:

- a) Os Ministérios de Agricultura e da Justiça intervêm nos direitos sobre a terra;
- b) O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental também é responsável pelo planeamento físico;
- c) O Ministério das Finanças é responsável pelo financiamento urbano;
- d) O Ministério das Obras Publicas e Habitação é responsável pela infra-estrutura urbana e provisão de água.

O decreto 33/ 2006, prevê a intervenção do Estado nas áreas de jurisdição municipais, em estreita colaboração ²⁹, pois o Estado mantém ainda atribuições e responsabilidades nas áreas das autarquias. Numa fase de transferência progressiva de competências do Estado para os municípios, prevista pela Lei das Autarquias, e regulada pelo Decreto 33/2006, a coordenação e colaboração entre as autarquias e os órgãos do Estado tem-se vindo a implementar em muitos Municípios³⁰.

Constata-se todavia que em alguns municípios a sobreposição de responsabilidades é frequente e a coordenação é praticamente nula, como é o caso de Pemba. Nos processos de planeamento recentemente efectuados, o município tem encontrado bastante dificuldade na gestão de processos elaborados por outros organismos do Estado.

A autarcização foi um passo importante no sentido da descentralização do poder em Moçambique, mas a dependência dos organismos locais do Estado ainda é muito grande. Por outro lado os distritos são as unidades centrais de planificação e de implementação do desenvolvimento no país, recebendo no seu conjunto (128 distritos) uma percentagem maior do orçamento do Estado que os municípios. Todavia, os problemas urbanos nos distritos não são comparáveis com os problemas urbanos dos municípios e cidades.

MINISTÉRIO/ AGÊNCIA	FUNÇÕES URBANAS CHAVES
Conselho de Ministros	Dirigir a política nacional de habitação
Ministério da Administração Estatal	(Administração pública, autoridades locais e municípios). O MAE ratifica os planos de ordenamento territorial
Direcção Nacional para Desenvolvimento Autárquico (DNDA)	Administração pública e municípios.
Associação Nacional de Municípios (ANAMM)	Órgão de coordenação e aconselhamento dos municípios junto ao governo
Ministério da Função Pública	Administração de recursos humanos na função pública e nos serviços municipais

²⁹ Decreto nº 33/2006, no seu artigo 7º " intervenção em regime de parceria"

³⁰ No artigo 5º referente a "concretização das transferências" do Decreto nº 33/2006 é definida em 3 anos o tempo limite para esta transferência, com mais 2 de prorrogação, subsequentes a sua entrada em vigor.

Ministério da Justiça	Serviços do cadastro das terras do Estado (mudanças ou transferências do direito de uso da terra) e titulação de propriedade.
Ministério da Agricultura	Serviços do cadastro das terras do Estado (mudanças ou transferências do direito de uso da terra) e ratificação de planos de uso da terra.
Ministério das Obras Públicas Habitação	Elaboração da política nacional de terras urbanas e habitação. Controle de qualidade de infra-estruturas públicas
Direcção Nacional das Águas	Controle de qualidade da provisão de água para consumo doméstico
Ministério para Coordenação da Acção Ambiental	Política Ambiental e regulamentação da planificação territorial, incluindo ocupação informal de terrenos.
Direcção Nacional do Planeamento Territorial	Planeamento urbano, uso de terra e regulamentação.
Ministério da Planificação e Desenvolvimento	Planificação e orçamentação económica aos níveis nacional e local
Ministério da Mulher e Função Social	Política nacional do género.
Distritos	A unidade central de planificação e implementação do desenvolvimento nacional (pólo de desenvolvimento)
Municípios	Urbanização, habitação, registo e construção, preparação e aprovação de planos de uso e aproveitamento de terra, tudo em coordenação com instituições estatais relevantes. A execução de tais planos está sujeita a ratificação pelo governo. Em casos onde existem serviços de cadastro municipal e a área está coberta por um Plano oficial de uso de terra, o acesso de usuário exclusivo de terra pode ser concedido depois

Tabela 3: Quadro dos organismos públicos e suas funções no território (Fonte: UN-habitat, 2007)

1.3.2 Recursos Municipais

Os municípios geram rendas provenientes de impostos de terra e serviços, que não atingem os 40% do seu orçamento anual, sendo que os restantes 60%, provêm das transferências do governo central de Moçambique. Os municípios também têm que transferir para o governo central parte das suas receitas locais³¹.

Os Municípios podem cobrar pela água e serviços de salubridade pública e podem cobrar taxas às empresas pelo uso da terra, mas não pelos terrenos de uso individual. A falta de capacidade de fornecer infra-estruturas básicas impede que os municípios

³¹ A verba enviada será novamente transferida de volta aos municípios como atribuição orçamental anual. (UN-HABITAT, 2007)

cobrem adequadamente pelos serviços urbanos. A falta de pagamento de taxas municipais é penalizada pelo corte dos respectivos serviços, ao invés de penhorar ou confiscar a propriedade³².

Os municípios pequenos e médios, não conseguem gerar recursos próprios suficientes. Do que recebem do Fundo de Compensação Autárquica e do Fundo de Investimento de Iniciativa Local, apenas conseguem realizar pequenos trabalhos de melhorias. Os planos são instrumentos para orientar estes investimentos de índole local, na resolução dos problemas prioritários definidos em conjunto com as comunidades locais³³.

A partir de 2000, desenvolvem-se em Moçambique experiências de planificação municipal com o apoio de organizações de cooperação internacional. Os doadores principais apoiam indirectamente na geração de rendimento dos municípios através do apoio ao orçamento do governo central, ou directamente através do financiamento de propostas de projectos municipais³⁴.

O problema maior das cidades em Moçambique é a capacidade de captação e geração de recursos. Os municípios para além de terem poucos recursos financeiros, também têm poucos recursos de mão-de-obra qualificada: em geral o seu pessoal tem formação inadequada, baixos salários e enormes cargas de trabalho. Apesar do governo e dos doadores internacionais estarem a envidar esforços para aumentar esta capacidade ainda se está longe de ter os organismos públicos locais com capacidade de intervir em pleno no território que administram.

Segundo Bruschi (1997), o valor da terra urbana, depende directamente dos custos das infra-estruturas (abastecimento de água, esgotos, estradas, etc.) e da sua localização (acessibilidade, ligação ao centro, trabalho e serviços). Quando a terra é privada, os governos locais, através de impostos vários (sobre a terra, sobre a construção, sobre as infra-estruturas, sobre a venda, etc.) conseguem gerar receitas e administrar melhor o território. Quando a terra é propriedade pública e o preço do talhão urbano é apenas simbólico como em Moçambique e outros países africanos, o custo das infra-estruturas, quase todo, recai sobre o Estado, o que reduz a sua capacidade de controle, condicionando a qualidade das cidades³⁵.

Em Moçambique, o facto de a terra pertencer ao Estado pode facilitar a disponibilidade de terras para fins sociais³⁶, embora possa não facilitar o sistema de planeamento e ordenamento do território e possa dificultar a gestão das cidades.

Não foi possível aprofundar no âmbito deste trabalho a análise crítica da propriedade estatal da terra e a sua comparação com a propriedade privada da terra em países com condições similares às de Moçambique.

³² UN-HABITAT, 2007

³³ BATTINO Liana, 2002. {Termos de referência para a preparação de planos de urbanização para o município do Monapo CM Monapo/GTZ}.

³⁴ Lei nº 8 de 2003, "...estabelece os princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos órgãos locais do Estado, nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade..."

³⁵ BRUSCHI, Sandro, *Planificar as cidades: por que razão e para quem*, UEM-FAPF, Maputo, 1997,

³⁶ Battino (Entrevista, 2012)

1.4 O direito de uso e aproveitamento de terra em Moçambique (DUAT)

Em Moçambique como a terra pertence ao Estado, a constituição de 1990, bem como a Lei de Terra de 1997³⁷, concede a qualquer cidadão moçambicano, que tenha ocupado um pedaço particular de terra durante dez anos, o direito de continuar a ocupá-lo e de beneficiar de um direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT). Um indivíduo ou colectividade estrangeira podem beneficiar do DUAT se tiverem um projecto de investimento devidamente aprovado e residirem em Moçambique há mais de 5 anos³⁸.

Segundo os observadores externos, a Lei de Terras, através do DUAT, oferece um instrumento de segurança, mas também propicia a consolidação massiva de assentamentos informais, tornando difícil o ordenamento e a gestão pública do território³⁹.

De forma a mitigar o fenómeno crescente da pobreza urbana nos assentamentos informais, tem-se intervindo no sentido de legalizar a ocupação e conceder o maior número possível de DUAT, já que os direitos não escritos, embora oficialmente reconhecidos, não são legalmente seguros. Por outro lado, de acordo com as organizações internacionais, o registo oficial de terras pode ter vantagens em:

- i. Permitir aos detentores e ocupantes possuir uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento económico através da delimitação da terra disponível para investimentos privados de grande escala e de longo prazo;
- ii. Aumentar a segurança da posse de terra através de direitos claros para parcelas de terra delimitadas, com mecanismos de resolução de disputas ao nível local;
- iii. Ter uma fundação sólida para investimentos privados de pequena escala de residentes urbanos e rurais;
- iv. Melhorar a administração local da terra, a descentralização, a execução política e sustentabilidade institucional⁴⁰.

O DUAT contribui também para a actualização e organização do cadastro das cidades e aglomerados urbanos. Embora o sentido seja o de permitir a segurança dos cidadãos e o investimento privado, os residentes urbanos das cidades africanas ainda não têm condições económicas suficientes para contribuir para os custos de gestão de uma cidade moderna ao estilo europeu como refere Bruschi (1997), "...onde a terra é propriedade privada e um bem comercial, em que os proprietários participam activamente no processo de planeamento e gestão do território..."⁴¹.

A constituição moçambicana de 2004 reafirma que todos os cidadãos têm direito ao acesso à terra para habitação e uso agrícola familiar, não sendo legal a venda privada de terrenos. Só o governo e os municípios podem conceder o direito de acesso a terra. Todavia, a venda de terrenos por particulares existe e há várias formas de contornar a legislação. A mais usada é a transacção de pequenas infra-estruturas erguidas no terreno utilizado para legitimar a transferência do DUAT.

³⁷ Lei de Terras, Lei nº 19/97, De 1 de Outubro

³⁸ Lei de Terras nº 19/97, artigo 11 referente aos "sujeitos estrangeiros"

³⁹ UN-HABITAT, 2007

⁴⁰ Relatório do Millennium Challenge Account (MCA), Moçambique, sobre o *Processo de Registo de Terras para Ocupantes de Boa-fé*, Maputo, Janeiro de 2012

⁴¹ Bruschi, Sandro, *Planificar as cidades: por que razão e para quem*, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Maputo, 1997, p.7

O DUAT é formalmente obtido através de um requerimento ao conselho municipal ou aos ministérios de Justiça e Agricultura. Os títulos formais não são necessários para provar o direito à terra, mas podem ser úteis no caso de disputas.

Os títulos formais de terra (DUAT) podem ser adquiridos de três maneiras distintas:

- 1) Através da ocupação de “boa-fé” - Se a pessoa tiver vivido no terreno por mais de 10 anos, passa a ser considerado ocupante legal.
- 2) Através do “acesso costumeiro” - Comunidades podem registar terras que tradicionalmente ocuparam, fora de áreas de habitação. Esta cláusula é mais relevante nas zonas rurais.
- 3) Através do registo do “terreno abandonado” - Indivíduos ou corporações podem requerer directamente do município ou do Estado o registo de título para ocupação e uso de terrenos abandonados.

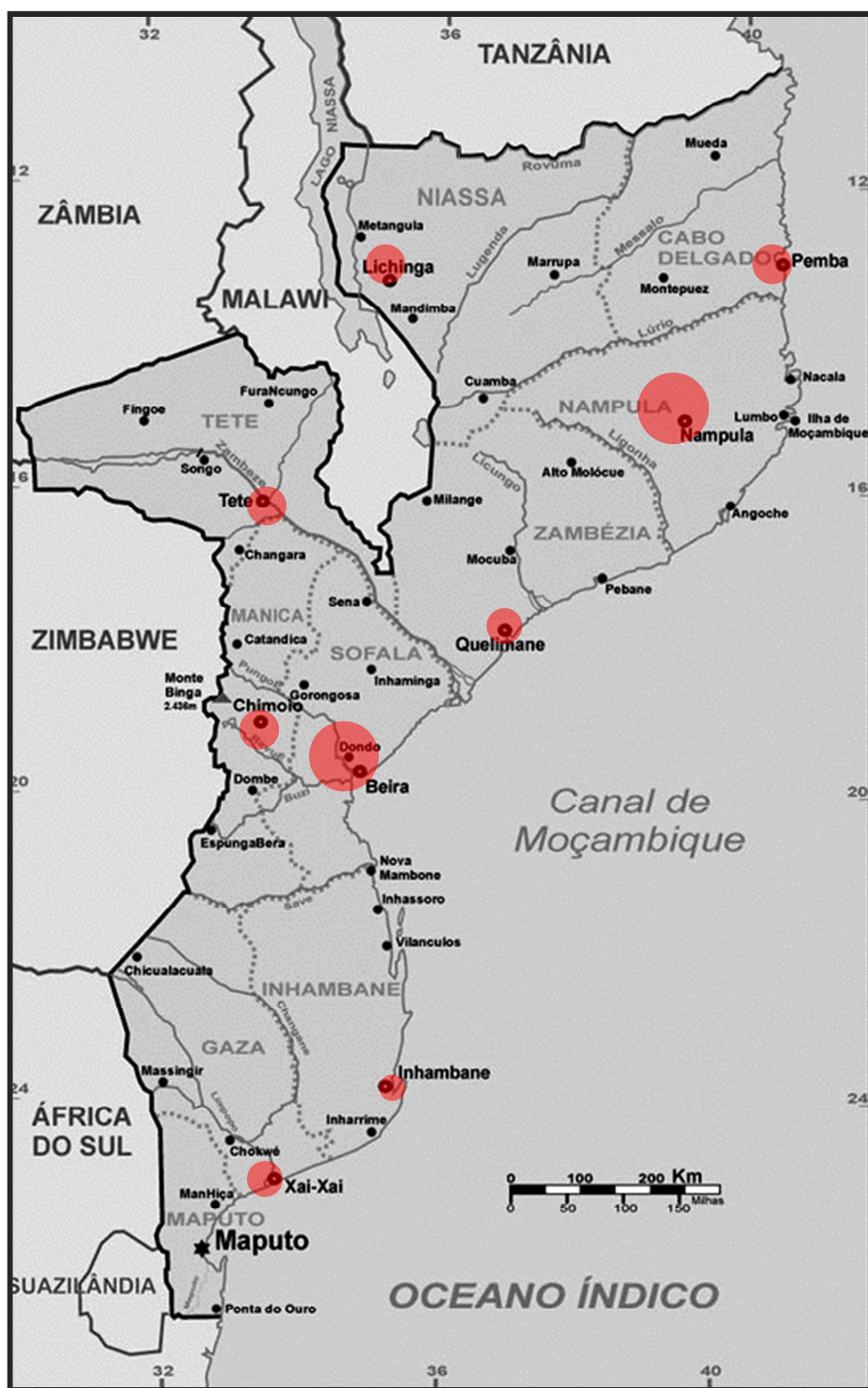
A Certidão do título é emitida pelas secretarias de cadastro estatais ou municipais após uma vistoria terrena. Durante o processo, os ocupantes do terreno são consultados ou pelo requerente ou pelo governo. Relatórios efectuados mostram que actualmente um processo normal de regularização da terra pode conter cerca de 103 passos e demorar até 3 anos (UN Habitat 2007)

Os registos dos títulos de propriedade em zonas de ocupação informal podem criar complicações de gestão territorial às instituições, mas como o número de pessoas com registo de terra é residual, ainda não configuram nenhum problema de planeamento e ordenamento do território, por outro lado, estas zonas devidamente cadastradas e registadas, futuramente serão fontes de recursos para as administrações, à medida que as condições vão melhorando. Ou seja quando estas zonas de ocupação informal forem sujeitas a uma intervenção urbana, o Estado pode cobrar uma receita mais significativa para além da actual contribuição predial. Todavia com refere Liana Battino em entrevista (2012) muitos Municípios não estão preparados para cobrar porque não têm serviços de cadastro e listas de contribuintes organizadas que os planos ajudam a constituir.

Em Moçambique os despejos são raros. A expropriação é feita através da atribuição de um terreno alternativo, ou na mesma área ou em terrenos considerados de expansão, normalmente na periferia.

A principal utilidade do DUAT tem sido a de garantia para empréstimos bancários, ou outros tipos de transacções, servindo de moeda de troca. Esta prática, retira todo o valor ao próprio conceito e vulnerabiliza os titulares, colocando-os em risco de perderem o único bem de que dispõem, a terra.

2. AS CIDADES MÉDIAS EM MOÇAMBIQUE



● Cidade média capital de província

Figura 4: Mapa das principais cidades de Moçambique (Fonte: adaptação do autor⁴²)

⁴² Disponível online em :http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_cidades_de_Mo%C3%A7ambique (acesso em 10 de Outubro de 2012).

2.1 Explosão urbana e cidades médias em África

A população mundial cresceu exponencialmente nos últimos dois séculos, passando de mil milhões de habitantes em 1804 para 2,5 mil milhões em 1950 e 7 mil milhões em 2011. África tem actualmente quase mil milhões de habitantes dos quais 340 milhões (34%) vivem na cidade. Prevê-se que a sua população urbana triplique até 2050 e corresponda a metade da população do continente já em 2015⁴³.

As razões da explosão urbana em África derivam, entre muitos factores, do elevado crescimento natural, resultante da diminuição da taxa de mortalidade e da permanência de altas taxas de fecundidade e natalidade, do empobrecimento do espaço rural, da fuga às catástrofes naturais e às guerras de guerrilha, bem como de motivações económicas e socioculturais na procura de novas oportunidades de acesso a novos bens de consumo e de produção e a novas relações sociais na cidade⁴⁴. Estudos e reflexões sobre a mobilidade, direitos e cidadania em África, indicam a urbanização como uma tendência que levará ao desenvolvimento dos países africanos e da região continental africana⁴⁵.

Todavia à medida que mais pessoas procuram melhores condições de vida nas vilas e cidades, a população dos bairros informais urbanos em África duplica cada 15 anos, num processo conhecido como a urbanização da pobreza. Em Moçambique, cerca de 4,5 milhões de habitantes rurais foram deslocados para áreas urbanas devido à guerra civil da década de 1980 e um terço de todos os moçambicanos, ou sete milhões de pessoas, mora em cidades⁴⁶. A maioria destes vive em residências informais, ou bairros informais. Muitos não têm acesso a água limpa, serviço de saúde pública, nem serviços básicos de saúde⁴⁷. De acordo com as projecções das Nações Unidas, existe uma tendência muito grande de aumento da população nas pequenas e médias cidades de África⁴⁸.

Entende-se por cidade média aquela que tem dimensão intermédia entre uma cidade grande e uma cidade pequena quer na extensão urbana quer na dimensão da população. Cidades pequenas são consideradas as que possuem até 20 mil habitantes, médias entre os 20 mil e os 500 mil. Acima dos 500 mil habitantes podem ser consideradas cidades grandes⁴⁹. Na Europa comunitária são consideradas cidades médias as que têm entre os 50 mil e os 500 mil habitantes⁵⁰. No caso em concreto da cidade de Pemba, com aproximadamente 140 mil habitantes configura uma cidade média.

Os factores mensuráveis não chegam para definir uma cidade de porte médio. É necessário que a cidade tenha um importante papel na área envolvente bem como uma maior concentração e centralização económica na região⁵¹. Em Moçambique as

⁴³ RAPOSO, Isabel, "Explosão urbana em África", 2010, *JANUS – Anuário de Relações Exteriores*, pág.191

⁴⁴ RAPOSO, Isabel (2010)

⁴⁵ *Relatório sobre os desafios de África para o séc. XXI*, CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), ONG, com sede em Dakar, disponível online em: <http://www.codesria.org/spip.php?article1321&lang=pt> (acesso em 25-06-2012)

⁴⁶ UN-HABITAT, 2007

⁴⁷ Ibidem

⁴⁸ RAPOSO (2010)

⁴⁹ *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*, Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique, disponível online em: <http://www.redbcm.com.br> (acesso em 24-04-2012)

⁵⁰ SILVA, Jorge, guideline for the realization of strategic development plans in medium-size cities, Oficina de Arquitectura, Lisbon, November 1994

⁵¹ *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*, Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique, disponível online em: <http://www.redbcm.com.br>. (acesso em 24 de Abril de 2012).

dez cidades principais⁵², têm importância económica dentro da região em que inserem, mas destacam-se três grandes centros urbanos maiores: a Sul, a cidade de Maputo, ao centro, a cidade da Beira e a Norte, a cidade de Nampula. Apenas a primeira é considerada uma grande cidade. Beira e Nampula são também consideradas cidades médias.

As cidades médias, sofreram, depois das independências, os mesmos problemas que as grandes cidades capitais de África. Em todas elas houve um aumento dos limites da área e inclusão da periferia na entidade administrativa. O crescimento acelerado e descontrolado da periferia, foi acompanhado de aumento de segregação e fragmentação destas cidades⁵³.

Mesmo com a descentralização do poder político na maioria dos países africanos, ainda é cedo para se perceber alguma independência do poder local face ao poder central. As pequenas e médias cidades africanas são ainda reféns do sistema administrativo central e procuram encontrar formas de controlar, ordenar e integrar os espaços diferenciados que detém, tendo em conta as especificidades de cada zona, a procura da melhoria das condições urbanas, sociais, económicas, estéticas e políticas para os seus cidadãos.



Figura 5: Localização de Moçambique em África (Fonte: adaptação do autor⁵⁴)

⁵² Cidades capitais de províncias: Maputo, Xai-xai, Inhambane, Beira, Chimoio, Tete, Quelimane, Nampula, Pemba e Lichinga

⁵³ RAPOSO, Isabel; MORAIS, João Sousa, "Da cidade colonial às novas urbes africanas: notas exploratórias", *Cidades Africanas, Cadernos da F.A.U.T.L.*, nº5, Maio 2005.

⁵⁴ Disponível online em: <https://www.cgd.pt/Corporativo/Rede-CGD/Rede-Internacional/Pages/Mocambique.aspx>. (acesso em 24 de Abril de 2012).

2.2 Características das cidades médias

A intervenção em uma cidade média requer ter em conta algumas características que a identificam e a diferenciam das cidades grandes e pequenas. Toma-se aqui como referência o guia para elaboração de planos estratégicos de cidades médias⁵⁵.

A primeira característica é ter uma dimensão média de população (entre os 20 mil e os 500 mil).

- A dimensão média de população tem potencialidades: permite conciliar na cidade uma maior convivialidade, uma melhor qualidade ambiental, uma melhor possibilidade de rápida expansão económica e um bom relacionamento entre as instituições, em contraste com o ambiente das grandes cidades; tem ainda a possibilidade de articular e compatibilizar melhor as políticas nacionais e locais, tendo em conta as especificidades de cada território, o que dificilmente se alcançaria em grandes cidades.
- A dimensão média também traz dificuldades: não se pode alcançar uma economia de escala e aglomeração para infra-estruturas, equipamentos e funções mais qualificados; a internacionalização é difícil dada a ausência de representações de países estrangeiros; necessidade de políticas imediatistas e ou de curto prazo.

A segunda característica é ter uma posição intermédia entre os grandes aglomerados e os pequenos centros rurais.

- São vantagens: constituir-se como localização alternativa aos grandes centros urbanos, contribuindo para o descongestionamento das áreas com maior pressão demográfica urbanista; constituir-se como pólo de animação das áreas envolventes e de ligação entre diversos centros urbanos. No caso de Pemba, esta cidade média faz a ligação entre a cidade de Nampula e os restantes distritos da província de Cabo Delgado, incluindo os pequenos municípios de Mocímboa da Praia e Mueda.
- São inconvenientes: a tendência da perda de autonomia funcional e identidade própria com a integração regional; a perda e descolagem da área envolvente que está na base da sua existência. Isto observa-se por exemplo no bairro de Paquitequete onde as tradições dos *mwani* têm vindo a ser misturadas com outras tradições de populações oriundas de Nampula e Nacala.

A terceira característica é ter uma morfologia própria e uma tradição sócio cultural ao longo da história

- Os benefícios são a manutenção: de espaços de convivência e socialização com enraizamento local; da forma de crescimento a partir dos bairros residenciais como referência, em contraponto com segregação das grandes cidades em subúrbios dormitórios; da afirmação e da diferença no património edificado e sócio cultural, sedimentados na história e reflectidos no uso do espaço público, no uso do edificado, dos valores e práticas associadas ao espaço físico.

⁵⁵ SILVA, Jorge, Guia para elaboração de Planos estratégicos de cidades médias, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Lisboa, Dezembro 1996

- Constituem ameaças das cidades médias as fracas condições de manutenção desses mesmos locais, edifícios e costumes dado as tendências de uniformização dos hábitos e costumes a que se assiste hoje com a globalização

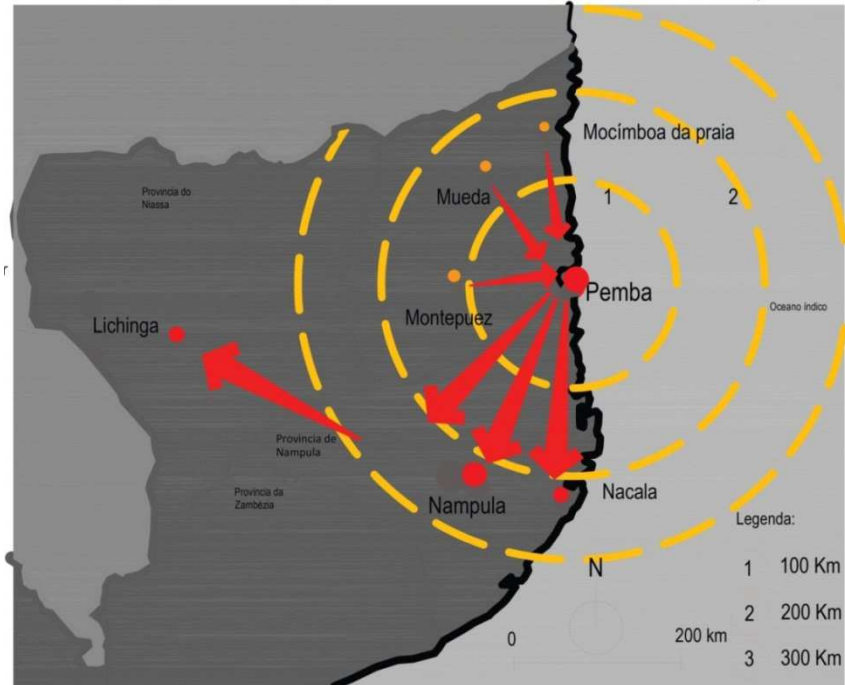


Figura 6: Imagem da integração regional da cidade de Pemba (Fonte: autor)

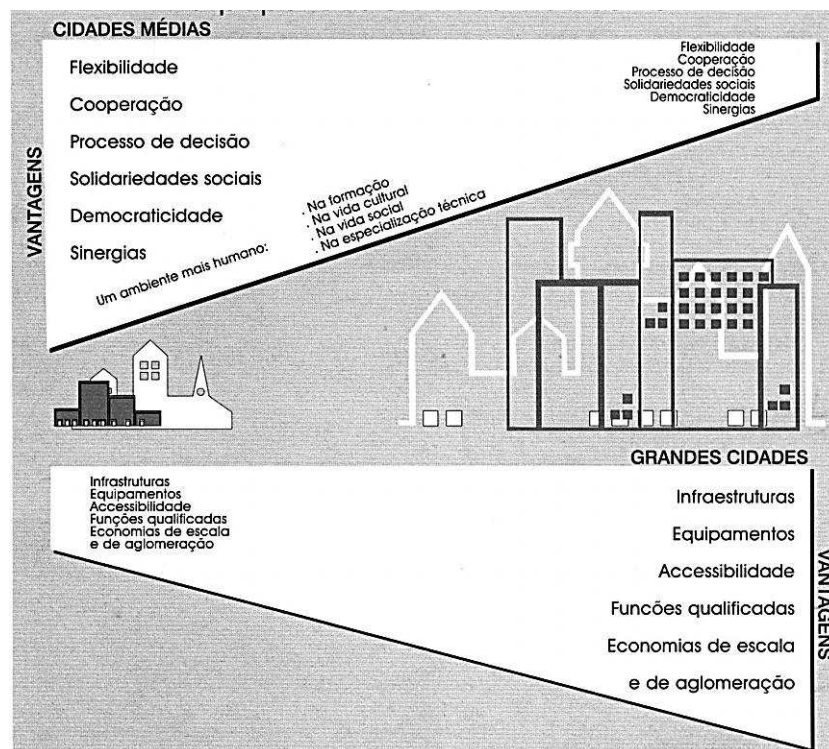


Figura 7: Quadro representativo do papel das cidades médias
(Fonte: SILVA, Jorge, *Guia para elaboração de Planos estratégicos de cidades médias*, DGOTDU, Lisboa, Dezembro 1996)

A partir da identificação destas características das cidades médias distintas das de outras dimensões de cidades, os instrumentos de planeamento e ordenamento devidamente enquadrados com as realidades locais dos territórios irão definir melhor, as estratégias de intervenção sobre a cidade. Como refere Jorge Silva (1996), nas cidades médias é mais fácil atingirem-se “ambientes mais humano na formação, na vida cultural, na vida social e na especialização técnica”⁵⁶..

2.3 Cidades médias em Moçambique: instrumentos de planeamento

Em Moçambique as cidades médias representam quase 95% dos actuais municípios e cidades. A actual pressão sobre estas cidades indica uma necessidade urgente do ordenamento do solo urbano.

Não existem instrumentos de planeamento direccionados apenas para cidades médias. Os instrumentos de planeamento definidos pela legislação referem-se a aglomerados considerados urbanos. A classificação de aglomerados urbanos, tem a ver com aspectos políticos, económicos, sociais, culturais, densidade de população, número e tipo de indústrias, grau de desenvolvimento de actividades de comércio, educação e saneamento⁵⁷. No censo de 2007 são considerados aglomerados⁵⁸ urbanas 23 cidades e 68 vilas. Alguns destes aglomerados são hoje municípios.

A Lei de Ordenamento do Território (Lei 19/2007, de 18 de Julho) é o principal instrumento que rege o planeamento e o ordenamento do território em Moçambique. Esta lei veio clarificar o sistema de planeamento Moçambicano e agregar um conjunto de leis anteriores tidas como relevantes para o processo de planeamento moçambicano: Lei de Terras nº19/97 de Outubro; Lei das Autarquias locais nº 2/97 de 18 de Fevereiro; Lei de Tutela Administrativa do Estado nº 7/97 de 31 de Maio; Lei de Finanças Autárquicas nº de 11/97 de 31 de Maio⁵⁹.

Como anteriormente referido esta Lei é definida em quatro níveis: nacional, provincial e interprovincial, distrital e pelo autárquico. É este último nível que nos interessa particularmente. Para as cidades médias e pequenos municípios, é também importante a articulação com as políticas sectoriais e os programas nacionais de investimentos na atenuação dos baixos orçamentos municipais, com vista a melhoria de condições urbanas, principalmente em sectores como o abastecimento de água, construção de escolas, de unidades sanitárias e o melhoramento de arruamentos urbanos.

⁵⁶ SILVA, Jorge, *Guia para elaboração de Planos estratégicos de cidades médias*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Lisboa, Dezembro 1996

⁵⁷ Disponível online em : *Desenvolvimento municipal em Moçambique: as lições da primeira década* in: <http://siteresources.worldbank.org/INTMOZAMBIQUE/Resources/MunicipalPort.pdf> (acesso em 12 de Outubro de 2012)

⁵⁸ As áreas urbanas em Moçambique são: Cidade de Maputo; Lago; Maganja da Costa, Inharrime; Matola; Mandimba; Milange; Inhassoro; Beira; Marrupa; Morrumbala; Jangamo; Nampula; Mecanhelas; Namacurra; Mabote; Chimoio; Sanga; Namarroi; Massinga; Nacala-Porto; Chiure; Pebane; Morrumbene; Quelimane; Ibo; Angónia; Vilanculos; Tete; Macomia; Cahora-Bassa; Zavala, Xai-Xai; Mocimboa da Praia; Moatize; Bilene Macia; Gurué; Mueda, Vila Nova da Fronteira; Vcila Praia do Bilene; Maxixe; Namapa-Erati; Mutarara; Chicualacuala; Lichinga; Malema; Barué; Vila de Xilembene; **Pemba**; Meconta; Gondola; Guija; Dondo; Mogovolas; Machipanda; Mandlacaze; Angoche; Moma; Messica; Boane; Cuamba; Monapo; Búzi; Magude; Montepuez; Mossuril; Caia; Manhiça; Mocuba; Murupula; Cheringoma, Vila de Xinavane; Inhambane; Nacala-Velha; Gorongosa; Marracuene; Chókwê; Ribaué; Marromeu; Matutuine; Chibuto; Alto Molocué; Nhamatanda; Moamba; Ilha de Moçambique; Chinde; Govuro; Namaacha; Manica; Lugela; Homoine (desenvolvimento municipal em Moçambique: as lições da primeira década. Disponível online em: <http://siteresources.worldbank.org/INTMOZAMBIQUE/Resources/MunicipalPort.pdf>. (acesso em 24 de Setembro de 2012).

⁵⁹ BATTINO Liana, 2002. {Termos de referência: CM Monapo/GTZ}.

Cidade	Nível	População			
		1980	1997	2007	1980-2007
Maputo	A	755.300	989.386	1.099	344-45%
Matola	B	Ka	440.927	672.508	
Nampula	B	156.185	314.965	471.717	316-202%
Beira	B	230.744	412.588	431.583	201- 87%
Chimoio	C	74.372	177.608	237.497	163- 219%
Nacala	C	80.426	164.309	206.449	126- 157%
Quelimane	C	62.174	153.187	193.343	131-210%
Mocuba	D	Ka	127.200	168.736	
Tete	C	41.000	104.832	155.870	115-280%
Gurué	D	43.000	101.367	145.466	103
Lichinga	C	44.000	89.043	142.331	98-223%
Pemba	C	43.000	88.149	138.716	96-222%
Xai-xai	C	44.000	103.251	115.716	72
Maxixe	D	Ka	97.173	108.824	
Angoche	D	Ka	88.985	89.998	
Cuamba	D	Ka	59.396	79.013	
Montepuez	D	Ka	58.594	76.139	
Dondo	D	Ka	74.388	70.817	
Inhambane	C	54.990	54.147	65.149	10-18%
Chibuto	D	Ka	53.425	63.184	
Chokwe	D	10.963	51.635	53.062	42,
Ilha de Moçambique	C	32.317	44.063	48.063	16
Manica	D	ka	29.662	36.124	

Tabela 4 – N° de habitantes nas cidades Moçambicanas entre 1980 a 2007 (Fonte: INE⁶⁰)

Todo o Plano urbano elaborado por órgãos de poder local deve ter a colaboração dos organismos centrais e provinciais e estar integrado nas políticas nacionais e sectoriais. É o caso em Pemba, na zona de reserva turística junto à costa leste do Índico, no espaço dentro do limite jurisdicional do município: qualquer intervenção a ser feita terá de ter o aval do governo central e dos órgãos provinciais, uma vez que a zona está integrada no Plano nacional do governo para o sector do ambiente e do turismo.

A produção de instrumentos de planeamento em Moçambique pode utilizar recursos próprios quando eles existem (pessoal técnico e materiais), contratar consultores externos para programas e planos específicos ou ainda assentar em coligação e assistência técnica com outros organismos do Estado. Actualmente o papel dos órgãos centrais do Estado na preparação e implementação dos planos é relevante, como se pode ver recentemente na elaboração do Plano de Estrutura da cidade de Pemba e do Plano Pormenor de Chuiba, ambos feitos pela Direcção Provincial para a Coordenação de Acção Ambiental de Cabo-Delgado, em nome do município de Pemba. Esta situação, segundo Battino (2002), acontece quando não há sensibilidade dos órgãos locais para os assuntos de gestão do solo ou então havendo susceptibilidade, não existe na instituição pessoal capacitado para a elaboração e gestão dos planos e a sua aplicação prática. Uma maior autonomia e capacitação dos órgãos locais no processo de planeamento e ordenamento do território passa necessariamente por uma maior captação de recursos humanos e financeiros a todos os níveis (Battino 2002)⁶¹.

⁶⁰ Disponível online em: http://pt.wikipedia.org/wiki/anexo:lista_de_cidades_de_mo%C3%A7ambique (acesso em 24 de Setembro de 2012).

⁶¹ BATTINO Liana, 2002. *Termos de referência para a preparação de planos de urbanização para o município do Monapo*, Conselho Municipal de Monapo/GTZ.

2.4 Metodologia para o planeamento das cidades médias em Moçambique: os casos de Nacala e de Manica

Em Moçambique independente, o sistema de planeamento urbano e territorial teve início na década de oitenta, aquando da 1ª Reunião Nacional de Planeamento Urbano, em que foram definidos os tipos de intervenções prioritárias necessárias as 12 cidades existentes no país⁶².

O programa apoiado pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF) constatou a necessidade da preparação, aprovação e implementação dos Planos Físicos e Planos de Intervenções Prioritárias, o ordenamento urbano, a capacitação humana, material e financeira dos órgãos locais responsáveis pela gestão urbana⁶³.

Sob a direcção do INPF previu-se a existência de três tipos de planos: os planos de intervenções prioritárias, o plano de estrutura e os planos parciais de urbanização. Foram elaborados guias de orientação para o uso dos terrenos urbanos bem como normas destinadas aos técnicos e profissionais designados de “guião metodológico para os técnicos médios de planeamento físico” cuja ênfase foi dado aos planos parciais de urbanização e as normas de uso de solo e infra-estruturas⁶⁴.

É neste quadro metodológico que foi elaborado pelo INPF o Plano Director de Nacala entre 1981 e 1985. O seu objectivo era intervir na cidade, mas tendo em conta o seu impacto na região e no país ou seja um Plano de grande escala com uma componente económica e estratégica bastante relevante.

Mais recentemente, foi elaborado outro plano, de pequena escala para o bairro Josina Machel na cidade de Manica, financiado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT). No quadro da iniciativa “melhoramento dos assentamentos informais na África oriental e austral”. Moçambique foi um dos países abrangido pelo programa e Manica uma das cidades escolhidas. Este programa foi promovido pela Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT) do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), e elaborado pelo Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat (CEDH), da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Uma finalista da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Vanda Silva realizou o seu estágio com o CEDH, integrando este projecto inovador no bairro Josina Machel, baseado em uma intervenção urbana considerada a mais adequada às características e condicionantes dos bairros de habitação pericentrais e autoconstruídos.

Estes dois planos diferentes no tempo, no contexto e na escala, a que a seguir nos referimos ilustram experiências piloto, de dois níveis de planeamento que podem servir de referência nos modos, nos conteúdos e na formalização dos instrumentos de planeamento em Moçambique, aplicados a cidades médias e a bairros periurbanos.

⁶² As dez capitais provinciais mais as vilas de Nacala e Chócue (Battino, 2000)

⁶³ BATTINO Liana, 2002. {Termos de referência para a preparação de planos de urbanização para o município do Monapo CM Monapo/GTZ}.

⁶⁴ BATTINO, Liana, 2002.



Figura 8: Mapa de enquadramento das cidades de Manica e Nacala (Fonte: autor)

Plano Director de Nacala

Em 1980, a Direcção Nacional de Habitação (DNH) ficou responsável pela planificação dos aglomerados urbanos em parceria com os respectivos concelhos executivos. Depois da elevação da vila de Nacala à categoria de aglomerado urbano em 1979⁶⁵, em 1981, a DNH decide elaborar o Plano Director de Nacala.

Com uma população de cerca de 80.000 habitantes, em 1980, Nacala configurava uma cidade de média dimensão. O Plano Director de Nacala começou a ser pensado em função da capacidade económica do porto de águas profundas, de maneira a criar uma base física para o crescimento equilibrado da cidade e potenciar o investimento local. Com o desastre natural provocado pelas chuvas em 1982 onde ficou patente o problema da erosão já conhecido, o programa inicial alterou-se completamente e o combate à erosão passa a ser o principal tema de estudo orientando a proposta do plano.

⁶⁵ Para além das 10 cidades capitais de províncias foram elevados a aglomerados urbanos mais duas vilas: Chôcue por ser o centro de um ambicioso projecto de desenvolvimento agrícola e Nacala devido ao porto de águas profundas e quarta maior cidade em termos de população (Battino 1989).

O Plano foi elaborado pela empresa consultora portuguesa GERAP, contratada pela DNH, para o horizonte de 10 anos. Numa conjuntura de crise económica e militar⁶⁶, o plano tinha como principal objectivo garantir o funcionamento das principais zonas económicas, o porto e os caminhos-de-ferro, melhorar as condições de vida das populações e promover a luta contra a erosão que assentaria na recolocação da população e no desenvolvimento de zonas aptas a construir. O Plano definiu para a cidade de Nacala três tipos de zonas: zonas de expansão a serem parceladas e infra-estruturadas; assentamentos a consolidar nas zonas semi-urbanizadas; zonas de assentamentos informais, onde a ocupação deveria ser desencorajada e as famílias realojadas em novas zonas residenciais. O Plano foi aprovado em 1985 pela assembleia municipal.

Segundo Battino (1989), as perspectivas do Plano iam no sentido da capacitação da instituição (Concelho Executiva da Cidade de Nacala) em termos de gestão municipal e da realização de tarefas técnicas: reabilitação ambiental na protecção das zonas afectadas pela erosão; viabilização de zonas aptas a realocar as populações; construção de novos assentamentos e ainda a construção, reabilitação e ampliação dos equipamentos sociais.

A implementação do Plano requeria: a formação de pessoal para o processo de implementação do plano; testar soluções técnicas diferentes e económicas; e a procura de soluções consensuais. O Plano de Nacala, foi implementado em muitos dos seus aspectos: regularização de assentamentos existentes; criação de zonas de expansão; combate a erosão; transferência de famílias de algumas das zonas de risco. A implementação incluiu uma forte componente de capacitação do governo local. Por iniciativa do Conselho Municipal o Plano de 1985 foi revisto e o novo Plano de Estrutura foi aprovado pela Assembleia Municipal em 2001⁶⁷.

Nacala é um dos poucos municípios que manteve uma actividade contínua de planeamento e implementação de planos nos últimos 30 anos⁶⁸. O dinamismo do planeamento da cidade de Nacala, deveu-se em grande parte ao apoio substancial em recursos humanos e materiais por parte do Estado e de parceiros de cooperação internacional, com uma continuidade no tempo.

Para a cidade de Pemba este Plano Director de Nacala, serve de referência pelas características semelhante da topografia e morfologia urbana das duas cidades o que permite identificar problemas comuns e prever no caso de Pemba, situações que pode configurar risco às populações, como acontece pelas ocupações de *zonas non aedificandi* de chibubarri e encosta de paquitequete, fornecendo zonas seguras de assentamentos ou seja deve também ser usada como metodologia de intervenção em novos programas de expansão urbana. Outra referência que o plano de Nacala evidencia é de que só com recurso humanos qualificados e planeamento continuado se pode fazer face aos problemas de desordenamento urbano e gestão das cidades.

⁶⁶ Com a guerra civil, os constantes cortes da linha de caminho-de-ferro impediam a ligação entre Nacala e o Malawi, principal utilizador da mesma. (Battino 1989)

⁶⁷ Disponível online em http://www.unhabitat.org/downloads/docs/4399_50963_CWS%20in%20portuguese.pdf (acesso em 12 de outubro de 2012)

⁶⁸ De acordo com a apresentação do MICOA sobre Ordenamento Territorial ao XVIII Conselho Coordenador do Ministério da Administração Estatal de agosto 2012 Existem neste momento 7 Planos de Estrutura Urbana em Moçambique dos quais 3 aprovados: Maputo, Matola e Nacala-Porto (Battino, Liana, entrevista em 2012)

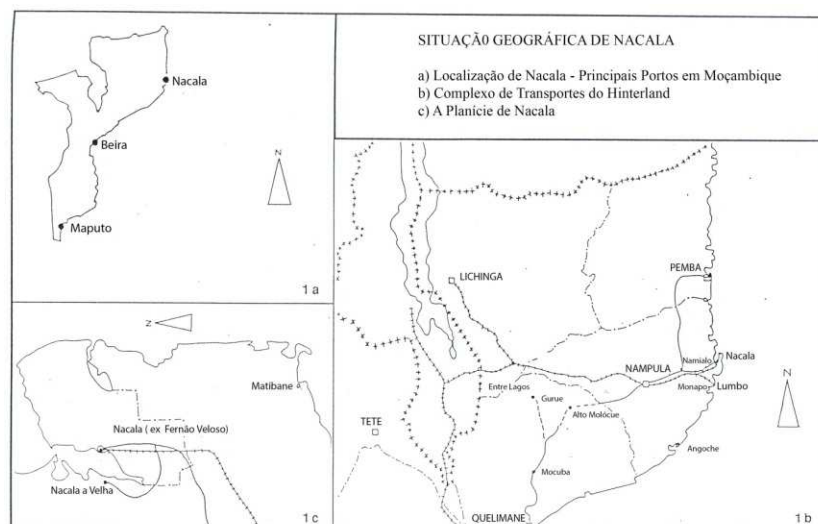


Figura 9: Situação geográfica de Nacala (Fonte: Battino 1989⁶⁹)

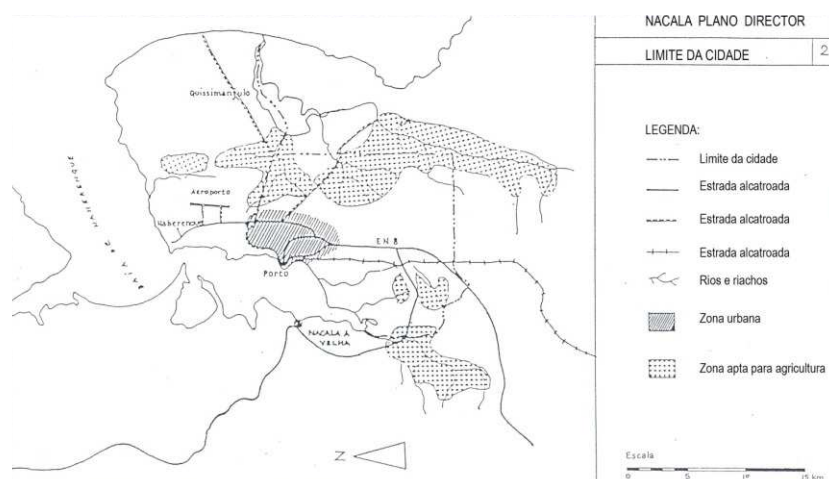


Figura 10: Limite da cidade de Nacala (Fonte: Battino 1989)

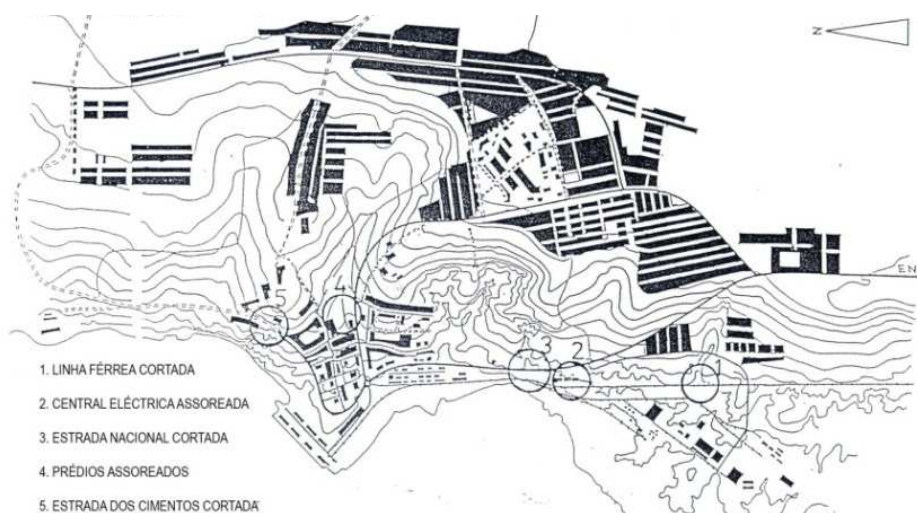


Figura 11: Nacala- pontos danificados pelas chuvas em 1982 (Fonte: adaptação do autor⁷⁰)

^{69 70} BATTINO Liana, *Cidade de Nacala – Evolução e implementação do seu Plano Director*, INPF & UNDP, 1989.

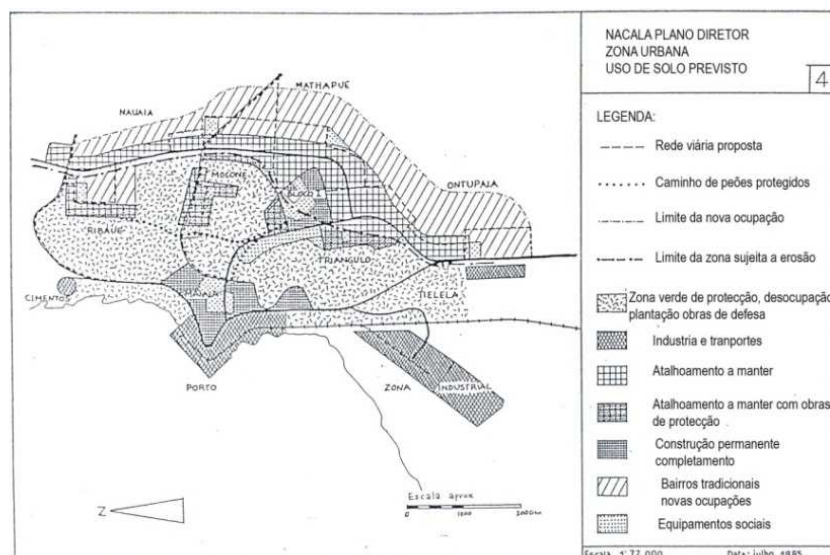


Figura 12: Zona urbana – uso do solo previsto em 1981 (Fonte: adaptação do autor⁷¹)

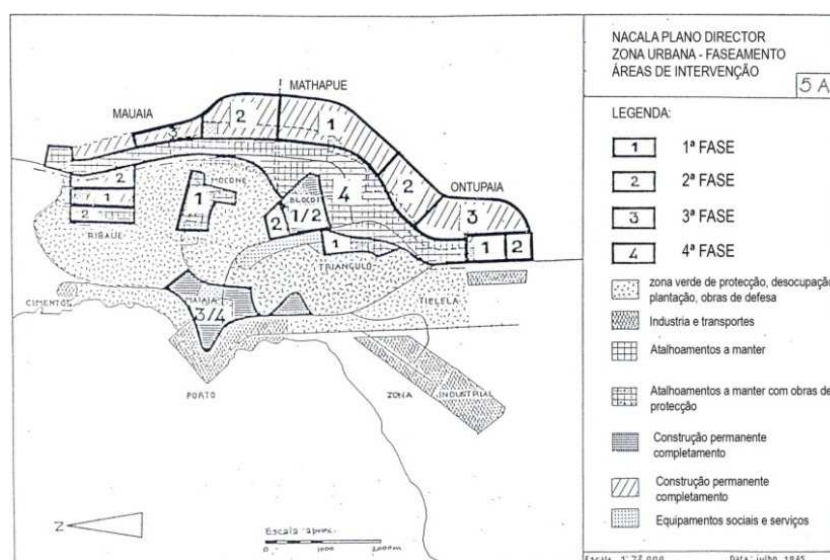


Figura 13: Nacala-Plano Director -faseamento (Fonte: adaptação do autor⁷²)

Plano de intervenção urbana no Bairro Josina Machel em Manica

Manica é o segundo centro urbano da província com o mesmo nome, situando-se a uma distância de aproximadamente 60km da cidade de Chimoio, capital da província. Foi municipalizada em 1998, contando em 2003 com uma população de 42.430 habitantes que configurava uma cidade de porte médio. O bairro Josina Machel é um

^{70,71,72} BATTINO Liana, *Cidade de Nacala – Evolução e implementação do seu Plano Director*, INPF & UNDP, 1989. {Elementos de análise sobre o processo de preparação e implementação do Plano Director para o curso médio de planeamento físico}.

⁷¹ Os outros bairros do município de Manica são: 7 de Abril (5.192hab), Manhati (1.605hab), 4º Congresso (3.335hab), Vumba (5.726hab), 25 de Setembro (2.380hab), Macoreia (1.183hab), Forte Macequece (1.477hab), Vista Alegre (849hab) e Nhaconza (2.376hab). *Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção*, 2006, DINAPOT, Maputo. Disponível online em:

http://www.unhabitat.org/downloads/docs/4399_50963_CWS%20in%20portuguese.pdf. (acesso em 15 de Outubro de 2012)

⁷² SILVA Vanda, UR N°5, cidade africanas pós - independências, FAUTL, Junho 2006. {intervenção inovadora em manica: projecto-piloto de ordenamento participativo sustentável de assentamentos informais em Moçambique}. (Pag.124-132)

dos 10 bairros⁷³ que compõem o município de Manica, com 4.445 habitantes e localiza-se no sopé da serra de Vumba, importante fonte de captação de água mineral.

O projecto de ordenamento participativo sustentável do bairro Josina Machel consistiu no reordenamento da parte informal do bairro. Elaborando um cadastro actualizado que visava permitir a atribuição de títulos de propriedade aos residentes e servir de base para a elaboração de um futuro Plano parcial de urbanização.

Para isto a metodologia preconizava:

- “ 1) Não deslocação dos residentes;
- 2) Manutenção dos limites de ocupação de cada agregado (talhão) e da estrutura urbana existente, com respeito pelas relações de vizinhança e por todas as estruturas construídas;
- 3) Capacitação local, tanto dos técnicos do gabinete de urbanização do município, como de uma equipa de apoio constituída por jovens estudantes, quer ao nível técnico, quer na abordagem e interacção com a população;
- 4) Envolvimento comunitário no processo de urbanização, com sensibilização da população para a participação de todos, na melhoria das condições do bairro, como base para o processo de legalização ”⁷⁴.

A participação da comunidade foi um factor essencial da concretização do projecto: discutia-se e negociava-se tudo, desde a melhor forma e localização da abertura da via de acesso de modo que as perdas fossem mínimas e igualmente distribuídas. Em resultado, foram implementadas vias curvas acompanhando os limites dos talhões e foram feitas transferências consensuais de famílias com construções em locais não edificáveis.

A base cartográfica principal para elaboração do projecto foi criada a partir de uma imagem de satélite com resolução até 60cm o que demonstrou a importância deste tipo de informação, que permite em pouco tempo e com custos limitados dispor de uma base cartográfica credível. A construção do cadastro, principal ganho da intervenção, foi feita a partir da imagem satélite e confirmada por técnicos no terreno através do método das triangulações ou das diagonais, em paralelo com a construção da estrutura viária.

O projecto teve início em 2003, tendo na sua primeira fase a duração de seis meses e levantado 254 talhões, contando com a participação de mulheres e jovens estudantes⁷⁵ e com o apoio de técnicos superiores estagiários entre as quais a Vanda Silva.

Para Paquitequete, o uso da imagem de satélite com alta resolução fornecida pela Direcção Provincial da Agricultura de Cabo Delgado, foi também a base cartográfica principal para a caracterização do bairro e ajudou colmatar a inexistência de informação cartográfica verificada na cidade de Pemba. e será a partir dela que proceder-se-á a construção do cadastro. A metodologia assente na manutenção dos

⁷³ SILVA Vanda, UR Nº5, cidade africanas pós - independências, FAUTL, Junho 2006. {intervenção inovadora em manica: projecto-piloto de ordenamento participativo sustentável de assentamentos informais em Moçambique}. (Pag.124-132).

residentes nos seus locais de residência é também a condição essencial para a intervenção sobre o bairro de Paquetaquete.

As experiências de Nacala e Manica assentam em dois princípios fundamentais: 1) respeito pelas pré-existências ambientais e culturais e pelas especificidades éticas, religiosas ou culturais; 2) participação dos residentes no processo de tomada de decisão



Figura 14: Imagem satélite (Quick Bird) com o limite de intervenção (Fonte: SILVA Vanda, UR Nº5)

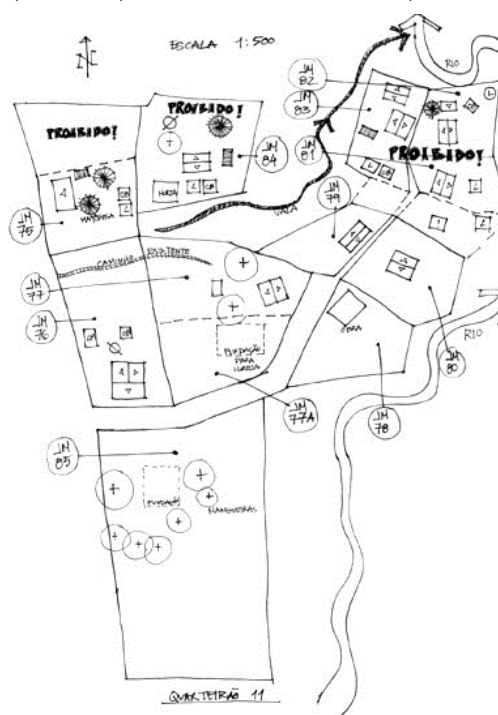


Figura 15: Esboço de mapa com terrenos *nom aedificandi* do bairro Josina Machel (Fonte: SILVA Vanda, UR N°5)



Figura 16: Imagem de satélite base do cadastro (Fonte: SILVA Vanda, UR N°5)



Figura 17: A construção do cadastro (Fonte: SILVA Vanda, UR N°5)

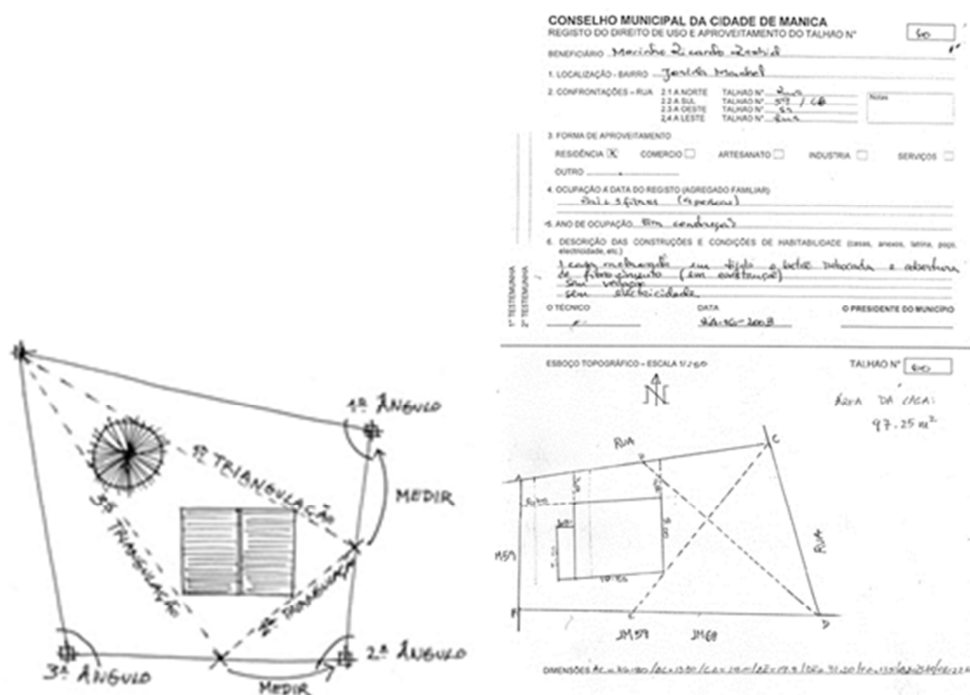


Figura 18: Método da triangulação e ficha de proprietário (Fonte: SILVA Vanda, UR N°5).

3. CIDADE DE PEMBA

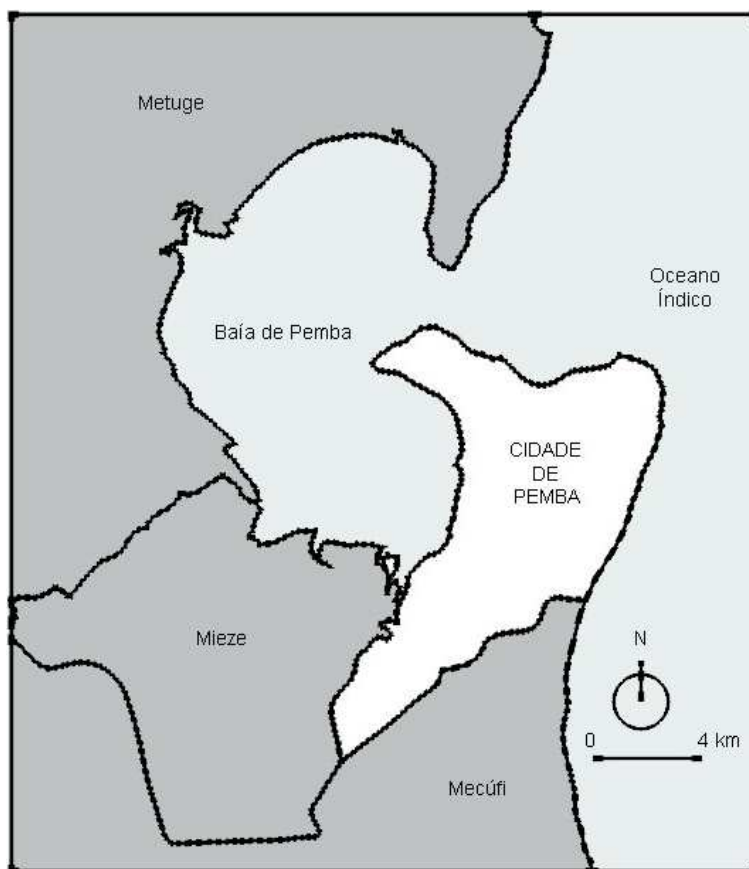


Figura 19: Mapa do enquadramento com a baía da cidade de Pemba (Fonte: autor)

Para melhor compreender a problemática do planeamento das cidades médias em Moçambique, escolheu-se como caso de estudo a cidade de Pemba.

A escolha da cidade de Pemba justifica-se por três razões: trata-se de uma cidade com acelerado crescimento; elevado potencial turístico e degradação do ambiente urbano que requer novas estratégias de planeamento. Para além destas razões o facto de o autor desta dissertação ter trabalhado em Pemba, facilitou o conhecimento da cidade e o acesso a informação.

Pemba, a par de Lichinga e Tete, situa-se entre as cidades médias moçambicanas que mais cresce entre 1980 a 2007 (mais de 220%)⁷⁶. Esta tendência tende a acentuar-se, verificando-se uma atracção crescente de população qualificada e urbana, nacional e estrangeira, com a actividade de prospecção de hidrocarbonetos no caso de tete, de gás natural e petróleo em Pemba. Pemba é de todas as cidades médias a que tem maior potencial turístico (localização impar de frente ao Índico, um património rico e diversificado, etc.) embora o ambiente urbano e a qualidade de vida se tenham vindo a degradar devido à falta do ordenamento e planeamento do território.

⁷⁶ Ver tabela 4, pág. 24

Origem da cidade de Pemba

Tal como outras cidades coloniais do litoral moçambicano a cidade de Pemba foi criada para o acesso aos recursos do interior e como porto para a exportação dos produtos do interior⁷⁸. Após a transferência em 1857 da administração da Ilha do Ibo para o posto comercial de Pemba que oferecia melhores condições para a instalação de um porto marítimo, Pemba tornou-se vila com o nome de Porto-Amélia, em 1899, em homenagem a rainha de Portugal D. Amélia. Foi sede da companhia do Niassa, que deteve os poderes de administração do território da zona norte de Moçambique de 1904 a 1929. Em 1932 é criada a Câmara Municipal de Porto Amélia que a 19 de Dezembro de 1934 ascende a cidade já com a administração do governo central ultramarino⁷⁹. Com a independência de Moçambique, a cidade voltou a chamar-se Pemba por decreto presidencial.



21



22



23



24

Figura 21: Vila do Ibo Rua D. Maria Pia, 1915 (Fonte: Moçambique 1875/1975⁸⁰)

Figura 22: Porto Amélia 1912, vista panorâmica (Fonte: Moçambique 1875/1975⁸¹)

Figura 23: Porto de Pemba em 1957 (Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Pemba)

Figura 24: Porto Amélia 1912-povoação a volta do Porto (Fonte: <http://www.oocities.org/br/historiaPemba/>)

⁷⁸ UN-HABITAT, 2007

⁷⁹ /80/81 *Moçambique 1875/1975, cidades, território e arquitecturas*, 2006, Fernandes, José Manuel, Janeiro, Maria de Lurdes, Neves, Olga Iglésias, mais imagem

3.2. Aspectos físicos

O clima de Pemba é tropical húmido com registo de temperatura média anual de 25,8°C, sendo a precipitação média anual de 878,4 mm e a humidade do ar de 78,8%. É uma cidade de média altitude, com variação da cota entre 0 a 100m, sendo o ponto mais alto, a zona de Alto Gingone, onde se localiza o aeroporto internacional. A cidade possui declives acentuados na direcção sul-este e suaves na direcção norte-oeste.

Em relação à vegetação, o território de Pemba é caracterizado essencialmente por vegetação autóctones sobre sistemas dunares costeiros: savanas, palmeiras, bambus, pradarias, mangais e por formações arbustivas de litoral⁸². Predominam sobre a zona mangueiras, imbodeiros, cajueiros e ainda manchas de coqueiros junto a costa. As linhas de água são na direcção sul a sudeste ou seja para o interior da baía que é também uma zona bastante assolada pela insolação.

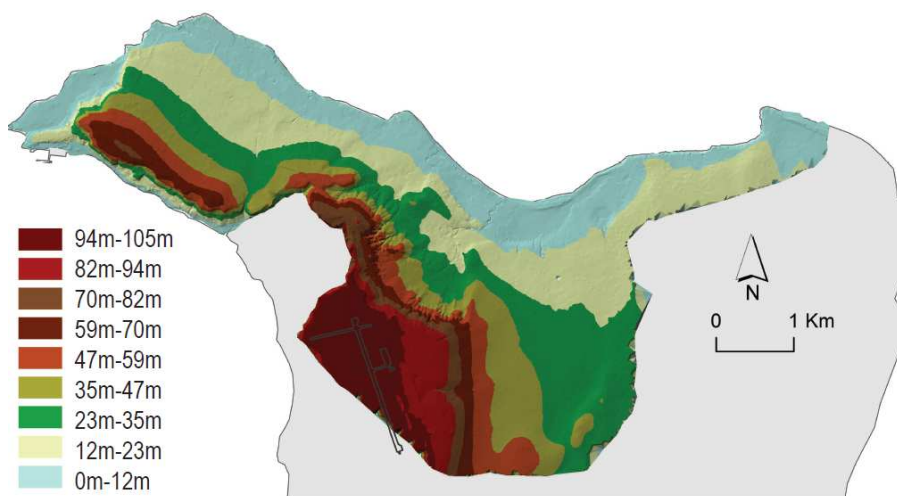


Figura 25: Mapa de altimetria da cidade de Pemba (Fonte: autor)

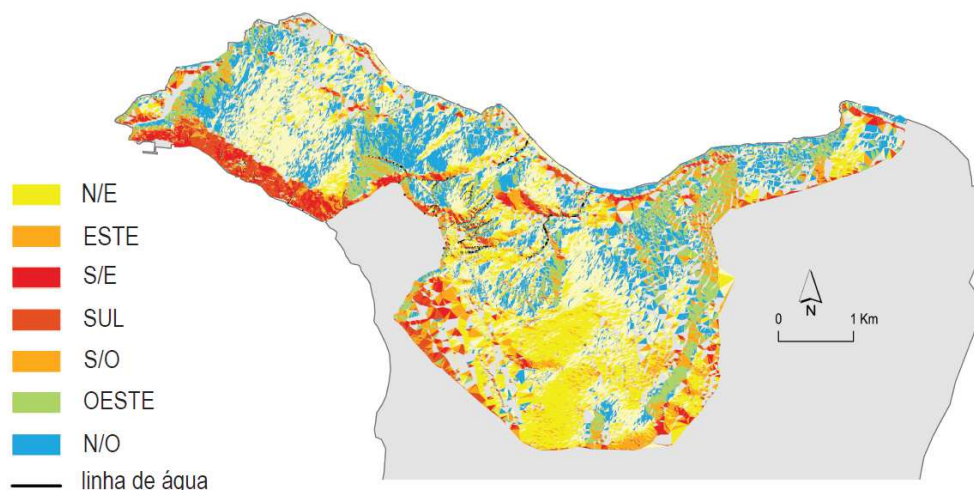


Figura 26: Mapa das exposições das vertentes (Fonte: auto)

⁸² Este mapa cobre uma parte do território, sobre o qual se conseguiu obter dados altimétricos. A única fonte onde foi possível encontrar informação sobre os dados físicos da cidade de Pemba foi através dos técnicos da Direcção Provincial da Agricultura de Cabo- Delgado, todavia os dados fornecidos, só cobrem uma parte da cidade que corresponde aquela aonde incide este estudo.

3.3 População e actividades

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE), a cidade de Pemba, em 2007 tinha aproximadamente 138.716 habitantes e 26,155 agregados familiares. 63% da população tinha menos que 24 anos. A cidade ocupa uma superfície de 9897 hectares ou 98,97 km² e tem uma densidade de 14 hab/hectare ou 1400 hab/km²., distribuídos por 10 bairros administrativos. A população da cidade de Pemba representa apenas 8%⁸³ da população total da província de Cabo Delgado.

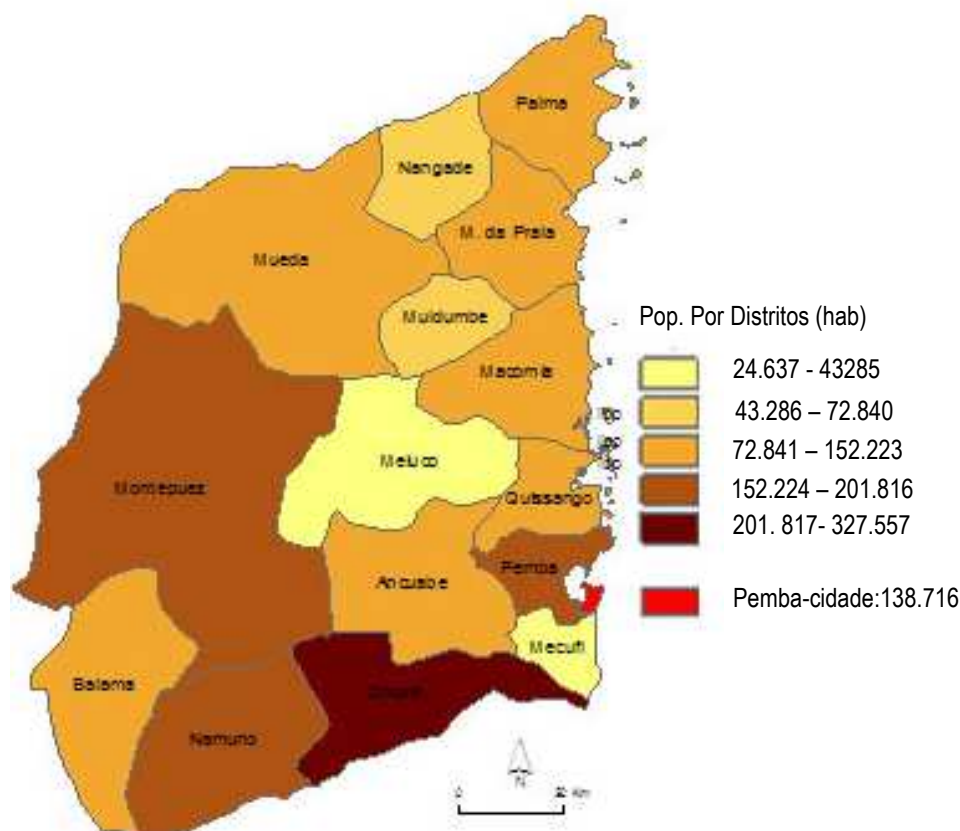


Figura 27: Mapa da distribuição da população por distritos em Cabo Delgado (Fonte: autor)

Em 1980 (46.763 hab), a cidade Pemba tinha um terço da população que tem hoje e nos últimos 12 anos viu ultrapassar a barreira dos 100 mil habitantes, passando dos 82.793 habitantes em 1997 para os 138.716 habitantes em 2007, um crescimento de mais de 50%, totalmente absorvida pelas antigas zonas ditas periféricas, que hoje são as zonas habitacionais da cidade de Pemba. Em 1997, o bairro de cimento detinha uma população de 4 619 habitantes e em 2007 contabilizava 4.304, ou seja, 3% da população total, o que aponta para uma estagnação da população. Não se pode, face a estes números, aplicar o conceito de bairros centrais e periféricos para a cidade de Pemba. Como refere Battino em entrevista (2012) é mais correta a classificação introduzida pela DNH, nos anos 80 do séc. XX, em zonas urbanizadas, semi-urbanizadas e não urbanizadas.

⁸³ Em 2007 a província de Cabo Delgado tinha 1 606 568 habitantes e Pemba tinha 138.716 habitantes

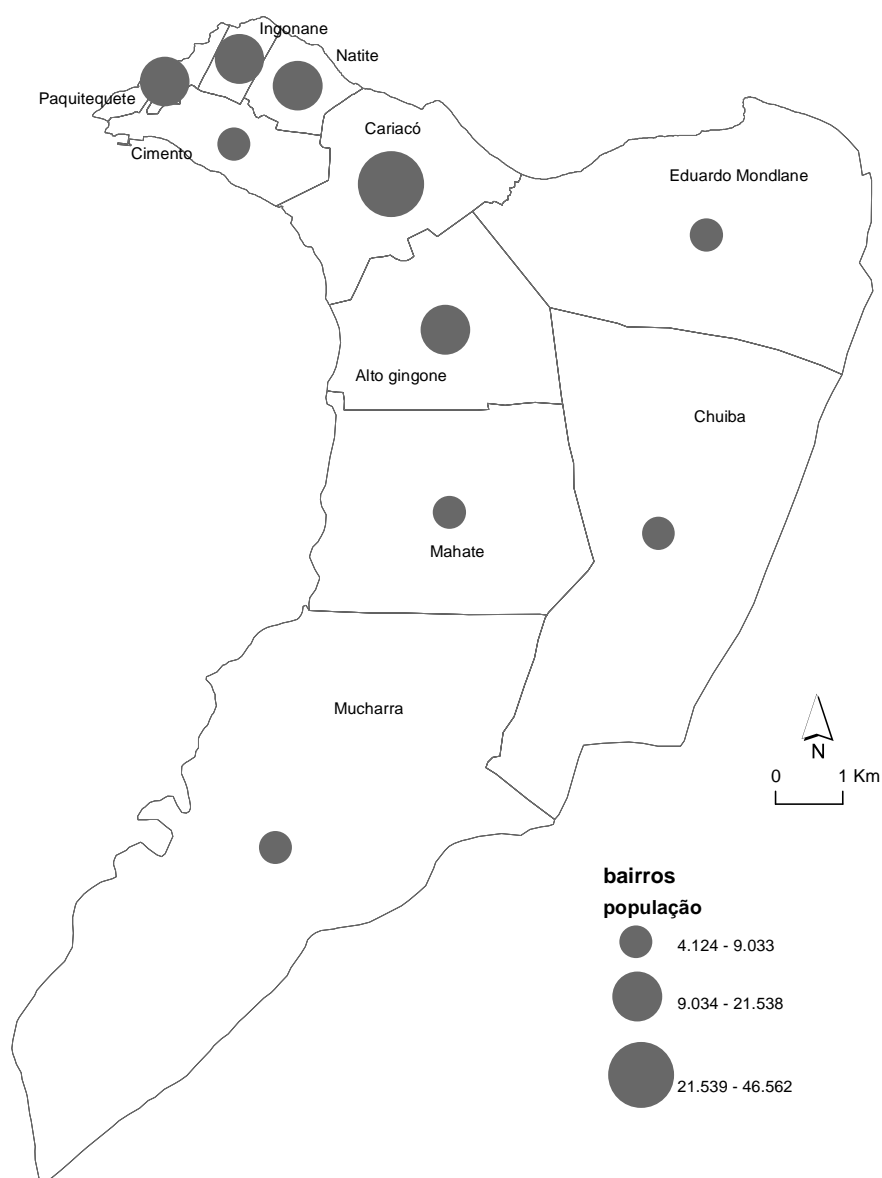


Figura 28: Mapa da distribuição da população por bairros da cidade de Pemba (Fonte: autor)

BAIRRO (Nome)	POPULAÇÃO (Nº de hab.)	ÁREA (Hectare)	DENSIDADE (Nºhab/Ha)
Alto Gingone	14.993	769	19
Natite	21.538	152	142
Cariacó	46.562	589	79
Chuiba	4.124	2.045	2
Cimento	4.304	297	15
E.Mondlane	9.033	1524	6
Ingonane	13.706	86	160
Mahate	5.400	1.179	5
Muchara	5.872	3.175	2
Paquitequete	13.184	81	163

Tabela 5: Nº de habitantes e área por bairro da cidade de Pemba em 2007 (Fonte: Adaptação do autor⁸⁴)

⁸⁴ Informação cedida pela Direcção Provincial de Agricultura de Cabo-Delgado

Na de cidade de Pemba, os bairros com maior número de habitantes situam-se à volta do bairro de “cimento”. São zonas semi-urbanizadas, antigas zonas de expansão, que continuam até hoje a atrair um grande número de habitantes e dependem economicamente do bairro de “cimento”.

O bairro com maior número de população é o bairro de Cariacó, o único que liga os dois lados da península e que duplicou a sua população nos últimos anos⁸⁵, grande parte dela tendo-se instalado em zonas problemáticas. Do lado contrário, está o bairro de Chuiba, longe da cidade de cimento, que tem ainda características rurais. Paquitequete é o bairro com maior densidade de ocupação do solo e maiores problemas de ocupação em zonas de risco.

O maior empregador é Estado, e o emprego formal ocupa apenas 12% da população activa⁸⁶. As populações dos bairros praticam a pesca de pequena escala, sobrevivem de pequeno comércio informal e da agricultura de subsistência, que normalmente é praticada fora da cidade ou em zonas específicas, distantes 50-60 km das suas habitações. Hoje em dia por toda a cidade, um grande número de jovens vendedores ambulantes dedicam-se à venda de cartões pré-pagos de telefones móvel e outros produtos, o que para muitos é a única forma de encontrar o seu sustento.

A cidade vive essencialmente da pesca artesanal e nos últimos anos, do turismo de praia, maior fonte de receita para o município e para o governo provincial. Existe alguma actividade industrial no sector da extracção e transformação mineira como o processamento do mármore e da madeira de qualidade para exportação. É também activo o sector dos transportes, quer marítimo (cargas) quer aéreo (passageiros em turismo e ou em serviço), uma vez que a actividade de prospecção de combustíveis fósseis (petróleo) se tornou bastante dinâmica na província de Cabo Delgado, sendo Pemba a porta de entrada na Província.

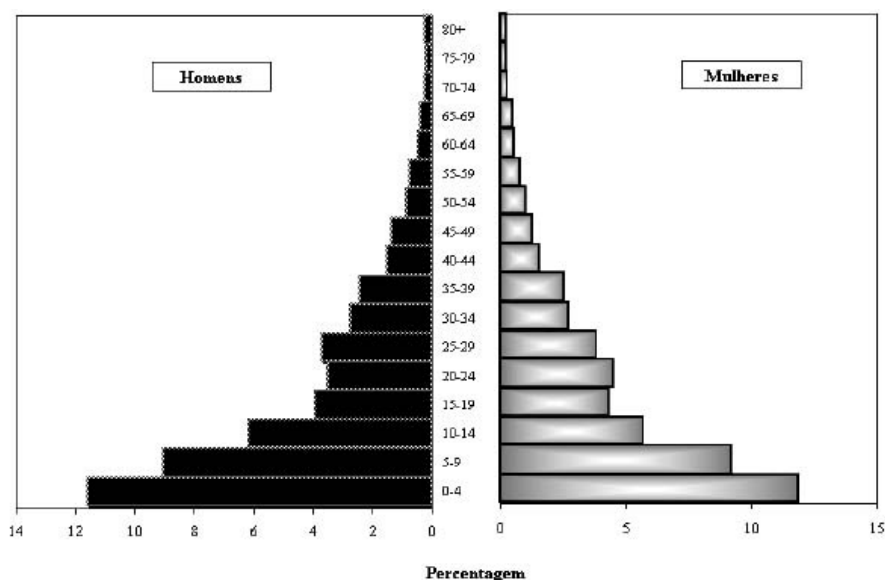


Figura 29: Pirâmide Etária da População de Pemba por Sexo segundo Grupos de Idade (Fonte: INE⁸⁷)

⁸⁵ A população de Cariacó, passou de 16 230 em 1997 para 46562 em 2007

⁸⁶ INE, Estatística do distrito, cidade de Pemba, 2008, disponível *online* em:

<http://196.22.54.18/publicacoes/ets/cdelgado/cidade%20de%20Pemba.pdf> (acesso em 16 de Outubro de 2012)

⁸⁷ Ibidem

3.4 Habitação, equipamentos e infra-estruturas

Habitação

O tipo de habitação predominante na cidade de Pemba é o tradicional. Os materiais usados para as paredes são maioritariamente os paus maticados (64%) seguidos de caniço/paus/bambu/palmeira (16%) e blocos de cimentos (16%). Outros materiais como bloco de tijolo, bloco de adobe, madeira/zinco, lata/cartão/papel/saco/casca, representam menos de 1% cada um. Quanto à cobertura, os materiais vegetais, capim/colmo/palmeira representam mais da metade das construções (51%) seguido de chapas de zinco (40%) e lajes em betão/ chapa de lusalite (5%). Os pavimentos em cimentos são a maioria (35%) mas não muito longe está o pavimento em adobe (32%). Existe um número significativo de habitações ainda sem pavimentos (28%). Cerca de 60% utiliza a rádio, 31%, a televisão e apenas 3% possuem computador⁸⁸.

Equipamentos de educação

Os dados actuais mostram um grande aumento dos equipamentos de ensino. Segundo o estudo da arquitecta Liana Batino (2000), Pemba tinha em 1998, dezanove escolas repartidas em doze Escolas Primárias do 1º Grau, uma Escola Primária do 2º grau, três Escola de Ensino Secundário Geral, um estabelecimento de Ensino Técnico Profissional, dois centros de Alfabetização e Educação de Adultos⁸⁹. Não havia estabelecimentos de ensino superior na cidade e na Província. Em 2008, foram contabilizados, 48 estabelecimentos de ensino, com 39 escolas primárias (EPI + EPII), oito escolas secundárias gerais (ESGI + ESGII) e uma Escola Técnico-Profissional. Actualmente a cidade possui duas universidades em funcionamento⁹⁰.

Rede dos serviços de saúde

Em 1998, a cidade possuía um hospital provincial, quatro centros de saúde e dois postos de saúde⁹¹. Os dados actuais apenas indicam um aumento para nove centros de saúde⁹².

Mercados

Quase todos os bairros e aglomerados tem o seu mercado, mas o mais importante mercado da cidade de Pemba é o mercado de *Mbanquia*, que se localiza no centro do bairro de Natite e centro da cidade.

Equipamentos de lazer e desporto

A cidade de Pemba possui um estádio municipal e pequenos jardins e espaços públicos. A maior parte do tempo de lazer decorre nas praias e ao fim de semana. O desporto mais popular é o futebol de 11 que se pratica em campos improvisados e ou em espaços sobrantes e desocupados.

Não existe a tradição de apropriação dos parques e jardins da cidade até porque a maioria se encontra em mau estado de conservação. Actualmente têm vindo a ser

⁸⁸ INE, *Estatística do distrito, cidade de Pemba*, 2008

⁸⁹ BATTINO Liana, 2000, *Diagnostico rápido da situação ambiental da cidade de Pemba*

⁹⁰ Ibidem

⁹¹ Ibidem

⁹² INE, *Estatística do distrito, cidade de Pemba*, 2008

ocupados por lojas comerciais e quiosques, construções pesadas e permanentes de pouca qualidade, situação que tem levantando conflitos, sobretudo no diz respeito aos licenciamentos e aprovações de obras.

Abastecimento de água

A cidade de Pemba é abastecida de água a partir de um sistema, que tem início em Metuge a mais de 50km de distância. A captação é feita através de furos no aquífero do Rio Muaguide. As zonas não abrangidas pelo sistema são abastecidas por poços e furos locais⁹³. Actualmente apenas 6% dos agregados familiares na cidade de Pemba tem água canalizada dentro da casa, 55% fora de casa e 29% é abastecido pelos fontenários. Os restantes são abastecidos por poços a céu aberto, lagoas e água das chuvas.



30



31



32



33

Figura 30: Habitação multifamiliar (Fonte: autor)

Figura 31: Imagem do tipo de construção predominante na cidade Pemba (Fonte: <http://www.verdade.co.mz/Pemba> consultado no dia 10-09-2012)

Figura 32: Habitação melhorada (Fonte: autor)

Figura 33: Habitação tradicional (Fonte: autor)

Saneamento

Apenas a zona de cimento é coberta pelo sistema de esgoto subterrâneo. Existem 2 pontos de descarga directa sobre o mar, um localiza-se sobre o porto de Pemba e outro sobre a praia a jusante da avenida Eduardo Mondlane, próximo do farol de Ingonane (Ponta Romero).

⁹³ BATTINO Liana, 2000, *Diagnostico rápido da situação ambiental da cidade de Pemba*

No resto da cidade o saneamento faz-se por meio de fossas sépticas (individuais ou colectivas), por latrinas secas em zonas de pouca água, por latrinas melhoradas e ainda por fecalismo a céu aberto nas praias⁹⁴.

Resíduos sólidos

A problemática do lixo urbano na cidade de Pemba é bastante grave. O horário da recolha do lixo é das 6h às 14h todos os dias úteis e das 7h às 12h aos sábados (sazonalmente), abrangendo apenas seis bairros (Cimento, Cariacó, Alto-gingone, Eduardo Mondlane, Natite e Ingonane). Ficam de fora os bairros mais periféricos e mais rurais: Mahate, Muxara e Chuiba. Também o bairro Paquitequete, embora próximo da zona de cimento e dos mais problemáticos, não é abrangido.

Dada a incapacidade dos serviços em responder ao problema, o município tem tentando outro tipo de abordagem nos bairros mais populosos (Ingonane, Natite, Cariacó, Praia do Wimbe e Paquitequete), através de campanhas de sensibilização e palestras para as auto-limpezas envolvendo os líderes comunitários e secretários de bairros e angariando para o efeito apoios junto dos agentes económicos locais.

Segundo o técnico municipal responsável (entrevistado pelo autor em Março de 2012) as principais carências dos serviços urbanos do concelho municipal da cidade de Pemba são os equipamentos de recolha e colocação do lixo urbano uma vez que só possuem neste momento um tractor e vários contentores em muito mau estado de conservação. A falta de assistência técnica regular do tractor, impede a recolha diária do lixo. Está programada a aquisição de um camião basculante de 14 toneladas, três tractores e pequenas máquinas de apoio.

A lixeira da cidade localiza-se próximo ao aeroporto, a leste da Estrada Nacional 106, numa zona densamente povoada. Existe um projecto de construção de uma nova lixeira municipal a céu aberto a 15 km do centro da cidade, no bairro de Muxara estando em elaboração o estudo de impacto ambiental pelo MICOA.

A recolha do lixo na cidade de Pemba está subordinada à Direcção dos Serviços Urbanos do conselho municipal da cidade de Pemba. Em 2000 as estimativas davam conta de que a cidade produzia cerca de 30 toneladas de lixo por dia, dos quais 20 toneladas eram recolhidas. A composição do lixo é na sua maioria de origem orgânica. Em zonas de maior produção de lixo como os mercados, os veículos de recolha ficam em permanência no local. Nas zonas em que o lixo não é recolhido, a população enterra, incinera ou despeja na via pública ou ainda usa o lixo como diques de protecção, o que acarreta grandes problemas de saúde pública e péssimos ambientes urbanos. É o que acontece no bairro de Paquitequete, em que o lixo é usado, para combater a entrada das águas das marés e em outras zonas com falta de canais de escoamento das águas pluviais.

Rede eléctrica

A energia da cidade provém da hidroeléctrica de Cahora Bassa. 37% dos agregados familiares beneficiam da energia nas suas habitações. Os restantes usam outras fontes de energia como os geradores, painéis solares, velas, lenha, baterias e uma grande percentagem ainda usa os derivados do crude, como o petróleo, parafina e querosene⁹⁵.

⁹⁴ BATTINO Liana, 2000, *Diagnostico rápido da situação ambiental da cidade de Pemba*

⁹⁵ INE, *Estatística do distrito, cidade de Pemba*, 2008



34



35



36



37



38



39



40



41

Figura 34: Escola Primária de 1º grau de Cariacó (Fonte: autor)

Figura 35: Hospital provincial de Cabo Delgado (Fonte: autor)

Figura 36: Mercado do bairro de Ingonane (Fonte: autor)

Figura 37: Diocese da cidade de Pemba (Fonte: autor)

Figura 38: Imagem do tractor do lixo junto ao mercado de Mbanguia

Figura 39: Imagem do mercado da baixa

Figura 40: Imagem da prática de fecalismo a céu aberto nas praias da cidade de Pemba

Figura 41: Imagem do despejo do lixo nas bermas da via pública

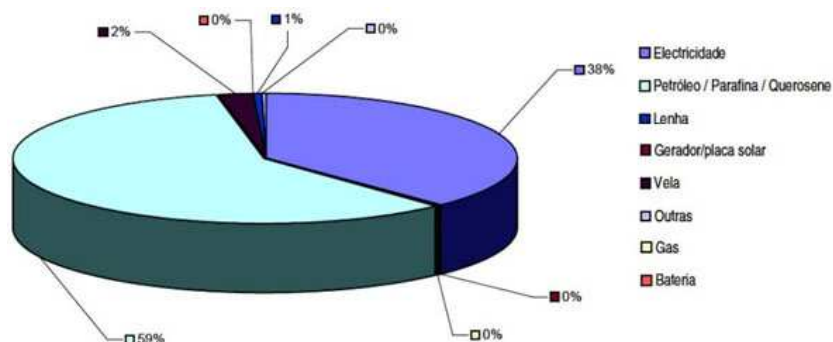


Figura 42: Percentagem dos agregados com energia nas suas habitações (Fonte: INE, 2008)

3.5 Estrutura urbana da cidade

A estrutura urbana da cidade de Pemba está bastante relacionada com a topografia do terreno, caracterizando-se pela concentração da malha na ponta da península e ao longo das vias principais e estruturantes da cidade. A cidade nasce do interior da baía e desenvolve-se em direcção norte-este, ao alto mar afastando-se do declive acentuado sul-oeste.

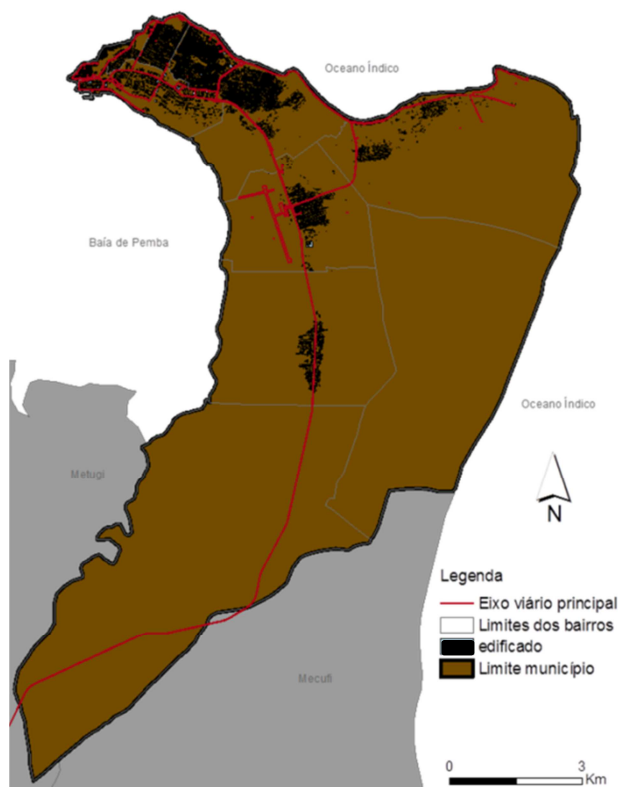


Figura 43: Mapa da síntese da estrutura urbana (Fonte: autor)

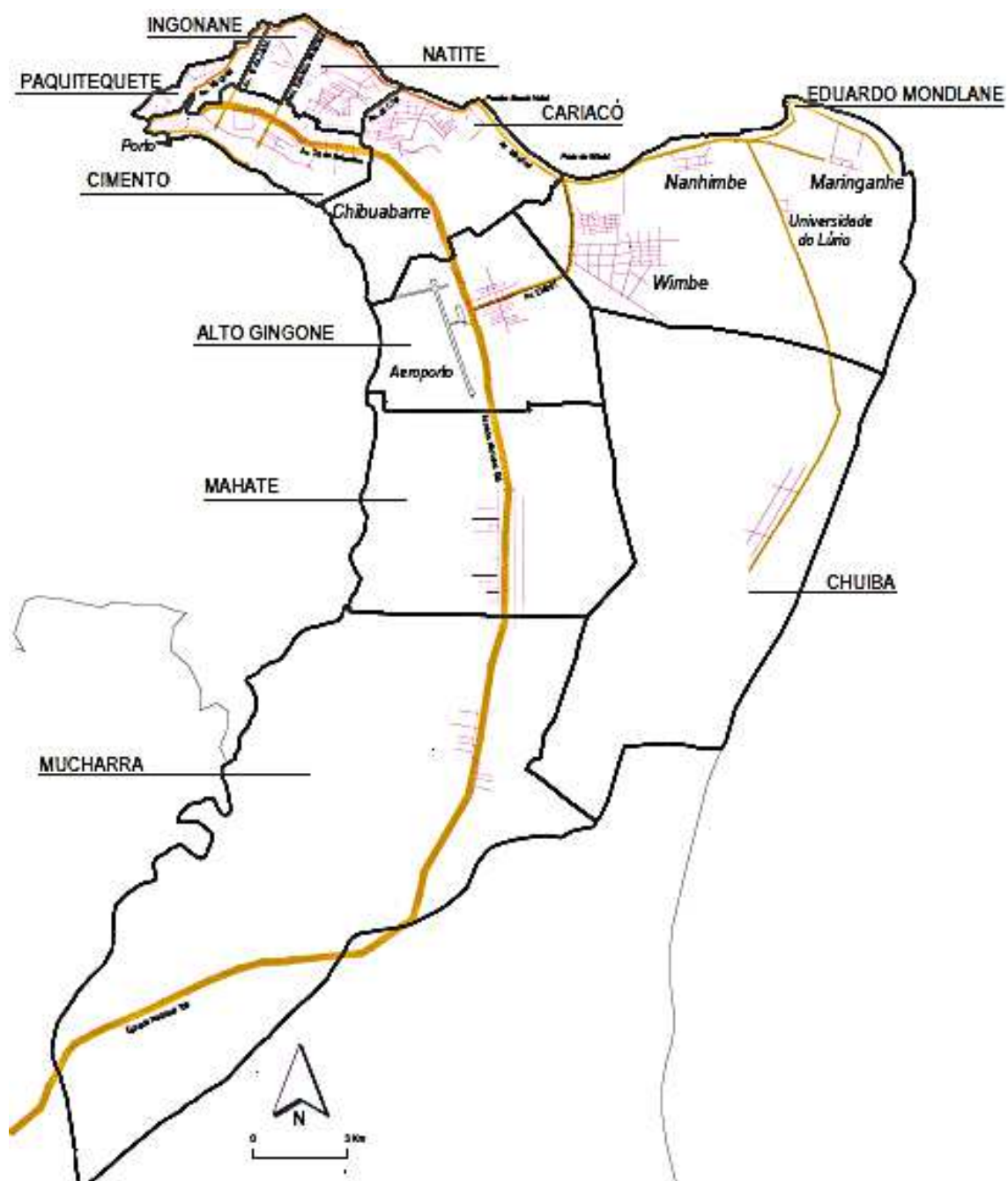


Figura 44: Mapa síntese do traçado (Fonte: autor)

A leitura da cidade de Pemba permite identificar os seus elementos estruturantes, que se apresentam sintetizados no mapa seguinte, segundo adaptação da metodologia da DGOTDU⁹⁶ (1997).

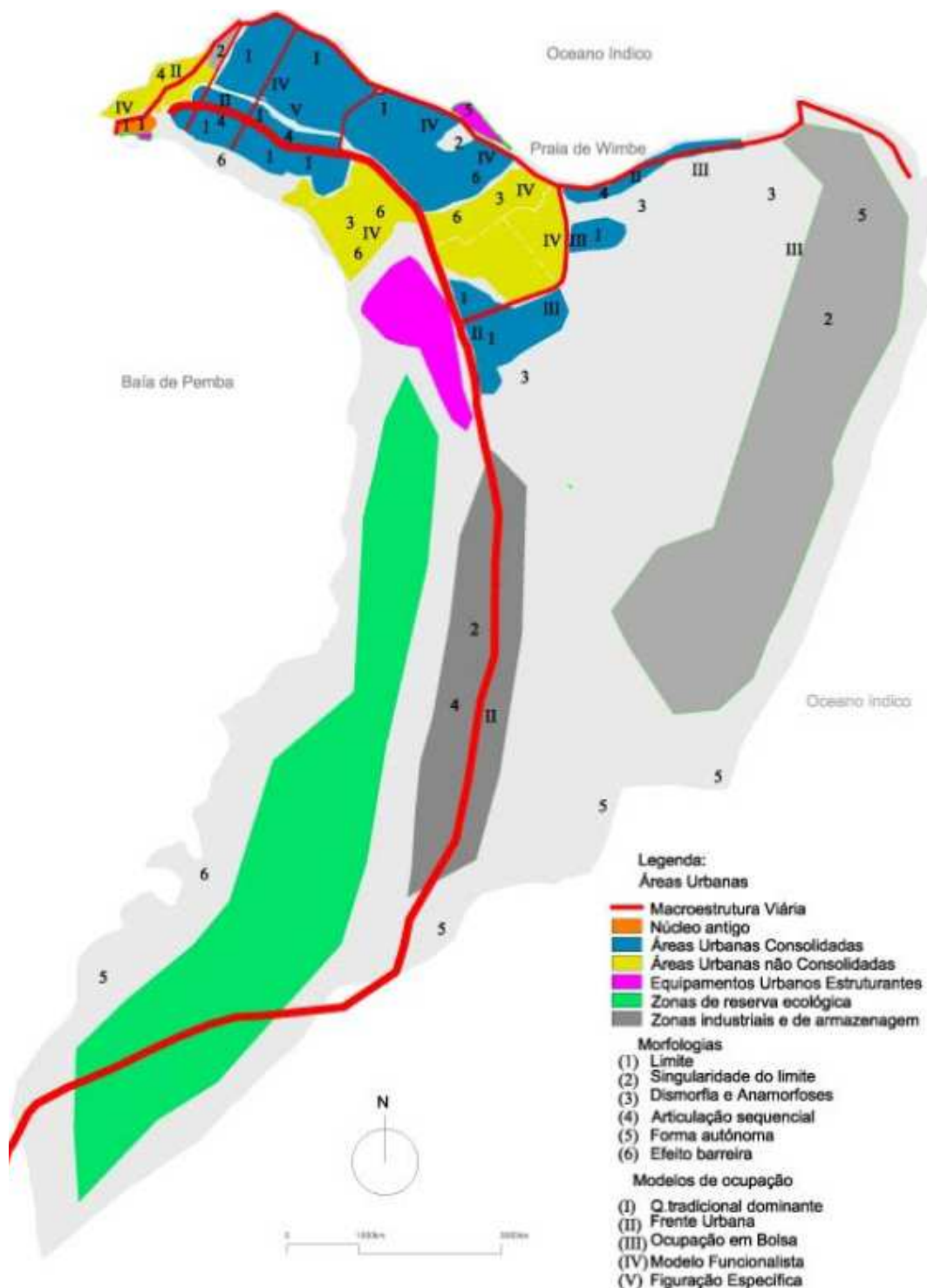


Figura 45: Mapa de síntese da estrutura da cidade de Pemba (Fonte: autor)

⁹⁶ Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) é o organismo público português responsável pela prossecução da política de ordenamento do território e de urbanismo em Portugal

Descrição da metodologia

Identificaram-se em Pemba sete tipos morfológicos:

1. Limite - Formas claramente afirmadas pelo carácter das estruturas em presença, por exemplo os centros históricos de raiz colonial. Refere-se a zona antiga e histórica da cidade de Pemba

2. Singularidades do limite - Formas marcadas pelos limites. São representações definidas por acidentes orográficos, perímetros de áreas sob reserva ou por outros impasses urbanísticos. No caso de Pemba são as zonas ocupadas pelas bases militares da marinha em Paquitequete e pelas instalações e bairro militar na zona de cimento num total de 35 hectares.

3. Dismorfia (Anomalia de forma) - Áreas mal configuradas como por exemplo, algumas periferias urbanas com carências de estruturação viárias, resultando com frequência espaços não edificadas com morfologia de difícil reconhecimento. Em Pemba são as zonas ditas non aedificandi dadas pelas encostas de Paquitequete e a zona de Chibubuare em Cariacó e ainda algumas áreas mal configuradas do bairro de Alto Gingone e Eduardo Mondlane.

4. Anamorfoses (Imagem deformada) - Áreas desprovidas de formas reconhecíveis ou cujas formas parciais distintas não concorrem a forma conjuntas reconhecíveis. Como por exemplo, os conjuntos das dismorfas acima referidas, enquanto próximas mas desconcertadas. Estas áreas são dadas na cidade de Pemba pela zona interior de Cariacó entre a baía e oceano e o hotel, Pemba beach, são zonas mal configuradas que se encontram bastante próximas umas das outras.

5. Articulação sequencial - Formas parciais de sistemas reconhecíveis. Como por exemplo, as configurações que resultem de formas concêntricas ou em rede. Em Pemba são dadas pelas zonas de concentração do edificado com o traçado bem definido.

6. Formas autónomas - Formas parciais ou singulares que não se agrupam e não desenvolvem sistemas, por exemplo de áreas turísticas ou de equipamento, sem que as respectivas localizações se articulem entre si nem com as formas da cidade existente. Em Pemba são as reservas turísticas programadas para Chuiba e a área turística definida pelo Plano Estrutura de 2009 para interior da baía, ou seja em zonas opostas da península e fora dos locais habituais existentes.

7. Efeitos de barreira e impasse urbanístico - Estruturas ou áreas específicas cujas formas impedem articulações urbanas directas, determinando a leitura da cidade por partes, como os efeitos, sobre a malha urbana, de muitas linhas férreas, áreas sob reserva e restrições de utilidade pública. Para além das reservas e zonas militares existem ainda dentro do espaço urbano da cidade, zonas restritas e condicionadas como é o caso das zonas pertencentes as Telecomunicações de Moçambique (TDM) e a zona afecta ao centro emissor da rádio Moçambique.fi

Identificaram-se em Pemba cinco modelos ocupacionais:

I. Quarteirão tradicional - Áreas referentes ao quarteirão encerrado, como centros núcleos antigos ou áreas urbanas consolidadas. Em Pemba encontramos na zona da baixa e em grande parte da zona de cimento.

II. Frente urbana- Áreas estruturadas por ocupações lineares em “fitas”, “faixas” ou “eixos”. Em pemba junto a Estrada Nacional 106 com o aglomerado de Muchara e sobre estrada marginal com as construções junto a praia na zona de Nhanhimbe.

III. Ocupações em bolsa- Áreas frequentemente resultantes de operações urbanísticas de alojamento unifamiliar. Em Pemba é o caso dos loteamentos da expansão Wimbe II e Chuiba.

IV. Modelo funcionalista- Áreas desprovidas de componentes urbanas tradicionais (blocos de habitação isolados, articulados ou desarticulados). Formas que veiculam perturbações á clara leitura do perímetro da zona. É o caso em Pemba de uma parte do bairro de Cariacó e o restante território municipal para além do aeroporto.

V. Figurações específica - Áreas que apresentem formas peculiares resultantes de atitudes projectivas. São, em Pemba, as áreas projectadas e Chuiba as zonas de expansões recentes ⁹⁷

⁹⁷ *Sistema Urbano Nacional, cidades médias e dinâmicas territoriais, 1997, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa,*

3.6 Morfologia urbana e tipologia do edificado

Segundo Lamas (2007) a morfologia urbana é:

“o estudo das formas de um território, interligado aos fenómenos que lhes deram origem, através da leitura organizada e estruturada do território, desde a sua produção às transformações que vai sofrendo ao longo do tempo (...) Ou seja, é a leitura do urbano como uma arquitectura (aspectos quantitativos, de organização funcional, qualitativos e figurativos) ...”⁹⁸.

Para facilitar a leitura da cidade tendo em conta os dados a que se teve acesso dividiu-se a cidade de Pemba em duas zonas de estudo distintas: zona maioritariamente urbanizada (zona1) que ocupa os limites da cidade colonial e vai até ao aeroporto sobre a qual incidirá a análise morfológica e zona maioritariamente não urbanizada (zona 2) semi-rural e dispersa, do aeroporto até aos limites da cidade, englobando a maioria do território da cidade.

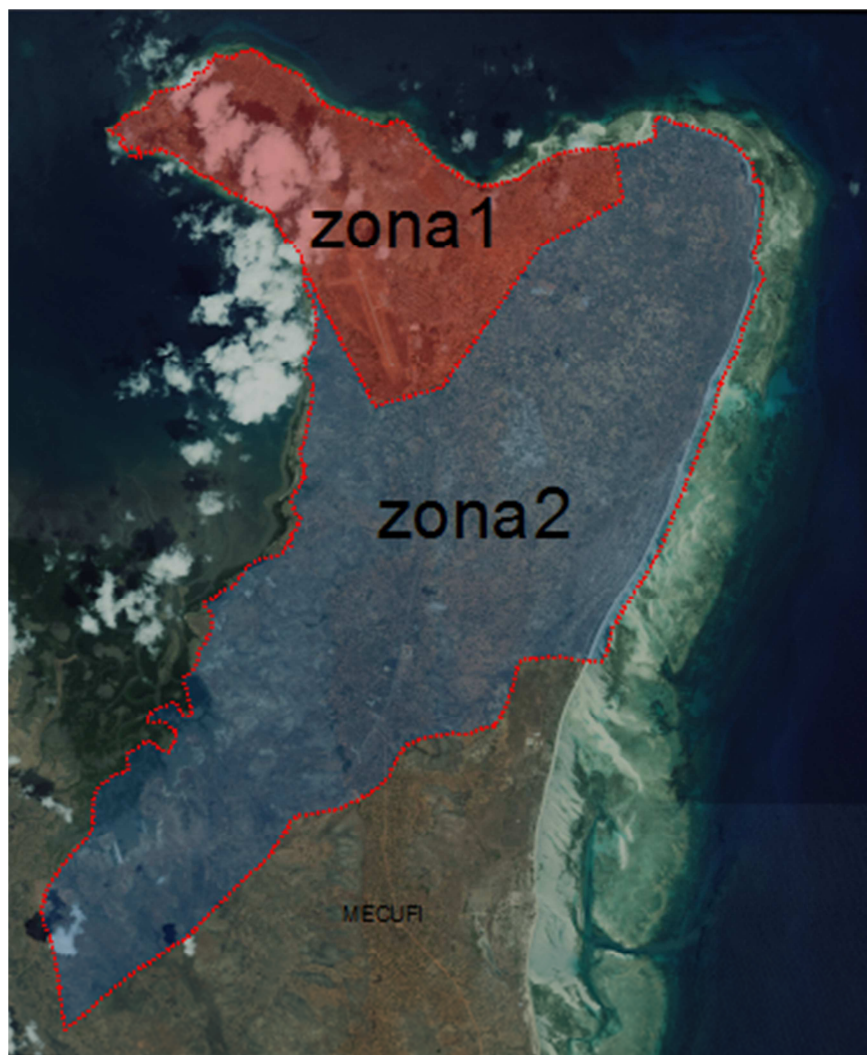


Figura 46: Mapa das zonas de estudo (Fonte: autor)

⁹⁸ LAMAS, J.M.R. Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 4ª edição, Porto, FCG, 2007

3.6.1 Crescimento dos núcleos urbanos

Os bairros da cidade de Pemba nasceram a partir do núcleo pré-existente do Paquitequete (1), uma aldeia de pescadores e de pequeno comércio. Com a construção do porto de Pemba, surge a vila colonial, hoje Baixa (2) em finais do século XIX, e se expande para a zona de cimento (3), nos anos 30 do século XX, em que o aglomerado passou de vila a cidade.

Os bairros suburbanos Ingonane, Natite e Cariacó (4) cresceram á volta da cidade de cimento, tendo apenas sido implementado um sistema de circulação e construídos pequenos equipamentos. Nestes bairros à excepção de Paquitequete, a demarcação dos lotes de trama regular conferiu o padrão característico da ocupação do solo dos bairros de Pemba até finais dos anos 90, quando começou a ocupação espontânea das encostas de Paquitequete e Cariacó (Battino 2000)

Com a construção do aeroporto de Pemba ainda em período colonial, cresce o aglomerado do Ato do Gingone (5) em zona industrial. Depois da independência, com o crescimento da população, o acesso à praia e o desenvolvimento turístico, cresce a zona do Wimbe (6) e recentemente com a construção do eixo viário aeroporto- praia do Wimbe, surgem novas zonas de expansão para habitação *Wimbe I* (7) e para equipamentos e serviços *Wimbe II* (8). Actualmente a tendência de expansão é em direcção a Chuiba e Maringanhe onde já se construiu um polo universitário e se perspectivam grandes intervenções de empreendimentos turísticos.

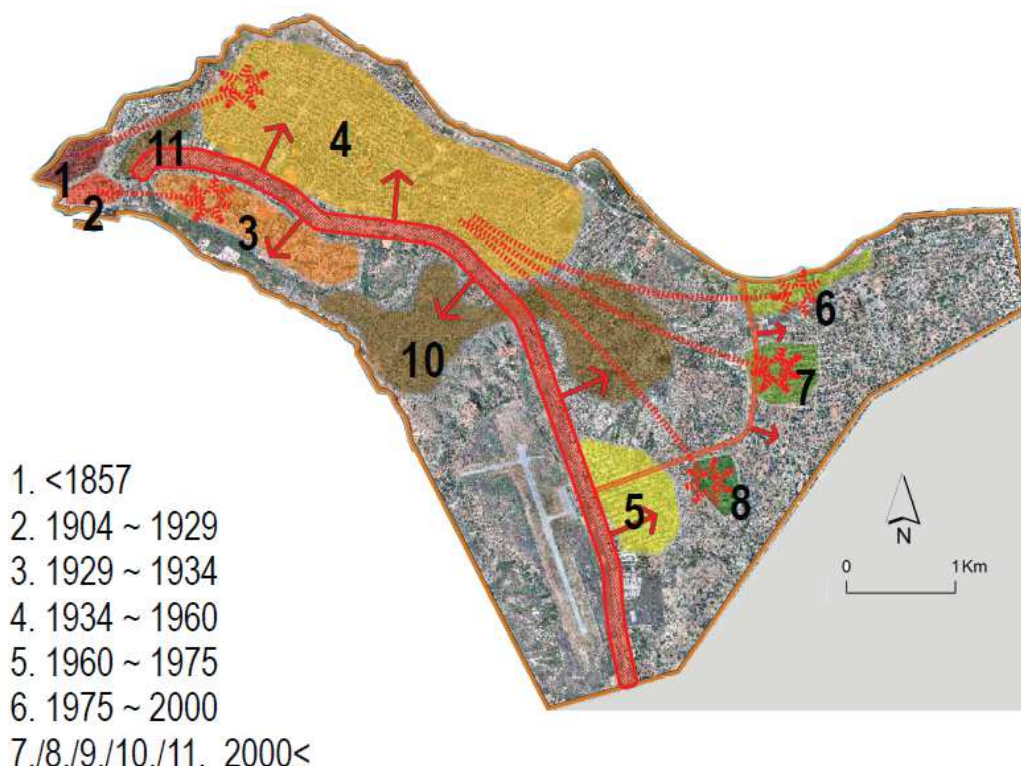


Figura 47: Evolução dos núcleos urbanos da cidade de Pemba (Fonte: autor)

- 1- Zona pré-existente e não urbanizada;
- 2- Zona urbanizada;
- 3- Zona urbana, cidade de cimento;
- 4- Zonas semi-urbanizadas; antigas periferias

- 5- Zona industrial-Aeroporto;
- 6- Zona turística- Praia do Wimbe;
- 7- Zona habitacional expansão, Wimbe I -;
- 8- Zona de equipamentos e serviços- expansão Wimbe II

3.6.2 Tipos de tecidos

Distinguem-se assim três tipos de tecidos: tecido antigo ou histórico está em processo de abandono e ou de degradação do ambiente urbano, o tecido consolidado em fase de estagnação, e o tecido em crescimento.

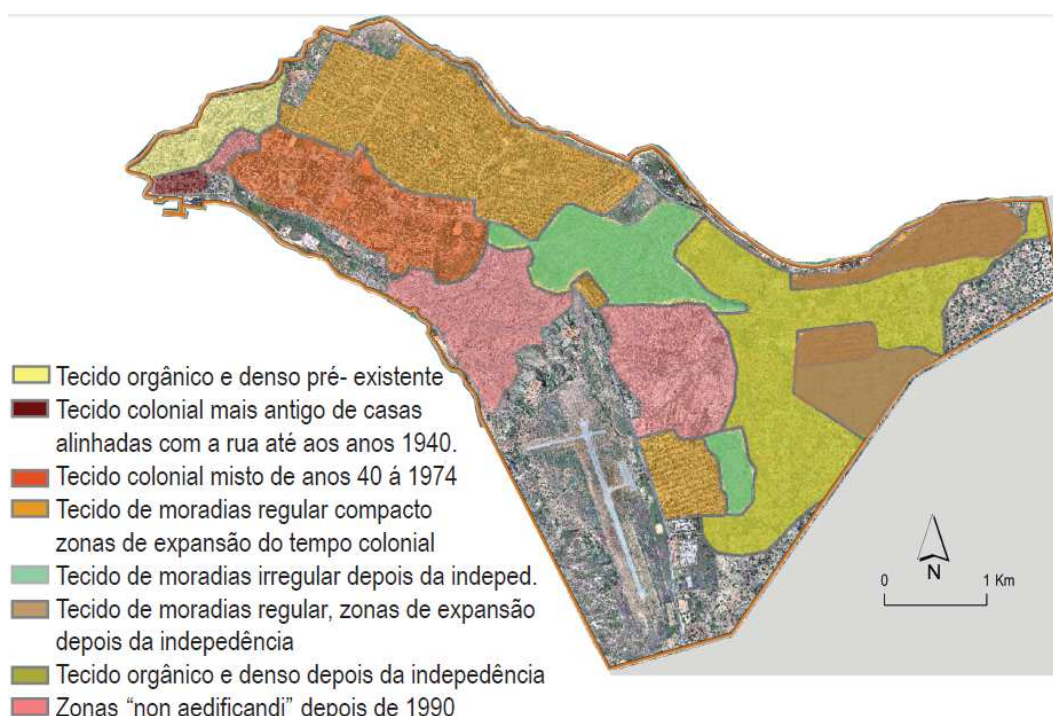


Figura 48: Mapa dos tecidos urbanos (Fonte: autor)

3.6.3 Tipologia do edificado e materiais de construção

Pemba é uma cidade de baixa densidade, onde predomina a pequena habitação unifamiliar em pequena área de implantação e baixa altura. A única zona onde existem edifícios com mais de três pisos é o bairro de cimento que tem apenas um único edifício com mais de 6 pisos.

Em 1997, a percentagem de palhotas era de 86%⁹⁹, a percentagem que tende a crescer sendo o tipo de construção predominante principalmente no interior dos bairros e em zona de risco, como é o caso da zona de Chibubarra, no bairro de Cariacó e a encosta de Paquitequete.

⁹⁹ BATTINO Liana, 2000, *Diagnostico rápido da situação ambiental da cidade de Pemba*

Quanto ao material de construção utilizado¹⁰⁰, as zonas identificadas mostram a predominâncias de certos tipos de construções que se vão transformando à medida que melhoram as condições de vida dos seus habitantes. Em geral, melhora-se a habitação substituindo a parede em madeira e zinco ou pau a pique (64.4%) (maticada e barrada com argila) por paredes de tijolos ou de blocos de cimento (15.6%), ou substituindo a cobertura em caniço ou *macuti* (50.6%) (folhas de palmeiras), por chapas de zinco ou lusalite (39.9%)¹⁰¹.

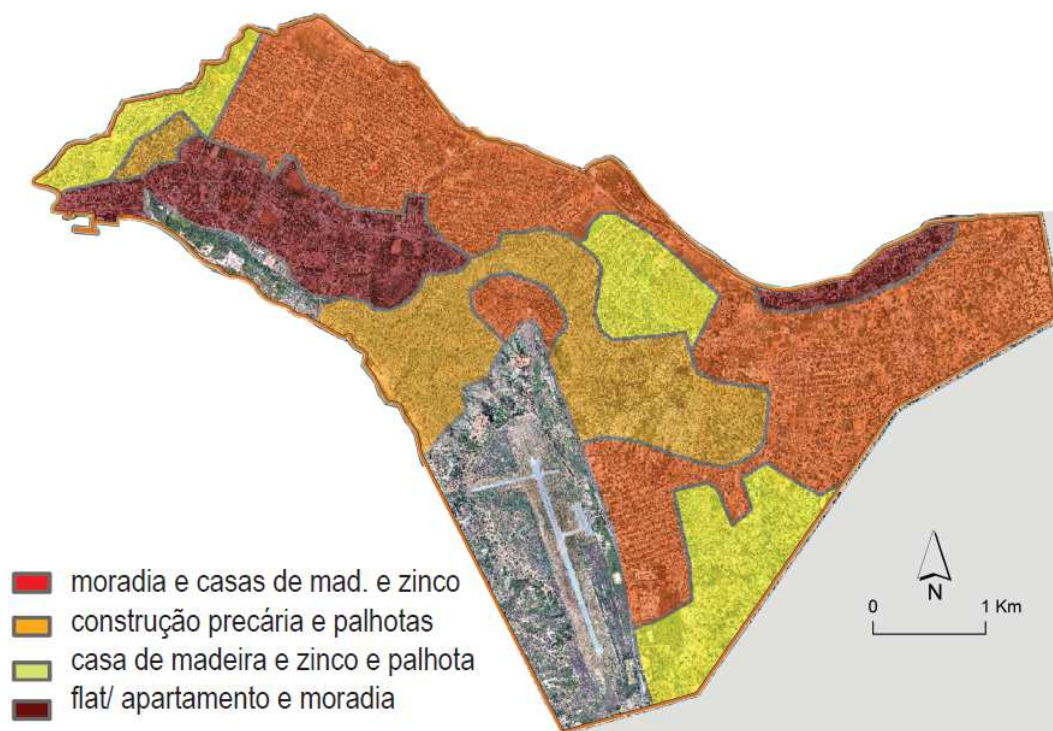


Figura 49: Mapa das características dos aglomerados de Pemba (Fonte: autor)

3.6.4 Níveis de urbanização¹⁰² e tipo de malhas

As áreas urbanizadas reflectem as características urbanas dos aglomerados, quer em relação as infra-estruturas, quer em relação ao tipo de construção.

¹⁰⁰ Relatório sobre a habitação do segundo recenseamento geral da população e habitação (IIRPGPH), disponível *online* em : <http://www.portaldogoverno.gov.mz/links/institui/> (acesso em 12 de Setembro de 2012)

Notas sobre as características do edificado

O IIRPGPH, realizado em 1997, classifica as habitações de Moçambique em 4 tipos, tendo em conta as características do material de construção;

Moradia; flat/apartamento: Construídas com materiais convencionais (blocos de cimento, blocos de tijolo; cobertura de chapa de zinco, Lusalite, telhas; laje de betão.

Palhota: É uma casa cujo material predominante é de origem vegetal (caniço; capim; palha; palmeira; colmo; estacas; bambu; etc.).

Casas precárias: São habitações construídas com material improvisado e precário tal como papel; sacos; latas; cascas de árvores, etc.

Casas de madeira e zinco: São habitações cujas paredes e tectos são construídos com madeira e zinco

¹⁰¹ INE, *Estatísticas do Distrito*, cidade de Pemba - 2008

¹⁰² Níveis de urbanização: A legislação Moçambicana no seu Artigo 22 do capítulo IV, do Decreto Nº 56/2006 de 26 de Dezembro, sobre o regulamento do uso do solo define a urbanização em três grandes níveis: Urbanização básica; Urbanização intermédia; Urbanização completa.

Nível de urbanização	Característica do aglomerado
Urbanização Básica	Parcelas ou talhões destinados aos diferentes usos fisicamente delimitados; O traçado dos arruamentos é parte de uma malha de acessos que integra a circulação de automóveis com acesso pedonais a cada morador; Existe fornecimento de água em quantidade e qualidade compatível com os usos através de fontes dispersas, nomeadamente fontanários públicos, poços ou furos; Os arruamentos estão arborizados.
Urbanização intermédia	Parcelas ou talhões destinados aos diferentes usos estão fisicamente delimitados; Os arruamentos são acabados com solos de boa qualidade estabilizados mecanicamente; Existe um sistema a céu aberto para drenagem de águas pluviais; O abastecimento de água é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária; O abastecimento de energia eléctrica é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária; Os arruamentos e zonas verdes estão completamente arborizados.
Urbanização completa	Parcelas ou talhões destinados aos diferentes usos estão fisicamente demarcados; Os arruamentos são acabados com asfalto ou betão, sendo limitados por lancis; A drenagem de águas pluviais é feita por rede apropriada; O abastecimento de água é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária; O abastecimento de energia eléctrica é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária; Os arruamentos e zonas verdes estão completamente arborizados; Os passeios públicos são revestidos; As comunicações telefónicas são asseguradas por redes apropriadas”.

Tabela 6: Níveis de urbanização (Fonte: adaptação autor)

Podemos distinguir três zonas na cidade de Pemba correspondendo a três tipos de áreas, segundo o nível de urbanização.

Zona urbanizada- com nível de urbanização completa, com infra estruturas, equipamentos (estradas asfaltadas, passeios, água canalizada, etc.) e edifícios convencionais de um ou mais pisos (construções em alvenaria) - maioritariamente nas zonas de cimento e no aglomerado da praia de Wimbe. Apenas 5% da população reside nestas zonas.

Zona semi-urbanizada- Em algumas áreas da cidade pode-se considerar que se atinge o nível de urbanização intermédio. Na realidade, grande parte das zonas semi-urbanizadas da cidade de Pemba ainda configura o nível de urbanização básica, segundo a legislação. São zonas da cidade com ocupações de solo em malha regular, com talhões e arruamentos bem definidos e construções mistas (palhotas e construções em alvenaria de um a 2 pisos). Residem nestas zonas cerca de 65% da população total da cidade.

Zona não urbanizada- são zonas da cidade com ocupação espontânea ou ocupação de zonas *non aedificandi*¹⁰³, como é o caso de grande parte do bairro de Paquitequete e algumas zonas do bairro de Cariacó. Estas zonas são compostas essencialmente de

¹⁰³ Zona *non aedificandi* é a zona onde é proibido qualquer tipo de construção. Disponível online em: <http://www.engenhariacivil.com/dicionario/zona-non-aedificandi> (acesso em 18 de Setembro de 2012)

construções tradicionais e temporárias. Residem nestas zonas cerca de 30% da população.

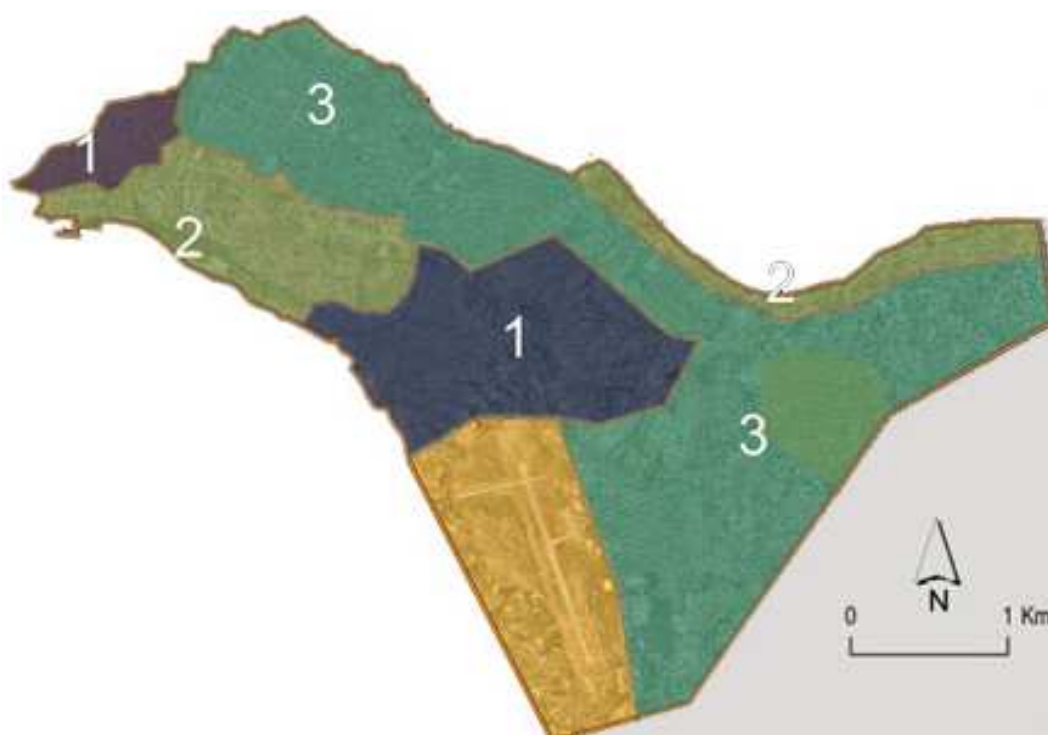


Figura 50: Níveis de urbanização (Fonte: autor)
1- Zona não urbanizada; 2- Zona urbanizada; 3- Zona semi-urbanizada

3.6.5 Principais eixos de actividades

Os principais corredores de circulação e os principais eixos das actividades económicas na cidade de Pemba são os seguintes:

- I. Avenida marginal (IN074), do hotel *Pemba beach* ao farol de Maringuanhe - como eixo turístico-residencial;
- II. Avenida Eduardo Mondlane (NA001) - eixo de serviços e comércio;
- III. Avenida 25 de Setembro - eixo central de equipamentos, comércio, serviços;
- IV. Av. do Chai (CA011) - eixo logístico;
- V. A avenida EM001 - novo eixo de expansão da cidade.

Refira-se que com a actividade de prospecção dos hidrocarbonetos na Província de Cabo-Delgado a zona a seguir ao aeroporto junto a Estrada Nacional 106 é onde se têm localizado os estaleiros dos consórcios internacionais. Esta nova tendência que se têm verificado, ainda não reflecte nenhuma mudança significativa sobre as zonas internas e o espaço urbano da cidade de Pemba.

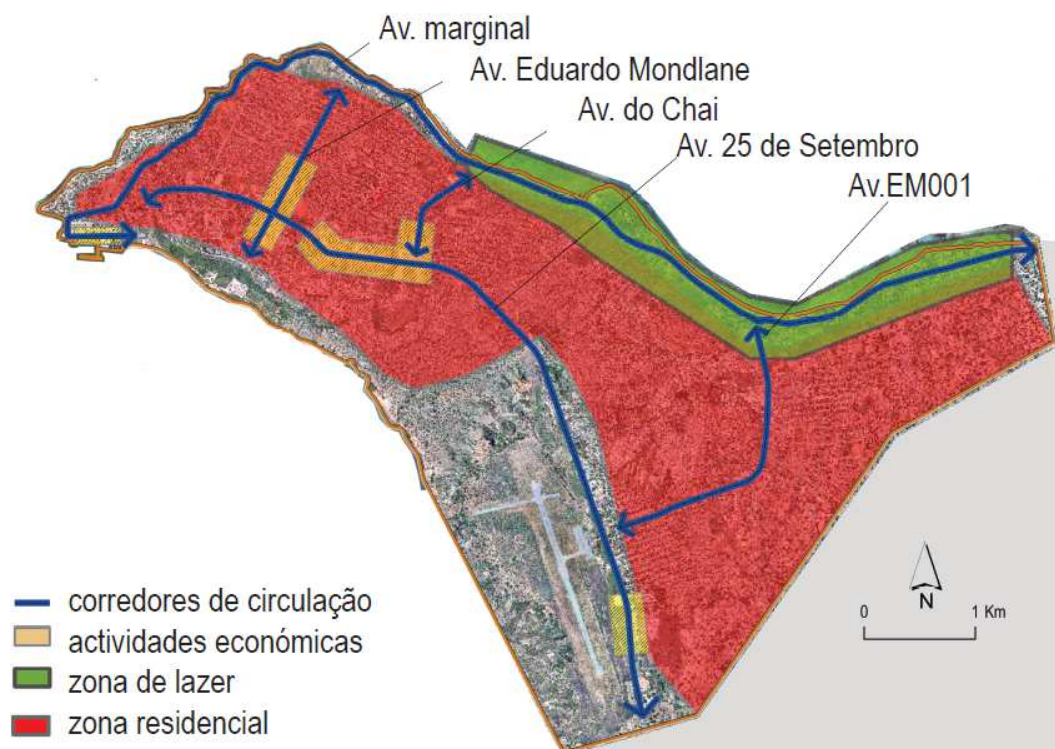


Figura 51: Mapa dos principais eixos de actividades de Pemba (Fonte: autor)

3.6.6 Zonas de interesse turístico (ZIT)¹⁰⁴

A cidade de Pemba tem um potencial turístico relevante, fazendo parte das regiões moçambicanas com influência das ZITs ou com parte do seu território municipal reservado para o efeito e sem possibilidade de intervenção salvo com o aval dos órgãos competentes.

Um dos efeitos da declaração de uma zona como ZIT é a suspensão da emissão de direitos de uso e aproveitamento de terra (DUAT), de licenças especiais ou de qualquer outro direito de ocupação sobre a referida zona. Nas zonas ocupadas, os titulares dos direitos de uso e aproveitamento de terras ou de licenças especiais, devem adequar os seus projectos aos instrumentos de ordenamento territorial na zona¹⁰⁵.

Em Pemba a zona de interesse turístico foi definida pelo governo em 2010¹⁰⁶ e refere-se a toda a costa Leste da cidade até Murrébue.

¹⁰⁴ As Zonas de Interesse Turístico podem ser "qualquer região ou área do território nacional, livre ou ocupado, se possuir as características relevantes, nomeadamente, recursos naturais, histórico-culturais capazes de originar acréscimo de turistas nacionais, regionais e internacionais e cuja dinâmica económica assenta, efectiva ou potencialmente, no desenvolvimento da actividade turística como actividade principal. (Decreto n.º 77/2009, de 15 de Dezembro,)

¹⁰⁵ Disponível online em:

http://www.plmj.com/xms/files/Guias_Investimento/2012/Guia_de_Investimento_em_Mocambique_final.pdf (acesso em 20 de Setembro de 2012)

¹⁰⁶ Decreto n.º 72/2010 de 31 de Dezembro, declara Zona de Interesse Turístico da cidade de Pemba, a costa leste até Murrébue com 1081 hectares.



— Zona de Interesse Turístico (ZIT) — Bairro Paquitequete
Figura 52: Zona de Interesse Turístico da cidade de Pemba (Fonte: autor)

3.7 Cadastro

Apenas as zonas urbanizadas da cidade de Pemba é que possuem cadastro. O cadastro da zona antiga e colonial encontra-se incompleto e em muito mau estado e o da zona urbanizada de Wimbe I e II encontram-se em parte incerta. O município tem tentado regularizar o processo cadastral das zonas da cidade mas por questões técnicas e falta de recursos o registo ainda não foi traduzido em carta.



Figura 53: Mapa cadastral de 1973 (Fonte: disponível online em: <http://www.oocities.org/br/historiaPemba/planoscopy.jpg>)

Está em curso um projecto de Regularização da Posse da Terra (RPT), financiado pelo *Millennium Challenge Account (MCA)*, *Mozambique* e elaborado pela Direcção Nacional de Terra e Florestas (DNTF) do Ministério da Agricultura em parceria com o conselhos municipais que tem como objectivo assegurar os direitos de uso e aproveitamento da terra. Este projecto para a cidade de Pemba irá incidir sobre os bairros de Ingonane, Natite e Cariacó, zonas já consolidadas e com algum tipo de urbanização.



Figura 54: Mapa cadastral do bairro de Ingonane (Fonte: conselho municipal da cidade de Pemba)

3.8 Diagnóstico da cidade de Pemba

O diagnóstico da cidade de Pemba foi elaborado em duas etapas: primeira, uma fase de recolha de informação em pré-diagnóstico que permitiu, numa visão global, identificar as grandes questões da cidade de Pemba e o conteúdo de cada domínio; uma segunda fase visou o aprofundamento do diagnóstico seguindo o método “SWOT”¹⁰⁷.

¹⁰⁷ SWOT significa Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenários e serve como base a qualquer tipo de intervenção e planeamento estratégico. É uma técnica desenvolvida pela escola americana mas que se diz ter origem na china antiga. Disponível online em: http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_SWOT (acesso em 20 de Outubro de 2012)

Tabela 7. Quadro de pré-diagnóstico (Fonte: autor)

Pontos fracos	Pontos fortes	Oportunidades	Ameaças
<p>1-Degradação dos espaços urbanos;</p> <p>2- Edificação dispersa e não estruturada;</p> <p>3-Falta de qualificação da mão-de-obra;</p> <p>4-Reduzida formação para apoio à criação e desenvolvimento de empresas;</p> <p>5-Baixo índice de desenvolvimento socioeconómico</p> <p>6-Reduzida capacidade de investimento nas zonas interiores;</p> <p>7-Ausência de ordenamento do território</p> <p>8-Atrasos e ou ausência na elaboração de programas e planos.</p>	<p>1-Amenidade do clima;</p> <p>2 -Recursos naturais disponíveis para suportarem actividades de pequena escala associadas ao mundo rural;</p> <p>3 -Existência de um rico património cultural</p>	<p>1-Áreas classificadas de protecção turística e da natureza;</p> <p>2-Existência de instrumentos de ordenamento e de defesa e preservação das áreas sensíveis (zonas reservadas);</p> <p>3-Investimento nas actividades turístico-praia;</p>	<p>1-Erosão costeira nas áreas de maior dinâmicas, afectando as praias e arribas (com construções desordenadas);</p> <p>2-Declínio da agricultura no interior da cidade;</p> <p>3-Concorrência de outros mercados, nomeadamente de Nampula e Nacala(porto de Nacala);</p> <p>4-Ausência de flexibilidade dos instrumentos de ordenamento do território, condicionando a localização de novos empreendimentos turísticos (conflitos de interesses).</p>

A análise SWOT foi estruturada em cinco domínios, para facilitar a leitura, compreensão e síntese:

Integração Territorial:

- Acessibilidades e mobilidades
- Localização privilegiada versus forma do território
- Qualidade ambiental ligada à questão das frentes marítimas e a baía

Estrutura urbana / qualidade de vida:

- Qualidade de vida habitacional
- Estruturação e qualidade do espaço público
- Questão do saneamento
- Equipamentos

Identidade cultural e patrimonial:

- Património natural e cultural
- Património edificado e referências

Estrutura Demográfica:

- Estrutura da população
- Escolaridade

Produtividade Económica:

- Existência de um porto marítimo
- Comércio
- Existência de pequena indústria de extracção mineira e madeireira
- Turismo de praia

Tabela 8. Quadro diagnóstico (Fonte: autor)

INTEGRAÇÃO TERRITORIAL	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Localização geográfica em relação a Nampula; - Capital da província de Cabo- Delgado; - Boa acessibilidade interprovincial, permitindo uma troca de informação e de população mais eficaz; - Topografia estável, declives, o que permitem o escoamento das águas pluviais a consolidação de áreas urbanas; - Proximidade do mar (localização privilegiada em termos de vistas); - Reserva natural da baía de Pemba 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de uma ligação rápida a Lichinga, capital da província do Niassa, a não ser passando por Nampula; - Descargas de resíduos, poluição atmosférica, saneamento do meio. -Desequilíbrios nas ligações da cidade com os elementos naturais envolventes-mar, floresta, baía
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de melhoria das acessibilidades, tanto na relação com Nampula, como os restantes distritos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de políticas de controlo das fontes de poluição ambiental, (riscos ambientais; riscos de saúde pública).

Objectivo: Criação de rede, que permitirá uma maior facilidade de acesso aos equipamentos, com áreas de influência a nível do município.

ESTRUTURA URBANA E QUALIDADE DE VIDA	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de bairros habitacionais bem consolidados (malha perfeitamente estruturada); - Rede de acessibilidade e de distribuição local razoável, contudo com alguns problemas no interior dos bairros e em alguns bairros; - Boa oferta de equipamentos escolares (áreas de influência elevadas); - Existência de um hospital provincial; - Existência de algumas instituições associativas e recreativas (pequenos grupos de dança amadores). 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação deficiente do interior da cidade - Crescimento desordenado e desarticulado da periferia; - Má organização espacial e crescimento em zonas <i>non edificandi</i>; - Grande barreira física, avenida 25 de Setembro; - Espaço público desvalorizado (ocupação ilegal); - Poluição urbana, devido a acumulação de resíduos sólidos urbanos; - Inexistência de estruturas e corredores verdes - Fraca qualidade ambiental. - Carência de equipamentos, não permite servir toda a população (em especial equipamentos recreativos, de desporto e culturais);
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de políticas de saúde integrada - oferta de habitação adequada a sua população. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção indiscriminada de habitação precária; - Degradação das condições de habitabilidade no centro histórico (inexistência de qualquer plano de reabilitação e salvaguarda);

Objectivos: Requalificação do espaço público e melhorar as condições de mobilidade interna (oportunidade de melhorar a qualidade de vida, através do espaço público)

IDENTIDADE CULTURAL E PATRIMONIAL	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Património natural (baía e reserva natural de Pemba a metuge); - Património histórico-cultural; - Núcleo histórico central de grande identidade e valor patrimonial; 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação da baixa - Inexistência de actividades promocionais do rico património cultural (arte maconde, danças tradicionais (tufo, etc.)
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de ONG e individualidades interessadas em preservar o ambiente, o património e a história da cidade. - Manutenção presente dos hábitos e costumes em forma de arte e representação (artistas plásticos e danças tradicionais). 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de políticas que assegurem a reabilitação e a salvaguarda da zona antiga. - Inexistência de apoios aos convívios sociais e culturais.

Objectivo: requalificar e de reconverter usos do património, passando pela preservação dos pontos de interesse cultural e pela melhoria da qualidade habitacional, etc.

ESTRUTURA DEMOGRÁFICA	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Percentagem crescente da população residente entre 25 e 40 anos. -Enraizamento cultural da população e tradição de consumo cultural -Existência de instituições de ensino superior 	<ul style="list-style-type: none"> - Esperança de vida baixa -Sistema sócio cultural Fechado e pouco propenso á cooperação -Falta de iniciativa endógena e sistema socio- cultural fechado pouco propenso a inovação social, cultural e económica
	Oportunidade	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - População jovem e receptiva às novas tecnologias -Programas públicos de elevação do nível de instrução aos jovens, especialmente aos do sexo feminino. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição total da população activa; - Falta de iniciativa perante políticas incentivadoras do retorno ou da fixação da população jovem.

Objectivo: Viabilizar o crescimento de sectores de ensino como o secundário e terciário na cidade, de modo a empregar a população jovem. Aumentar a oferta de mão-de-obra qualificada.

PRODUTIVIDADE ECONÓMICA	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> 1-Existência de um porto comercial 2-Existência de um grande porto próximo, o porto de Nacala; 3-Dinâmica comercial e produtos náuticos; 4- Desenvolvimento industrial endógeno, extracção mineira, madeireira e recursos marinhos; 5- Tradição turística; 6-infra-estruturas turísticas vocacionadas para o turismo de praia. 	<ul style="list-style-type: none"> 1-Sector da pesca ainda artesanal; 2-Concorrência do porto de Nacala; 3- Diminuição gradual da actividade industrial no sector de extracção mineira e madeireira (muito dependente de exportação); 4-Promoção turística pouco competitiva; 5- Quase inexistência de oferta de trabalho; 6-Insuficiente formação e profissionalização nos sectores de turismo, recreio desporto e cultura; 7-Falta de iniciativa empresarial;
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Grande potencial a nível do turismo de praia; - Existência de grandes áreas de terrenos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência de abandono da cidade dos investidores estrangeiros -aumento do sector informal e comércio de rua

Objectivo: Desenvolver e qualificar a oferta de serviços no sector do turismo

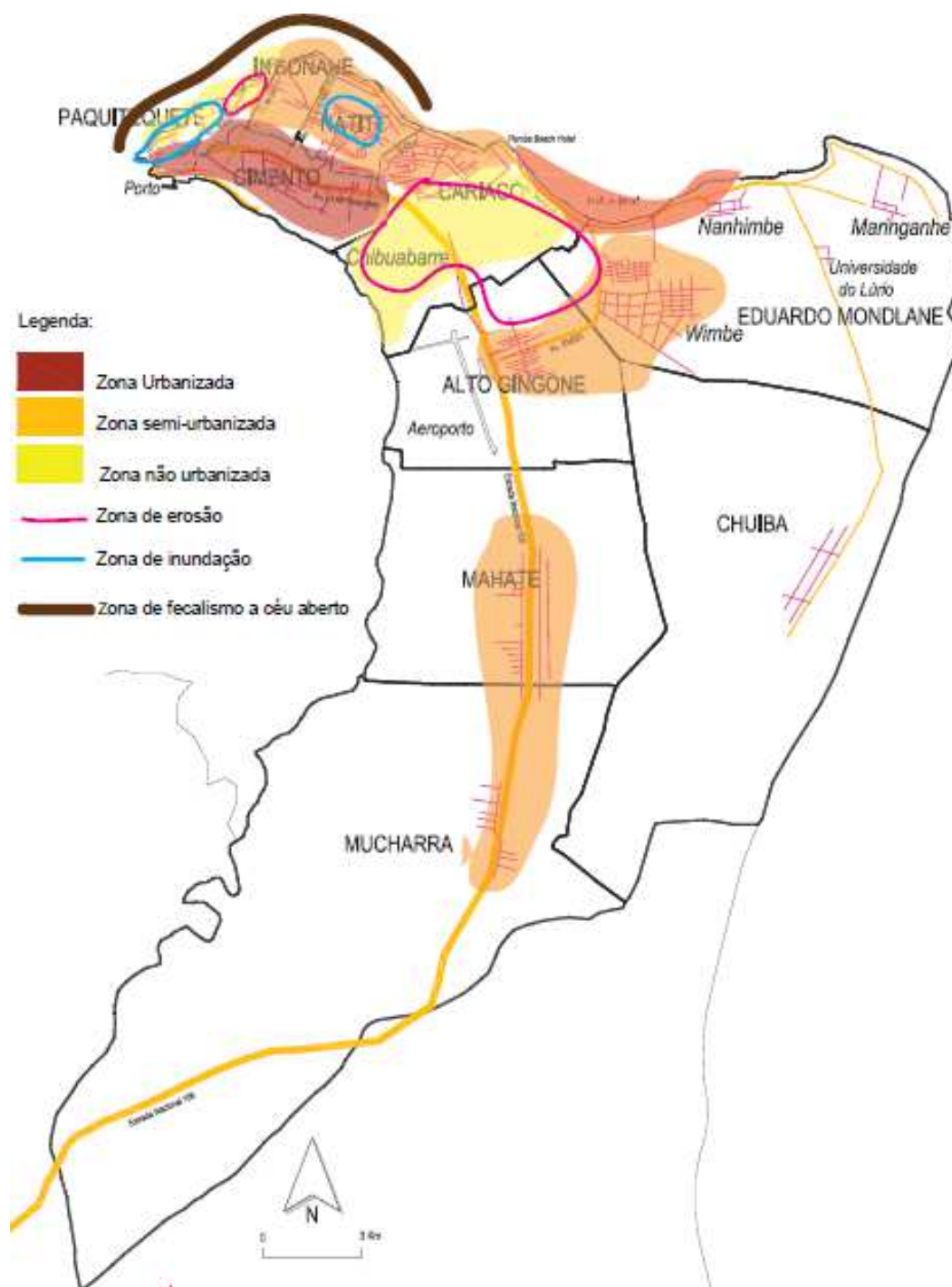


Figura 55: Mapa síntese dos Problemas ambientais da cidade de Pemba (Fonte: autor)

3.9 Instrumento de planeamento para a cidade de Pemba

Não são conhecidos planos ou projectos urbanos para os bairros não urbanizados da cidade de Pemba. Os mapas elaborados antes da independência limitavam-se à zona de cimento, estão incompletos e em muito mau estado. Só a partir de virar do milénio se conhecem planos para Pemba. Os levantamentos fotográficos estão bastantes danificados e não existem cópias nem registo de documentos. A única cartografia disponível é o mapa de endereçamento que o município tem de solicitar à Direcção Nacional de Geografia e Cadastro e vende aos interessados.



Figura 56: Carta de endereçamento da cidade de Pemba, cooperação Francesa, 2002 (Fonte: Gabinete Técnico do Município de Pemba)

3.9.1 Planos de estrutura, planos de urbanização e planos pormenor

Em 1998 foi elaborado um Plano de estrutura para a cidade de Pemba que previa uma sucessão de zonas habitacionais e zonas de protecção ambiental a partir de Meia Via (Pemba Beach) até a Ponta Mahunhane.¹⁰⁸ Vários estudos sectoriais foram realizados no âmbito do mesmo plano¹⁰⁹. Todavia não se encontra nenhuma cópia do Plano no concelho municipal nem mapas bases.

Em 2000, foi elaborado o diagnóstico rápido sobre a situação do ambiente urbano pela arquitecta Liana Battino, ao mesmo tempo que os diagnósticos para os Municípios de Montepuez, Ilha de Moçambique, Mocuba e Quelimane no âmbito do lançamento do Projecto de apoio a 5 Municípios, financiado pela Dinamarca e implementado pelo MICOA/CDS Nampula (conhecido como P5).

¹⁰⁸ Battino, Liana (entrevista 2012)

¹⁰⁹ Ibidem

Em 2000 foi elaborado um Plano de urbanização Wimbe I e em 2007, o Plano de urbanização Wimbe II¹¹⁰, para a cidade de Pemba. Todavia, estes dois planos produzidos pelo conselho municipal¹¹¹ em parceria com o Fundo de Fomento de Habitação¹¹², não seguiram as recomendações do Plano de Estrutura de 1998. Estes dois planos apostam numa ocupação “compacta” do território e não respeitam as áreas de protecção ambiental. Isto é um exemplo da desorientação e desarticulação entre os instrumentos produzidos e as instituições que intervêm no território.

Contudo, actualmente são estes planos que determinam o modelo de ocupação do território para as zonas abrangidas e a envolvente. Observa-se através de imagem de satélite, uma extensão de território demarcado e supostamente legalizado para além dos limites do plano inicial: é sinal da especulação em redor dos terrenos, condicionando o ordenamento sequencial da zona



Figura 57: Imagem de lotes demarcados e legalizados (Fonte: www.google-earth.com-2012)
(Vermelho- lotes demarcados que resultam de um plano, *WIMBE II*; verde- lotes de não planeamento)

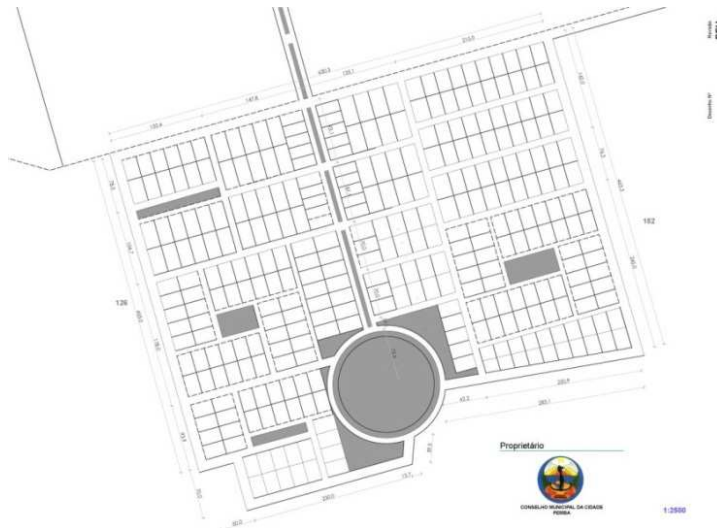


Figura 58: Plano de urbanização “Wimbe II” (2000).Planta dos lotes (Fonte: Conselho municipal da de Pemba) cidade

¹¹⁰ O primeiro foi aprovado e implementado e o segundo encontram-se em fase de estudo dado os sucessivos conflitos entre os diferentes intervenientes.

¹¹¹ Este Plano foi feito por adjudicação directa á uma equipa de consultores externos, coordenados pelo arquitecto Rodolfo Pinheiro

¹¹² Este Plano vem no seguimento de um outro Plano anterior denominado de “Wimbe I” também elaborado pelo Fundo de Fomento Habitação, do qual não se conhece a data certa da sua elaboração.

Fundo de Fomento Habitação (FFH) é um órgão pertencente ao ministério das obras públicas e habitação, responsável pela criação de condições de habitabilidade às populações de poucos recursos, quer nas zonas urbanas em articulação com os municípios quer em zonas rurais em articulação com os governos distritais.

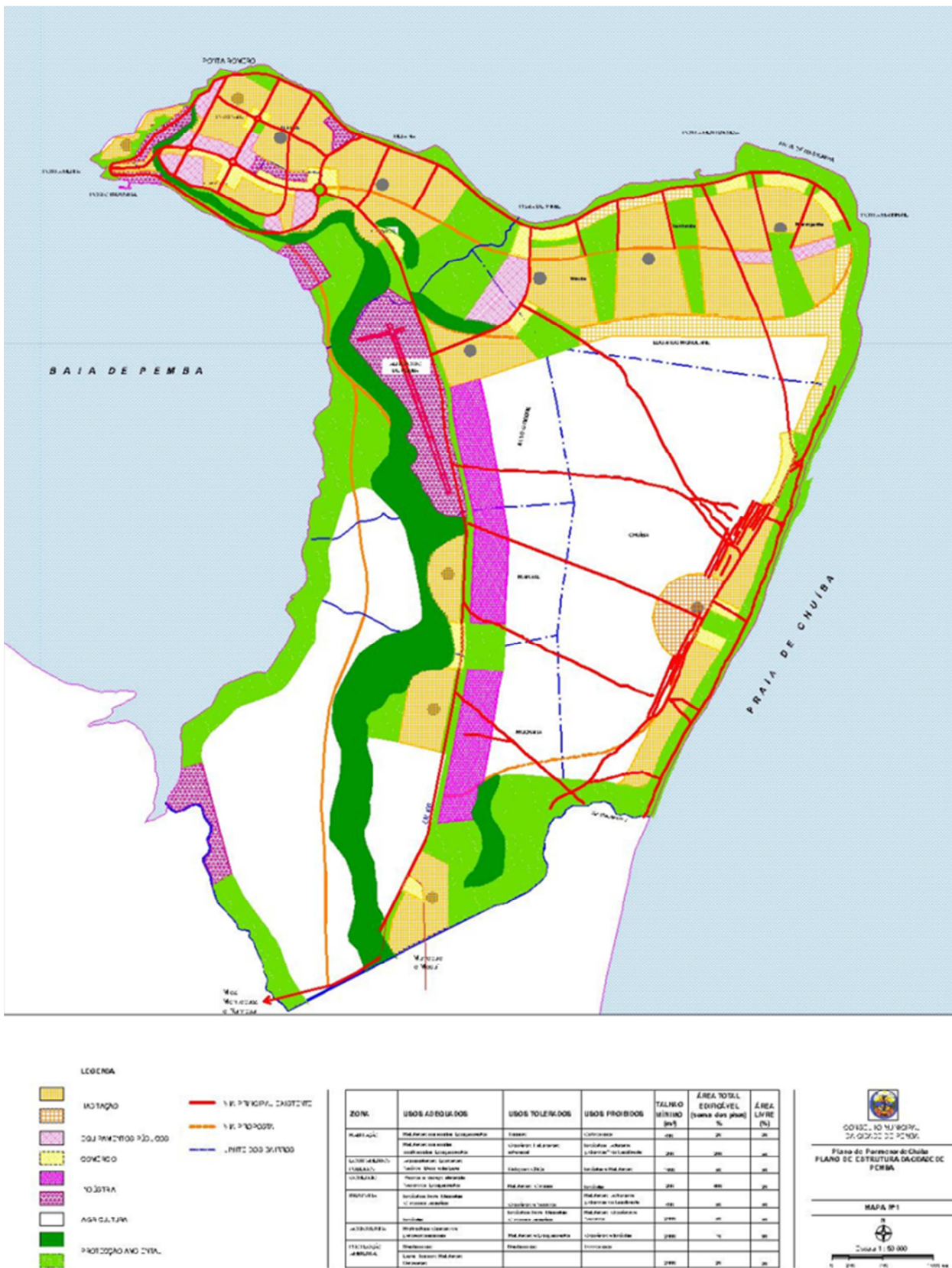


Figura 59: Plano de Estrutura da cidade de Pemba (2009). Planta de ordenamento (Fonte: Conselho municipal da cidade de Pemba)

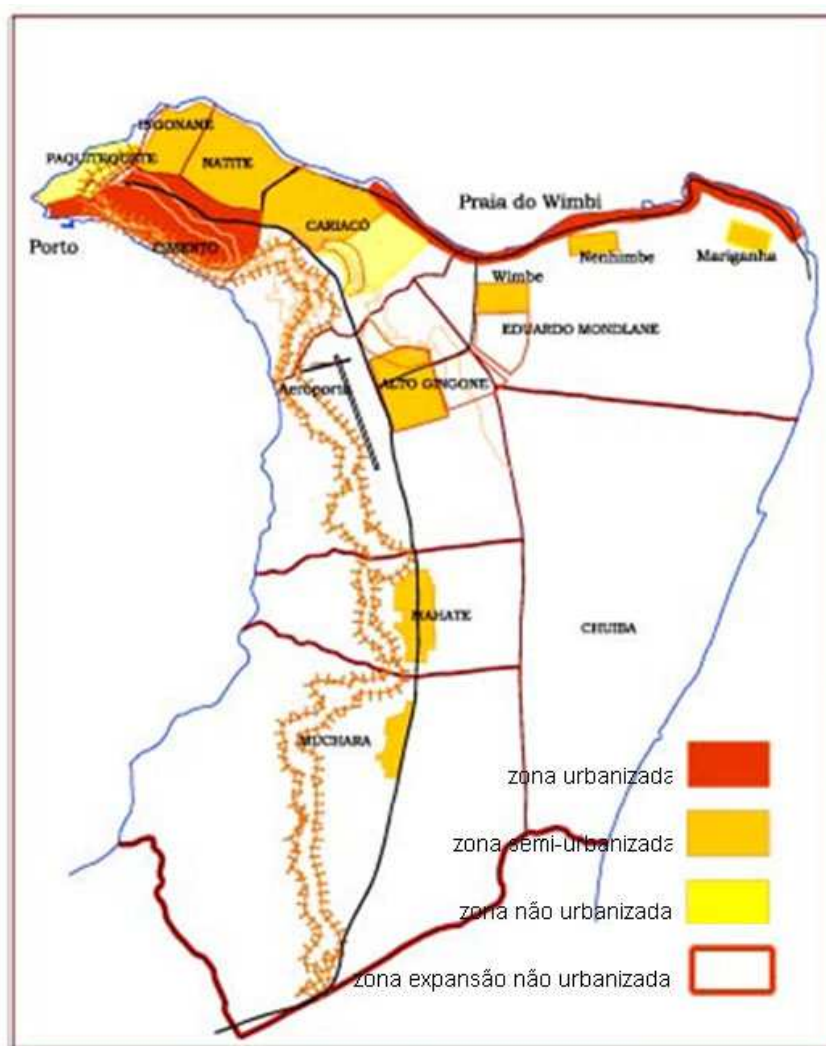


Figura 60: Estudo e caracterização da cidade de Pemba- Tipos de urbanização
(Fonte: BATTINO, Liana, Cidade de Pemba – Estudo para o planeamento da cidade, 2000)

Não se conseguiu obter nem o relatório nem o regulamento do Plano de Estrutura para a cidade de Pemba de 2009, não sendo possível por isso comentar o plano sem ter acesso ao seu conteúdo. Da leitura da única planta que se obteve, parece tratar-se de uma revisão do Plano de Estrutura de 1998¹¹³ e sabe-se que ele serviu de enquadramento ao Plano Pormenor de Chuiba. O Plano de estrutura ainda não se encontra em vigor, estando em processo de avaliação, aprovação e publicação pelo município, devendo servir de base legal para guiar o desenvolvimento físico e infra estrutural da cidade.

Em relação ao nível de urbanização como já atrás referido (Fig. 51) o planeamento em Pemba não tem contribuído para o fornecimento de novos assentamentos infra-estruturados. Apenas duas zonas em dez tem nível de urbanização completa (zona de cimento e praia de Wimbe), ou seja, menos que 10% do território é completamente urbanizado.

¹¹³ Battino, Liana (2012)

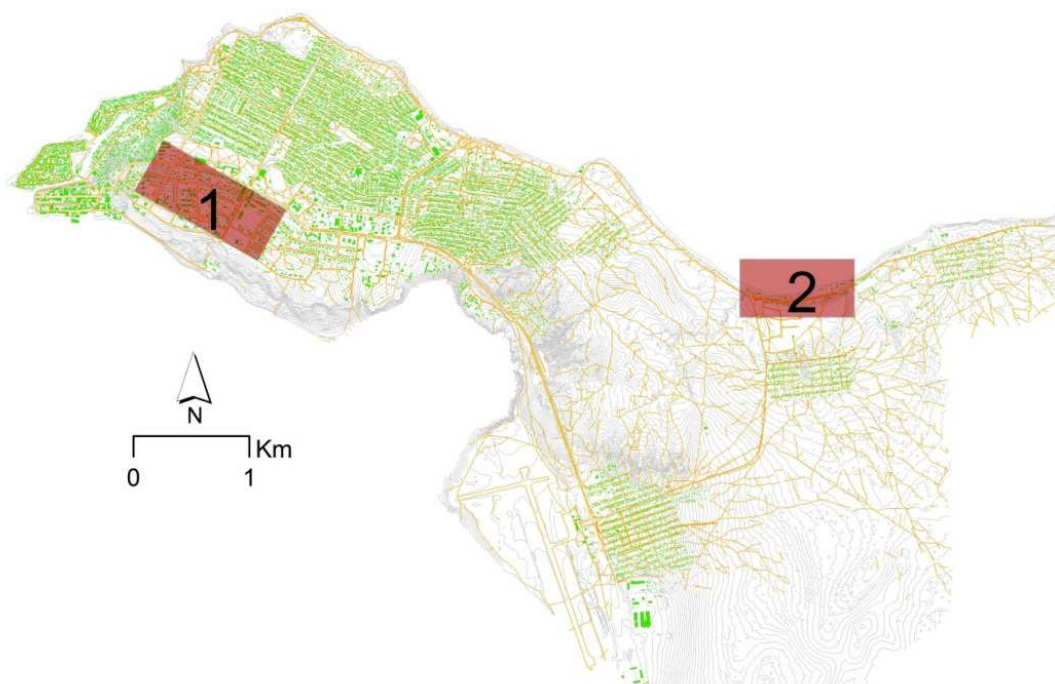


Figura 61: Mapa das principais zonas urbanizadas da cidade de Pemba (Fonte: autor)
1-zona de cimento; 2- praia de Wimbe

Nos três planos formais elaborados recentemente para a cidade de Pemba (Wimbe I, Wimbe II e Chuiba) ressalta a preocupação simplista da divisão do território em lotes e algum zonamento. Os novos loteamentos ficam na sua maioria pouco integrados com a envolvente, implantados como ilha ou fragmento, com pouca hierarquização dos acessos, dos espaços e das funções. Também os espaços afectos aos equipamentos colectivos (zonas verdes, escolas, etc.) são fragmentados e inseridos em espaços sobranceiros ou que resultam do traçado viário (rotundas, praças, etc.)

Com o tempo, os espaços afectos aos equipamentos e ao espaço verde, ficam significativamente reduzidos, dada a fraca monitorização do processo de atribuição dos lotes, dos vários interesses sobre os terrenos e dos conflitos entre os intervenientes no processo (chefes dos bairros/ régulos versus serviços urbanos/ governo)

Apesar da taxa a pagar pelos terrenos ser apenas simbólica, nos momentos de cedência dos espaços, ocorrem movimentações de mercado, em que a própria população beneficiária também intervém, vendendo os seus terrenos e ou dos familiares, transformando zonas de expansão em zonas *gentrificadas*¹¹⁴, como foi o caso do projecto Wimbe II em que apenas uma pequeníssima parcela de terreno ficou afectada a construção social preconizada pelo Fundo de Fomento Habitação

¹¹⁴ *Gentrificação* é um termo oriundo do inglês *gentrification*, que corresponde a um processo de transformação do espaço urbano, com ou sem intervenção governamental. Conduz aburguesamento de áreas com a consequente expulsão das populações mais carentes aí residentes, resultando na valorização imobiliária desses espaços. Disponível online em: (<http://pt.wikipedia.org>. (acesso a 21-09-2012)



Figura 62 e figura 63: Mapa da configuração dos lotes da expansão “Wimbe I” e fotografia aérea da zona após as primeiras ocupações

(Fonte: Conselho municipal da cidade de Pemba)

Como mostram as figuras 62 e 63 relativas ao plano de expansão *Wimbe I*, dos 445 talhões previstos menos de metade das habitações programadas serão construídas na sequência da abertura da zona à população mais abastada. A maior parte dos lotes foram agregados para o dobro, triplo ou quádruplo da média de lote inicial de 15x30. Algumas instituições agregam vários lotes com um único proprietário, como é o caso da universidade de Lúrio que construiu um condomínio fechado, composto por um conjunto de moradias destinadas aos seus funcionários.

Esta situação altera significativamente a forma do cadastro e os objectivos inicialmente traçados pelo município, visando responder ao aumento da procura, à densificação dos bairros tradicionais, à demanda de ocupação de zonas de riscos e à regularização da situação fundiária da população local, que é a principal prejudicada em todo o processo. A incapacidade da população local ou beneficiários de baixa renda levantar a sua construção imediatamente após a atribuição dos talhões, torna-a bastante vulnerável e incapazes de resistir à pressão e à especulação, dos grupos com mais recursos.

Este processo só beneficia os intermediários e acarreta avultados prejuízos financeiros à urbe e ao município uma vez que este quase oferece os talhões aos cidadãos e estes vendem-nos no mercado negro sem nenhuma receita para o Estado. Ficam também bastante reduzidas as possibilidades de captação de recursos municipais no futuro, dado que o número de contribuintes se reduz significativamente e que as contribuições não são ajustadas nem às dimensões dos talhões nem aos rendimentos dos utentes

Este tipo de situação acontece sempre em processos mal elaborados, mal conduzidos e mal controlados. O combate a estes fenómenos passa por uma regulamentação mais assertiva, e também, de acordo com Battino (entrevista, Setembro 2012) com o reforço da capacidade técnica local, uma maior fiscalização interna e externa.



Figura 64: Plano de expansão "Wimbell" (2007) -Planta de enquadramento (Fontes: FFH)

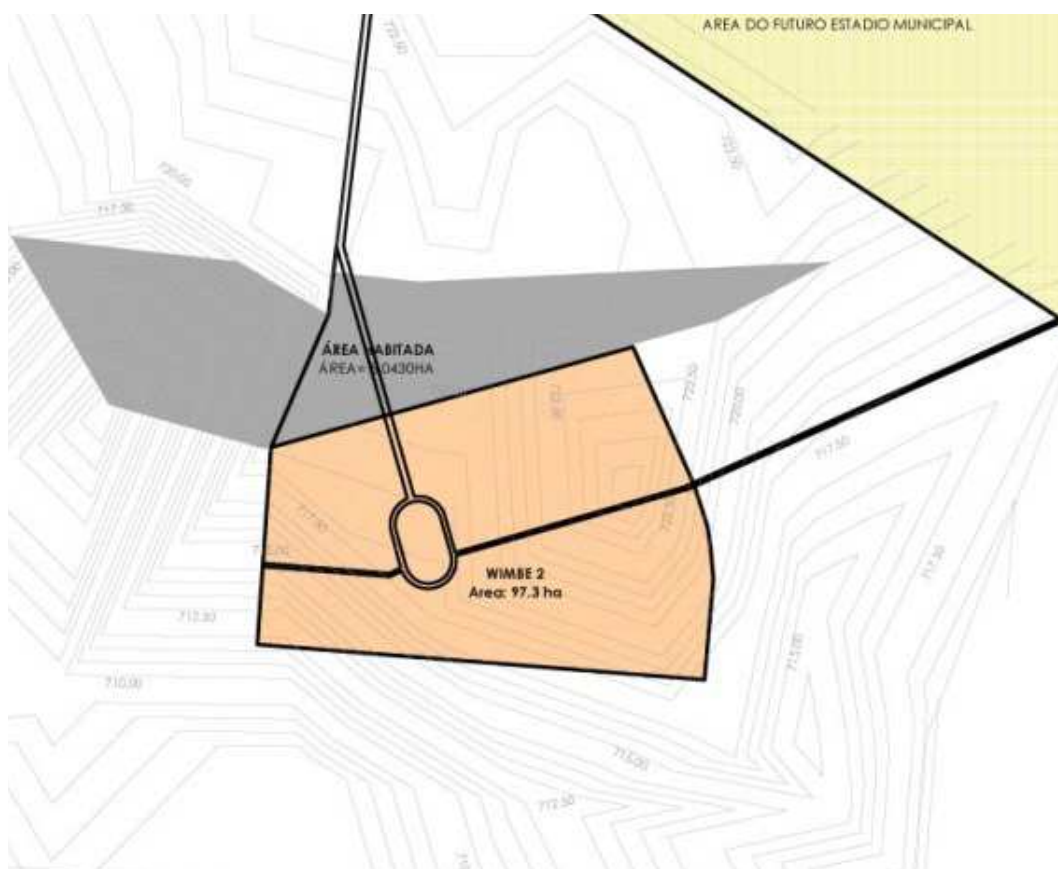


Figura 65: Plano de expansão Wimbell (2007) - Planta de implantação (Fontes: FFH)

BLOCO TIPO

Proprietário

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADANIA

69

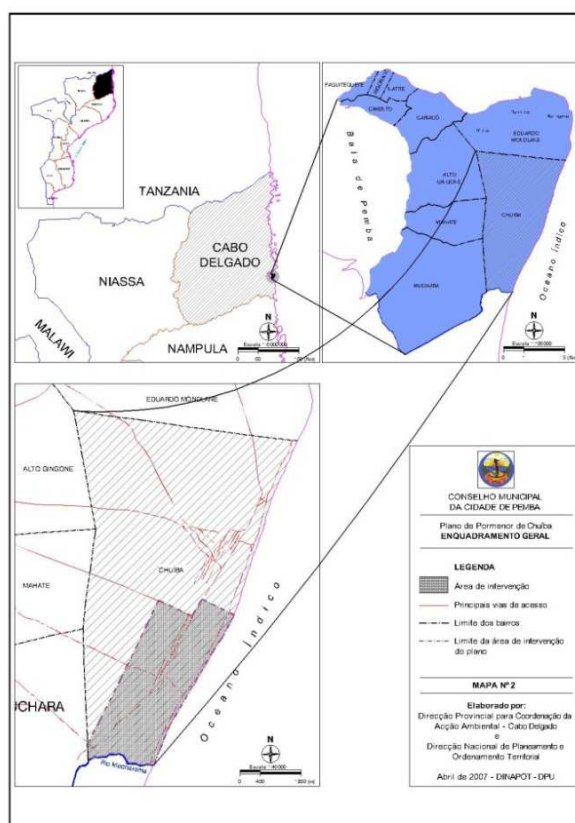


Figura 68: Plano Pormenor de Chuiba (2009) - Planta de enquadramento (Fonte: DPA)

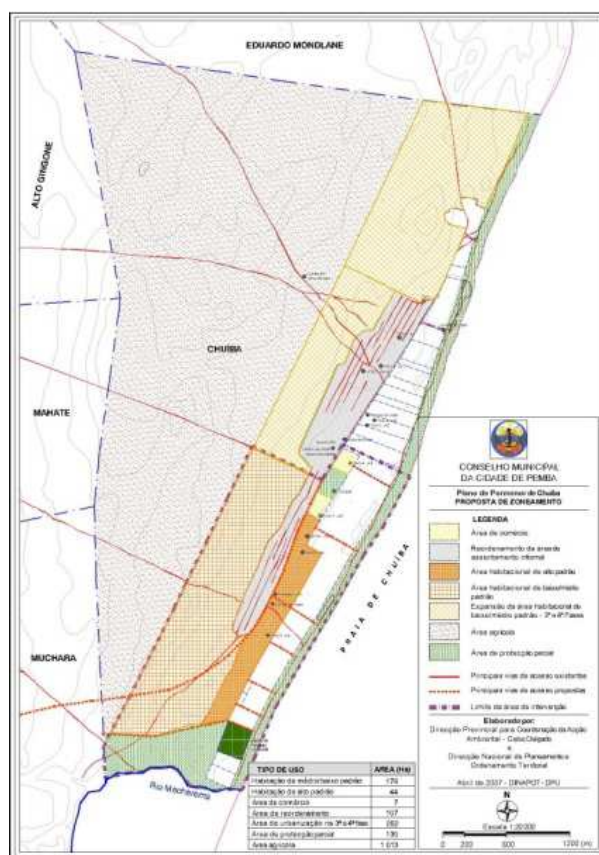


Figura 69: Plano Pormenor de Chuiba (2009) - Planta de enquadramento (Fonte: DPA)



Figura 70: Plano Pormenor de Chuiba (2009) - Planta da forma e agregação dos lotes



Figura 71: Plano Pormenor de Chuiba (2009) - Planta da tipologia do lote (Fonte: DPA)

3.9.2 Algumas considerações sobre o processo de planeamento na Cidade de Pemba

A actividade de planeamento e ordenamento para as pequenas e médias cidades em Moçambique tem ocupado alguns técnicos e profissionais que se interessam pelas questões do território. Nos estudos elaborados em 2000 para a cidade de Pemba e outros municípios como Montepuez, Ilha de Moçambique, Mocuba e Quelimane no âmbito do lançamento do Projecto de apoio a 5 Municípios (Battino 2000), ressalta a necessidade imprescindível de meios técnicos e materiais nas instituições de governação local para garantir o sucesso da execução de qualquer instrumento de ordenamento. Esta questão permanece uma realidade. No caso concreto da cidade de Pemba, o município não possui técnicos qualificados e em condições de elaborar ou executar planos e projecto complexos, o que torna a gestão do território pouco eficiente.

A existência dos instrumentos de planeamento e o acesso a eles podem ser facilitados com a capacitação técnica. Tendo sido feito um Plano de Estrutura em 1998 e a sua revisão em 2009, não se percebe que o município não disponha de nenhum destes instrumentos para a condução das suas intervenções. O Plano de Estrutura de 1998 esteve disponível no Município, mas de acordo com Battino (entrevista, Setembro de 2012) ter-se-á perdido devido à falta de estruturação e capacidade técnica do sector de uso do solo e planeamento do município, assim como a falta de instalações adequadas para conservação de documentos.

Também os planos parciais de expansão recentemente elaborados (Wimbe I, Wimbe II e Chuiba) encontram-se nas mãos dos técnicos que os realizaram ou em outras instituições com a qual se fez parceria, mas não estão acessíveis no município. É o caso do plano de expansão Wimbe II, que apenas se pode consultar em arquivos do Fundo de Fomento Habitação. Também é o caso do Plano Pormenor de Chuiba elaborado pela Direcção Provincial da Agricultura.

Estes fenómenos de desarticulação são frequentes nos processos administrativos territoriais sobretudo quando estão ligados a grandes interesses económicos.

Dada a incapacidade de os governos locais produzirem instrumentos de planeamento e ordenamento, a lei permite que outras instituições o façam. É nos organismos centrais e não nos organismos locais que existe maior conhecimento processual (*know-how*) para a elaboração deste tipo de instrumentos. Todavia, os municípios têm de participar nestes processos e para uma melhor gestão do território deveriam ter toda a documentação que é produzida em seu nome.

Foi já definida a estrutura geral ao nível macro da cidade no seu todo mas faltam programas e projectos ao nível micro para resolver os problemas do se considera mais importante numa cidade: as pessoas. A dinamização de propostas de planos de nível inferior, como planos de urbanização, planos parciais de urbanização e principalmente de planos de pormenor e projectos de atalhoamento, facilitarão a intervenção e o reordenamento dos aglomerados da cidade de Pemba.

Ao nível do bairro ou do quarteirão em que a participação comunitária é mais activa, os instrumentos de planeamento e ordenamento podem orientar melhor as populações e contribuir para a melhoria das suas condições de habitabilidade

Todos os bairros da cidade de Pemba, com excepção do bairro do Cimento, têm o mesmo tipo de problemas que vão desde carências de equipamentos a ambientes urbanos degradados e a riscos a saúde pública. De todos eles Paquitequete é o que mais se destaca pela maior concentração de problemas e por ser o bairro mais antigo

da cidade, com tradições próprias que carece de sua preservação. Os riscos existem e a necessidade de intervenção é imprescindível.

Em Moçambique diz-se que, quem vai a Pemba e não chega ao “Paquite” não conheceu a cidade que sem o bairro perde parte da sua história, da sua identidade e dos seus mitos. Por estas razões se escolheu o Paquitequete para a elaboração de um plano pormenor que se apresenta no capítulo seguinte.

4. PLANO DE REORDENAMENTO DE UM BAIRRO SUBURBANO: PAQUITEQUETE

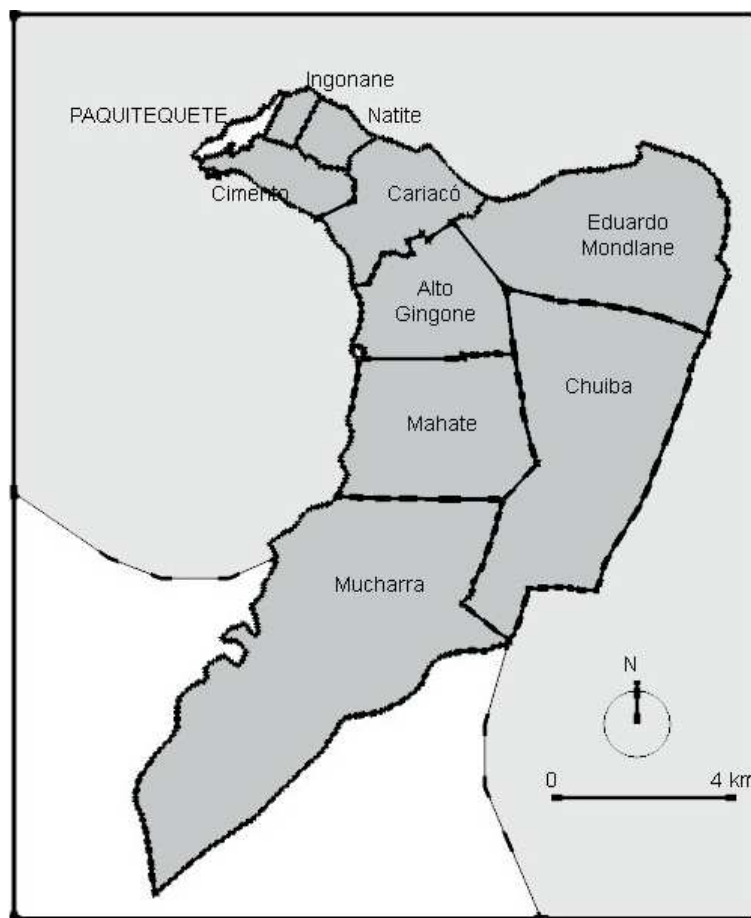


Figura 72: Mapa da localização de Paquitequete (Fonte: autor)

O conhecimento da situação dos bairros da cidade de Pemba aliada a dificuldade em encontrar informação e elementos de análise sobre os instrumentos de nível superior (plano de estrutura) contribuíram para a decisão de proceder a um plano parcial sobre o território. Ademais é este tipo de intervenção de pequena escala, concisa e de fácil leitura que permitirá alterar as tendências negativas do ambiente urbano que se vive hoje na cidade.

A presente caracterização do bairro de Paquitequete é de âmbito académico e visa formalizar uma proposta físico-espacial de desenho urbano e intervenções de melhoramentos alternativos ao bairro. Sabe-se que a subjectividade, a não exaustividade e a rapidez da observação podem levar a erros grosseiros, mas o objectivo era apenas o levantamento de questões sobre este tipo de informação¹¹⁵

O bairro de Paquite, como é conhecido, tem no mar e na maré, uma condicionante do modo de vida dos seus habitantes. Qualquer que seja o resultado da intervenção proposta, terá que levar em consideração o património sociocultural da comunidade

¹¹⁵ *Método de apoio técnico à acção de desenvolvimento sócio urbanístico de uma área urbana de intervenção*, LNEC, volume II Lisboa, Dezembro de 1986.

que nele resida ao mesmo tempo que se coloca à sua disposição novas formas de apropriação do espaço, de acordo com o tempo e as necessidades de hoje.

Este estudo aborda também a produção do cadastro e da titulação dos talhões, aproveitando a experiência recente sobre alguns bairros da cidade de Pemba pelas organizações internacionais em parceria com a entidade municipal da cidade.

A análise que aqui se realiza visa sustentar uma estratégia de intervenção coerente para o bairro de Paquitequete mas o principal enfoque é o processo metodológico e de sustentação técnica à intervenção em bairros similares. Certas áreas do bairro de Cariacó, em Pemba têm características semelhantes às de Paquitequete.

As informações aqui tratadas foram obtidas na visita ao bairro e às instituições locais que intervêm fisicamente sobre o território municipal, nomeadamente a autarquia e a Direcção Provincial de Agricultura, tendo sido recolhidas algumas opiniões dos moradores e dos funcionários públicos. Para este estudo, também foi feito o processamento de alguns documentos na posse de técnicos e particulares locais, bem como a análise cartográfica.

4.1 Localização e génese

O bairro de Paquitequete situa-se na extremidade nordeste da península e município de Pemba, muito próximo do porto e da zona antiga da cidade. É limitado a este pela baía de Pemba, a norte pelo oceano Índico, a leste pelo bairro de Ingonane e a sul pelo bairro de Cimento.

Paquitequete é o bairro mais antigo, mais denso e mais pequeno em área da cidade de Pemba. Tem vindo a crescer com a ocupação descontrolada em torno das zonas de lângua¹¹⁶, de mangal e das zonas de pendente elevado. O bairro abrange administrativamente uma área de cerca 81 ha.

Diz-se que o aglomerado já existia antes da chegada dos europeus, como uma aldeia de pescadores e com pequeno comércio e trocas de produtos do mar (peixe seco) e da terra (feijão, milho e arroz) vindo do outro lado da baía. O bairro é atravessado pela via da marginal que faz a ligação entre o porto de Pemba à praia do Wimbe ao aeroporto e ao centro da cidade. O seu nome vem de *ku-Pampira*, ou *Pampira*, segundo se diz, por ligação a uma árvore de borracha que por aqui abundaria e Quitequete (ki-té-ké-té), nome do núcleo que habitava o local, com as características típicas dos aglomerados *suaílis* do Índico ocidental, com influências árabes e europeias.

Durante o tempo colonial e nos primeiros anos de independência, o bairro não mudou muito de configuração, apenas se foi adaptando aos tempos com o melhoramento de algumas construções, mas continuando “desligado” da cidade. Os hábitos e costumes do povo *mwani*, população maioritária, são o património cultural do bairro e a identidade que se encontra em perigo de desaparecer. O bairro situa-se maioritariamente num terreno plano de praia, implantado entre as palmeiras.

O tecido urbano apresenta notória flexibilidade, que resulta da progressiva instalação dos seus habitantes em habitações tradicionais, sem a devida infra estruturação

¹¹⁶ Lângua é um terreno pantanoso sem arvoredo predominante na zona oriental de África (dicionário prático ilustrado, Iello&irmão-editores-1993)

(saneamento básico, arruamentos, recolha de resíduos sólidos e iluminação) e equipamentos colectivos. O facto de grande parte do edificado ser em material local pode induzir para o carácter provisório do aglomerado. Todavia em Paquitequete sendo uma implantação antiga e de forte identidade cultural, observa-se uma importante permanência e até consolidação das habitações, ainda que em materiais tradicionais não industriais.

Apesar de estar próximo em termos físicos do núcleo colonial fundador e do centro administrativo da cidade e da província, Paquitequete parece ser hoje um bairro desconexo da cidade, segundo os residentes, pelo desinteresse que demonstram os técnicos e decisores políticos e pela incapacidade dos moradores em atrair para si os ares exteriores¹¹⁷. É um bairro estigmatizado e associado a comportamentos e hábitos próprios, não muito diferentes das outras zonas da cidade de Pemba, mas aqui vistos de outra maneira¹¹⁸.

Em relação a saúde pública e zonas de risco, Paquitequete é um bairro muito problemático; frequentemente assolado por doenças endémicas e periodicamente invadido pela água da maré, dada a sua configuração e proximidade ao mar. Existem zonas com as mesmas características de precariedade como é o caso da zona de Chibubarre implantada em fortes declives que tornam difícil a sua consolidação e infra-estruturação, mas sem a mesma proximidade do mar.

Localização e enquadramento Histórico

O bairro de Paquitequete situa-se na extremidade nordeste da península e município de Pemba, muito próximo do porto e da zona antiga da cidade. É limitado a este pela baía de Pemba, a norte pelo oceano Índico, a oeste pelo bairro de Ingonane e a sul pelo bairro de cimento.

Diz-se que o aglomerado já existia antes da chegada dos europeus, como uma aldeia de pescadores e com pequeno comércio e trocas de produtos do mar (peixe seco) e da terra (feijão, milho e arroz) vindo do outro lado da baía. O bairro é atravessado pela via da marginal que faz a ligação entre o porto de Pemba à praia do Wimbe ao aeroporto e ao centro da cidade. O seu nome vem de *ku-Pampira*, ou *Pampira*, segundo se diz, por ligação a uma árvore de borracha que por aqui abundaria e Quitequete (ki-té-ké-té), nome do núcleo que habitava o local, com as características típicas dos aglomerados sualís do Índico ocidental, com influências árabes e europeias.

Durante o tempo colonial e nos primeiros anos de independência, o bairro não mudou muito de configuração, apenas se foi adaptando aos tempos com o melhoramento de algumas construções, mas continuando “desligado” da cidade. Os hábitos e costumes do povo *mwani*, população maioritária, são o património cultural do bairro e a identidade que se encontra em perigo de desaparecer. O bairro situa-se maioritariamente num terreno Plano de praia, implantado entre as palmeiras.

O tecido urbano apresenta notória flexibilidade, que resulta da progressiva instalação dos seus habitantes em habitações tradicionais, sem a devida infra estruturação (saneamento básico, arruamentos, recolha de resíduos sólidos e iluminação, e equipamentos colectivos). O facto de grande parte do edificado ser em material local

¹¹⁷ Informação compilada da visita de estudo feitas pelo autor ao bairro em Março de 2012

¹¹⁸ Fala-se do fecalismo a céu aberto nas praias e do uso do lixo como barreira para as infiltrações da água que também acontecem em outras zonas próxima das praias como é o caso de Ingonane e Natite.

pode induzir para o carácter provisório do aglomerado. Todavia em Paquitequete sendo uma implantação antiga e de forte identidade cultural, observa-se uma importante permanência e até consolidação das habitações, ainda que em materiais tradicionais não industriais.

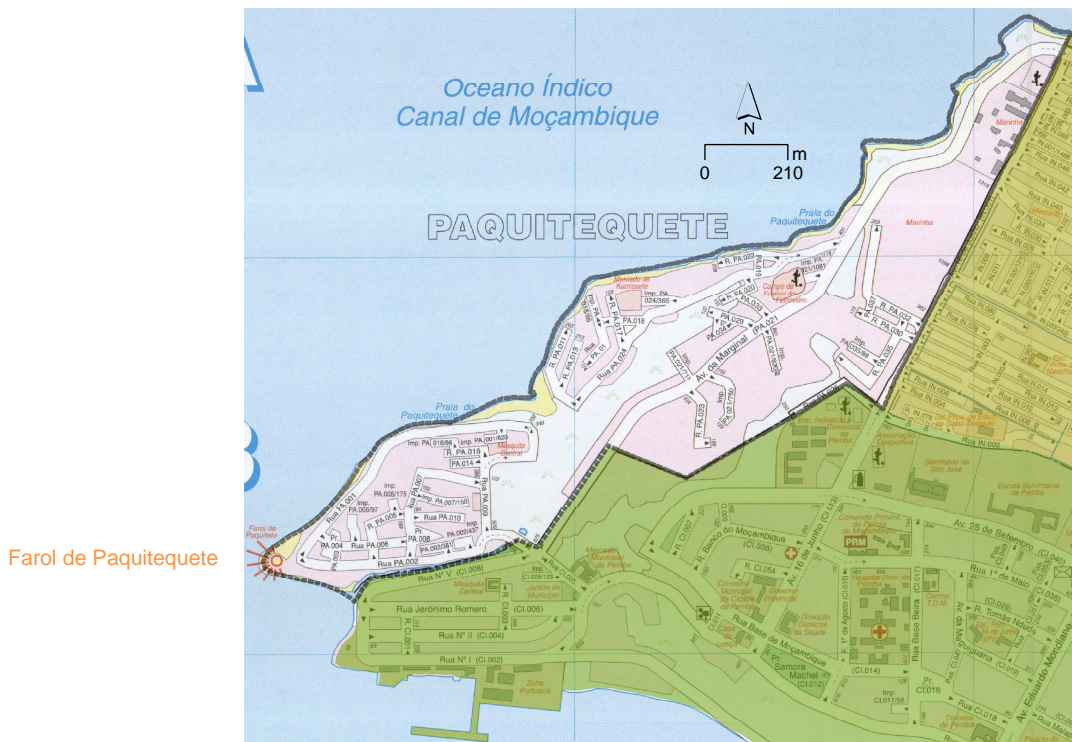


Figura 73: Limite administrativo do bairro de Paquitequete (Fonte: Autor)



Figura 74: Fotografia aérea de Paquitequete (Fonte: Autor)

4.2 Dinâmicas populacionais e actividades económicas

Segundo dados do Censo de 2007 o Bairro de Paquitequete tem 13.184 habitantes sendo 6.484 homens e 6.700 mulheres. O bairro é o aglomerado com a densidade mais alta do concelho¹¹⁹, (163hab/ha). A população jovem com menos de 24 anos representa 69% da população total do bairro. O crescimento da população do Bairro de Paquitequete, acompanha o crescimento recente da cidade de Pemba de 4,5% ao ano¹²⁰.

Tal como a maioria dos aglomerados da cidade de Pemba, com excepção do bairro do Cimento, apresenta características de ruralidade, com pouca ou nenhuma infra-estrutura, com tipo de habitação unifamiliar simples e estrutura socioeconómica de base familiar. O sector informal da economia é estrutural neste bairro, sendo uma característica socioeconómica marcante¹²¹. Os seus habitantes são todos da mesma cultura e origem linguística e professam maioritariamente uma mesma religião; o islamismo

Numa primeira fase, antes da construção da cidade colonial, a ocupação do bairro era de forma mais ou menos espontânea, em que a população vive sem infra-estruturas básicas ou equipamentos públicos. Numa segunda fase com a independência nacional em 1975, a Cidade de Pemba terá conhecido dois momentos de migração: um primeiro entre 1979 e 1991, com vinda de população dos distritos da província de Cabo Delgado e de áreas contíguas à cidade, devido ao fenómeno da guerra civil, e outro com vinda de população da região Norte, do resto do país e das áreas contíguas à periferia. Já depois do fim da guerra civil, nos anos 1990, observa-se uma apropriação do espaço do bairro, que cresce desordenadamente, em direcção à praia ocupando zonas de risco (mangal, intermareal e encosta) e em direcção à cidade, ocupando espaços vazios, estreitando caminhos, seguindo práticas de assentamento tradicionais, condicionadas aos terrenos disponíveis para construção e à escassez de recursos financeiros das populações.

As principais actividades que ocupam a população residente no bairro são o comércio e a pesca de pequena escala. A actividade de rendimento dominante é a pesca. O produto pescado permite o escoamento para fora da cidade e abastecer os principais mercados da cidade. A agricultura é exercida como uma actividade complementar. A actividade avícola concentra-se na criação de galinhas. A maioria da produção local de alimentos é destinada ao consumo doméstico e colocada à venda nos mercados locais.

O bairro não possui actividades industriais de transformação. A única que havia na sua proximidade era a *Pescom*, empresa vocacionada para o armazenamento de produtos pesqueiros que faliu e recentemente foi adquirida por capital chinês.

¹¹⁹ Densidade habitacional ou populacional é o rácio que expressa a quantidade de fogos ou pessoas por uma unidade de área que será o hectare (para questões urbanísticas) ou o quilómetro quadrado (para questões de âmbito regional ou nacional. pode-se transferir os valores numéricos da densidade habitacional para densidade populacional aplicando o factor 5 (dimensão média urbana da família em moçambique). (fonte: DGTODU, disponível online em: <http://pt.scribd.com/doc/16632985/15/densidade-habitacional-ficha-n%c2%ba16>. (acesso em 14 Outubro 2012)

¹²⁰ A taxa de crescimento 1997/2007 é de cerca de 4,5%. INE, 2008

¹²¹ Battino (entrevista 2012)

4.3 O lugar

O enquadramento do bairro de Paquitequete no contexto regional passa pela relação que a cidade de Pemba tem com a região Norte de Moçambique e as cidades de Nampula e Lichinga, de onde vem grande parte do abastecimento de consumo agropecuário e outros e para onde vai o principal recurso da cidade: o pescado. Grande parte da sua população e tradição *mwani*¹²² é originária do litoral centro da província de Cabo Delgado e ilha do Ibo.



Figura 75: Esquema do enquadramento regional de Paquitequete (Fonte: adaptação do autor)

¹²² *Mwani* ou KiMwani (Quimuâni) é a linguagem falada pelos povos da costa moçambicana na província de Cabo Delgado junto ao arquipélago das Quirimbas. Diz-se que é uma mistura entre a língua suaíli e a língua maconde (disponível online: en.wikipedia.org/wiki/mwani_language: (acesso em 14 de Agosto de 2012)

Integração na cidade e articulação com a envolvente

O bairro de Paquitequete deve o seu crescimento a uma localização privilegiada junto à entrada da baía, o que permitia atravessá-la com relativa facilidade e a deixa abrigada dos ventos oceânicos. Facilmente se integrou na cidade dada a proximidade ao porto, a zona antiga e histórica ao actual bairro de Cimento e principalmente devido a acessibilidade criada pela avenida da marginal, principal via de entrada e saída ao porto e eixo de ligação ao resto da cidade.

A sua articulação com o território envolvente faz-se quer através da baía, à zona de Pemba-Metuge situada na outra margem, quer através das vias de comunicação terrestres; sendo a avenida marginal (1), a rua inclinada, a rua CI005, da “ponteca” ao mercado municipal de Pemba (2), os principais eixos de ligação ao resto da cidade. Com o crescimento do aglomerado para o interior da península, a rua 16 de Junho (3) tornou-se um importante ponto de transição entre a malha informal e irregular do Paquitequete e a malha regular dos antigos bairros suburbanos da cidade de Pemba.

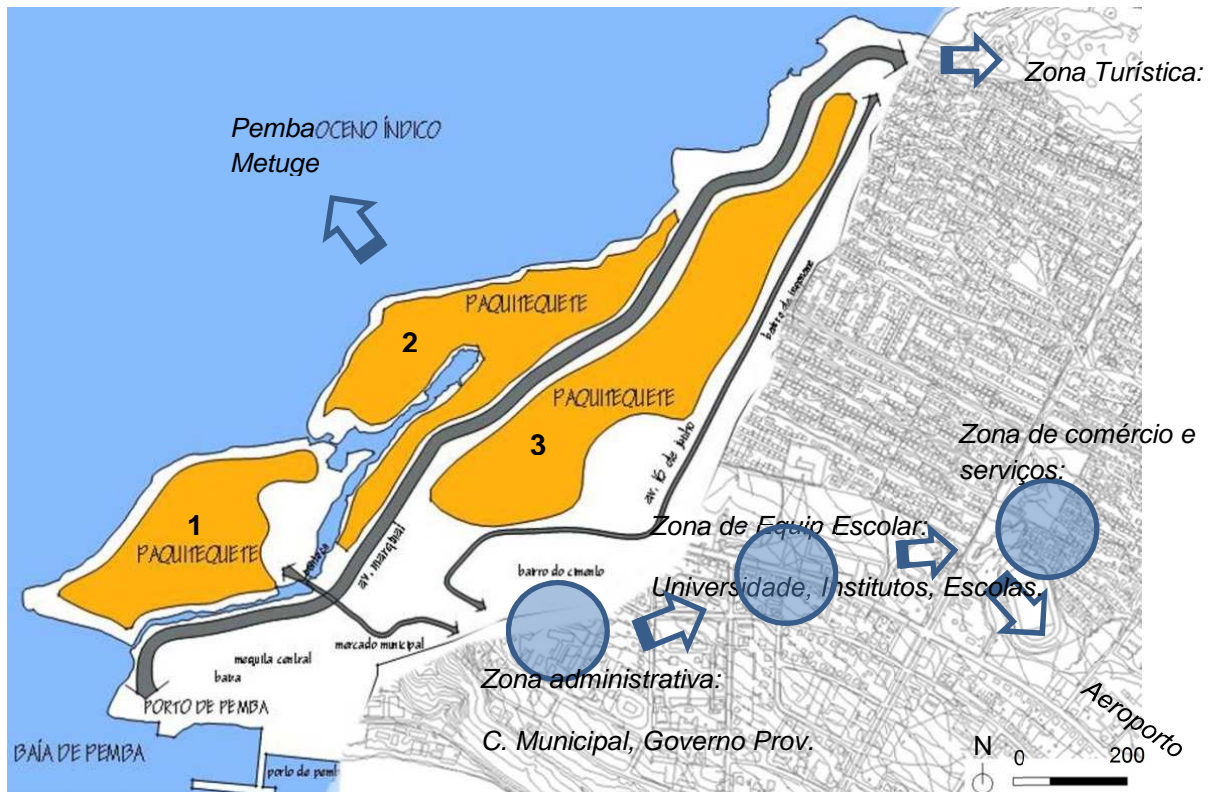


Figura 76: Esquema da integração e articulação do bairro na envolvente (Fonte: autor)

O ambiente natural

Identificam-se cinco áreas distintas ecologicamente sensíveis no bairro de PAQUITEQUETE como mostra a tabela seguinte:

	<i>Sensibilidade Ambiental</i>	<i>Condicionantes ao desenvolvimento urbano</i>
Zona Agrícola	O relevo é plano na sua maioria.	O uso desta zona para o desenvolvimento urbano não foi considerado porque é uma zona protegida
Zona de praia	Zona sujeita ao regime das marés, dominado por espécies vegetais e animais típicas	Esta área está moderadamente ocupada. Edifícios e vias estão sujeitos a deslocações de solos e a falhas devido à erosão costeira.
Zona de Encosta (<5% de inclinação)	São áreas com ocorrência de materiais fracos, ligeiramente inclinados com fraca capacidade de suporte e uma propensão para se movimentar em massa; a instabilidade dos materiais é aumentada pela fraca cobertura de vegetação.	A construção em terrenos inclinados instáveis não deve ser permitida. Em circunstâncias em que sejam projectadas fundações especiais, bem como planos completos de paisagem, pode-se permitir a edificação
Zona de inundação	Estas zonas húmidas são regularmente inundadas por água, sob a influência de marés, ou constituem margens da marca de maré alta.	Regularmente inundadas por água, são claramente inseguras para a ocupação humana. Devido à humidade, são locais impróprios para infra-estruturas urbanas, a menos que sejam executados alicerces ou fundações especialmente projectados e com construção de aterros.
Zona de Mangal	As zonas identificadas com a ocorrência de Mangal apesar da ocupação são Ecossistemas altamente produtivos; servem de viveiros a muitos peixes que se encontram na Baía de Pemba	Mesmo considerando serem apenas pequenos pedaços de mangal restantes e empobrecidos devem permanecer; apesar da falta terrena para expansão urbana dada a riqueza dos produtos ecológicos dos mangais estes devem ser protegidos em detrimento de qualquer operação pela urbanização.

Tabela 9: áreas ecologicamente sensíveis de Paquitequete (Fonte: autor)

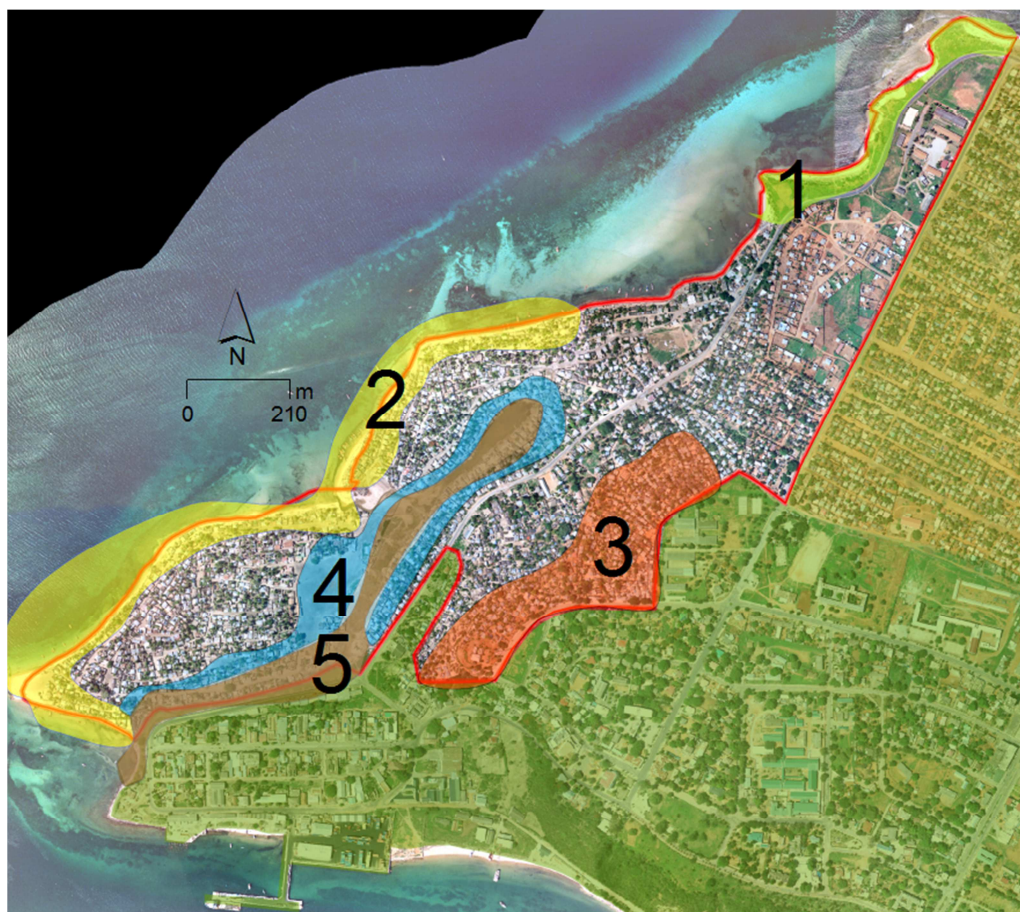


Fig. 77: Localização das zonas ecologicamente sensíveis (Fonte: autor)

4.4 A propriedade e os actores

A propriedade e o cadastro

O bairro do Paquitequete, sendo um aglomerado que nunca foi objecto de um plano ou intervenção formal, é considerado zona sem registo de cadastro urbano, portanto sem possibilidade de obter nenhum título de propriedade dado que não se pode identificar o talhão em qualquer plano ou registo¹²³.

O artigo 21 do capítulo IX do regulamento do solo urbano¹²⁴ determina que a urbanização¹²⁵ é um dos pré-requisitos à atribuição do título de propriedade mesmo em zonas que estejam sujeitas a ocupação de boa-fé¹²⁶, ou seja, embora a ocupação

¹²³ Brushi (2004)

¹²⁴ Regulamento do Solo Urbano, Decreto n.º 60/2006 de 26 de Dezembro

¹²⁵ "Urbanização é a transformação do solo através da provisão de infra-estruturas, equipamentos e edificações que assegurem a fixação física das populações em condições de beneficiarem de serviços de crescente nível e qualidade nos domínios da saúde, ensino, tráfego rodoviário, saneamento, comércio e lazer". (D:nº60/06)

¹²⁶ Ocupação de boa-fé considera-se "A aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra por ocupação de boa-fé é reconhecida no quadro dos resultados do inquérito (...) desde que a ocupação seja enquadrável no plano de ordenamento e que o ocupante assuma o compromisso de respeitar regras nelas estabelecidas" (Decreto nº.60/2006).

seja legal nas zonas não urbanizadas, o título e o registo só poderá existir se for elaborado um plano formal para a zona.

Actualmente em Pemba, algumas organizações internacionais como a *Millennium Challenge Account (MCA)*, em parceria com o município e o governo provincial, têm estado a trabalhar no sentido de se encontrar uma forma mais expedita de atribuição de título de propriedade aos residentes dos bairros da cidade, pois, à excepção do bairro de cimento¹²⁷, nenhum outro bairro da cidade de Pemba tem o cadastro devidamente registado.

Este projecto, denominado “Projecto Acesso Seguro a terra”¹²⁸ financiado pelo *Millennium Challenge Account (MCA)*, *Mozambique* e Direcção Nacional de Terra e Florestas (DNTF) na cidade de Pemba irá incidir apenas nos bairros de Natite Ingonane e Cariacó, que são bairros onde já existe algum nível de urbanização.

Apesar do programa estar a ser gerido e arquivado dentro do município coloca-se o risco de a informação se vir a perder ou se tornar inútil como em outros projectos. Foi o caso do Projecto de Endereçamento da cidade de Pemba em que não se aproveitou a capacidade técnica produzida para a dinamização da gestão territorial. O mesmo se poderá repetir já que o envolvimento no “Projecto Acesso Seguro a terra” da estrutura do município é pouco clara e parece ausente.

Algumas das actuais zonas limítrofes do bairro de Paquitequete, dadas as suas características (tráfego rodoviário, saneamento, equipamento etc.) poderiam ser passíveis de registo cadastral, como é o caso da zona a sul da Av. Marginal até a início da encosta e quase toda a zona de fronteira com o bairro de Ingonane. Noutras zonas o registo não é possível efectuar-se, dada a ocupação de terrenos declivosos e pouco sustentável (zonas *non aedificandi*).

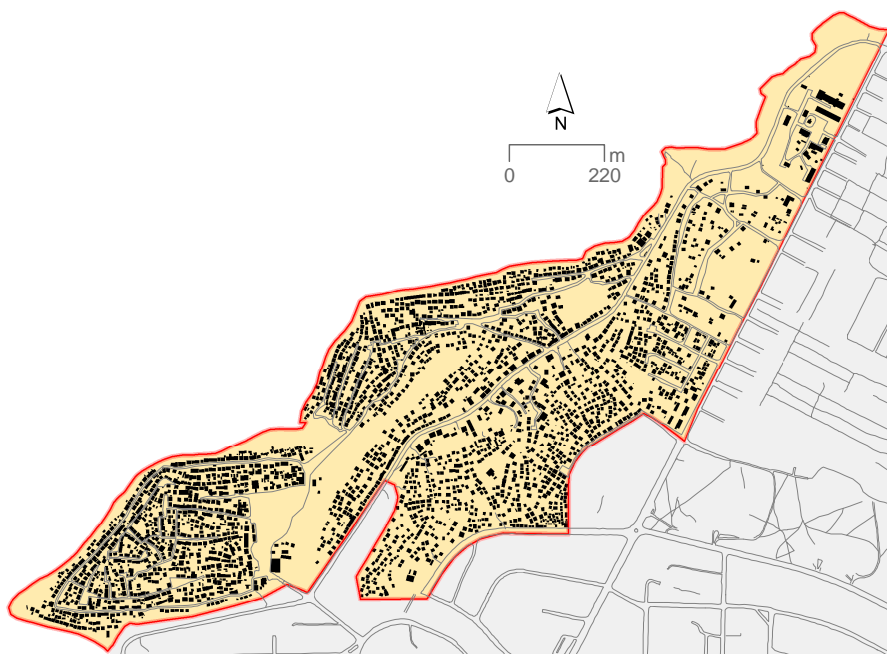


Figura 78: Planta da ocupação física de Paquitequete (Fonte: autor)

¹²⁷ O bairro de Cimento apesar de possuir um mapa com o cadastro, este se encontra bastante desatualizado e incompleto.

¹²⁸ Relatório do Millennium Challenge Account (MCA), Mozambique, sobre o Processo de Registo de Terras para Ocupantes de Boa-fé, Maputo, Janeiro de 2012



Figura 79: Planta das zonas passíveis de ter cadastro (Fonte: autor)

1- Zona passível de ter cadastro sem um Plano formal; 2- Zona passível de ter cadastro com um Plano formal; 3- Zona *non aedificandi*

Os actores intervenientes, o quadro legal e institucional

Os principais actores intervenientes no bairro são: a autarquia que intervém no registo e planificação do terreno até à cobrança de taxas; o governo provincial através da Direcção Provincial de Obras Públicas intervém na reabilitação de algumas infra estruturas como foi recentemente na reabilitação da pequena ponte de Paquitequete. Algumas organizações da sociedade civil com participação activa e organizada para além da participação solicitada em processos de recenseamentos, consulta e inquéritos específicos.

Para os moradores são essencialmente os sectores da saúde e educação que intervém activamente no bairro, quer em campanhas de prevenção e controle de doenças endémicas quer em programas educacionais específicos. Existe ainda um projecto de tribunal popular de bairro ainda não implementado ligado ao Ministério da Justiça¹²⁹.

A elaboração de qualquer intervenção ou Plano para o Bairro do Paquitequete rege-se-á pelo disposto na Lei do Ordenamento do Território (nº 19/2007). Todos os organismos públicos antes mencionados (ver tabela 8) podem elaborar planos, projectos e intervenções desde que devidamente aprovados e em coordenação directa com o município. Os planos elaborados pelo município são da responsabilidade do gabinete técnico municipal, afecto à Direcção dos Serviços Urbanos, sob orientação directa do presidente do município e submetidos a aprovação em plenário da assembleia municipal.

¹²⁹ Ateneia- legislação moçambicana online. Disponível em: <http://www.atneia.com>. (acesso em 27 de Setembro de 2012)

SECTORES	FUNÇÕES
Ministério das Obras Públicas Habitação (MOPH)	Manutenção e controle de qualidade de infra-estruturas públicas
Direcção Nacional das Águas (DNA)	Manutenção e controle de qualidade da provisão de água para consumo doméstico
Ministério para Coordenação da Acção Ambiental (MICOA)	Elaboração Legislação, regulamentos e normas sobre planificação e gestão do solo; superintende a actividade; fiscalização, e orientação tecnicamente quando solicitado
Município	<ul style="list-style-type: none"> • Registo, construção e manutenção de algumas infra-estruturas. • Higiene e saneamento, em particular a questão dos resíduos sólidos, a protecção ambiental e ainda os arruamentos e drenagem • Registo e planificação territorial, incluindo ocupação informal de terrenos.
Ministério da Saúde (MS)	Prevenção e controle das doenças endémicas e planeamento familiar
Ministério da Educação (ME)	Controle e manutenção dos equipamentos escolares

Tabela 10: Sectores que intervêm no bairro de Paquitequete (Fonte: autor)

4.5 Morfologia urbana e tipologia do edificado

A estrutura e configuração do Paquitequete enquadra-se nas características irregulares dos aglomerados litorais de África de influência árabe. A sua malha orgânica e compacta não se alterou muito desde a sua implantação, apenas se foram acrescentando novas ocupações, algumas em zonas indevidas, como ocupações de eixos de circulação (vias e caminhos), com fechamento das vias, construções em terrenos impróprios e perigosos, como as ocupações em zona de língua, em zonas de enchentes das marés e ainda em zonas declivosas (ver figura 77, pág.82)

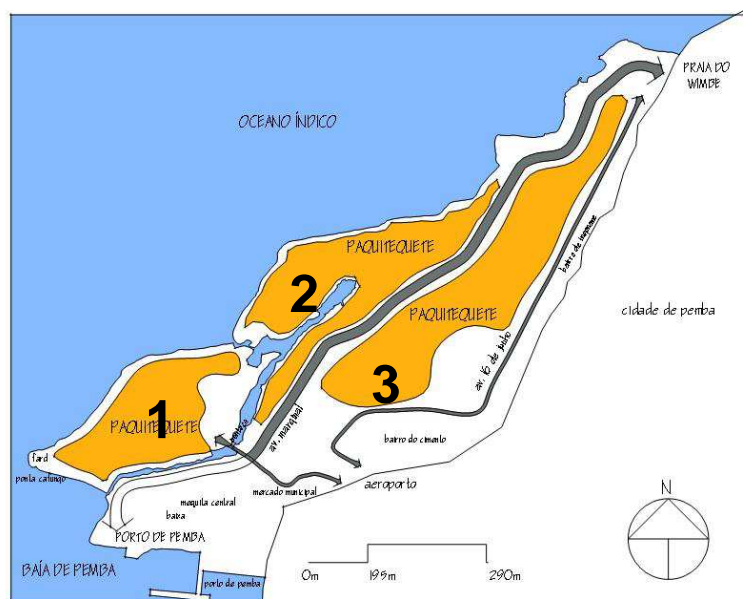


Figura 80: Esquema dos principais aglomerados de Paquitequete (Fonte: autor)

No bairro de Paquiteque, podem-se distinguir três áreas distintas:

Zona 1 – ocupa 21ha, tem 813 fogos e cerca de 3891 habitantes (185hab/ha). À Este e Norte, tem a língua a oeste e a sul é limitado pela Av. Marginal. Corresponde à ocupação inicial, em plena areia de praia, a que está mais próxima do porto e da zona histórica/antiga colonial. É o aglomerado com ocupação mais densa e tem como único acesso a ponte sobre o mangal. É uma zona caracterizada por construções em materiais tradicionais (pau a pique) na sua maioria, perfeitamente alinhados à costa. As construções são todas de um piso, essencialmente habitações unifamiliares de pequenas dimensões. As ruas não estão hierarquizadas, nem asfaltadas e não existem passeios. É a zona do bairro que tem as menores dimensões e se transforma em ilha em maré cheia.

Zona 2 - ocupa 23ha, tem 823 fogos e cerca de 3938 habitantes (171 hab/ha) Corresponde a uma segunda fase de ocupação, mantendo-se ainda grande parte do território sobre a praia, estendendo-se ao longo da Av. Marginal. É um aglomerado também com densidade de ocupação acima da média da cidade. Possui um braço da língua que o separa da zona anterior e acompanha a configuração da Av. Marginal. Esta zona, caracteriza-se por uma estrutura urbana desordenada e complexa, cheias de becos e ruelas, sem asfalto, como na zona anterior. Ocupa uma grande parte da zona intermareal do mangal e alinha com a linha de costa e a avenida marginal. As construções estão desalinhadas e por vezes fecham os caminhos. Na sua grande maioria são iguais às da zona anterior sendo que aqui, principalmente na frente virada à avenida, existem alguns edifícios em alvenaria, mas, mal conservados. A zona é também predominantemente constituída por edificado de um piso e de habitação unifamiliar.

Zona 3 – ocupa 42ha, tem 1118 fogos e cerca de 5350 habitantes (127 hab/ha) Esta área é diferente das duas anteriores. A densidade de ocupação é mais baixa, principalmente por existir uma zona reservada pertencente à Marinha de guerra com grandes limitações de ocupação. Está integrada muito bem com a envolvente; quer com a zona antiga, quer com a zona de cimento, quer ainda com a zona residencial de Ingonane. Esta zona situa-se ao longo da Av. Marginal e tem vias com passeios e bem hierarquizadas

A zona 3 é composta por três tipos de ocupações: uma que acompanha a Av. Marginal, onde se localiza a maior parte dos equipamentos e serviços, com construções melhoradas, algumas em alvenaria e madeira e zinco; outra é zona de risco com declive bastante acentuado onde se instalam apenas habitações em materiais tradicionais (pau a pique) e acompanham a configuração do relevo; e por fim uma outra zona de características mais urbanas, do Instituto Industrial e Comercial, junto à Av. 16 de Junho, com edifícios de frente para a via em alvenaria, de um a dois pisos, em razoável estado de conservação.

Na parte norte da zona 3, existe um terreno militar (da Marinha de Guerra) expectante que supostamente se destina ao desenvolvimento de loteamentos para os militares e seus familiares. Este terreno tem cerca de 12 ha, está bem localizado e tem excelente vista, é orograficamente seguro (situa-se entre a cota de 6m e a cota de 30m) e está muito bem enquadrado com a envolvente (encosta de um lado à zona mais bem estruturada do bairro e de outro ao bairro de Ingonane).



Figura 81: Fotografia aérea da área 1 (Fonte: adaptação do autor)



Figura 82: Mapa de uso (edificado-preto, infra-estruturas-vermelho) (Fonte: autor)



Figura 83: Fotografia aérea da área 2 (Fonte: adaptação do autor)



Figura 84: Mapa de uso da área 2 (edificado-preto; infra estruturas-vermelho) (Fonte: autor)



Figura 85: Fotografia aérea da área 3 (fonte: adaptação do autor)



Figura 86: Mapa de uso da área 3 (edificado-preto; infra-estruturas-vermelho) (Fonte: autor)

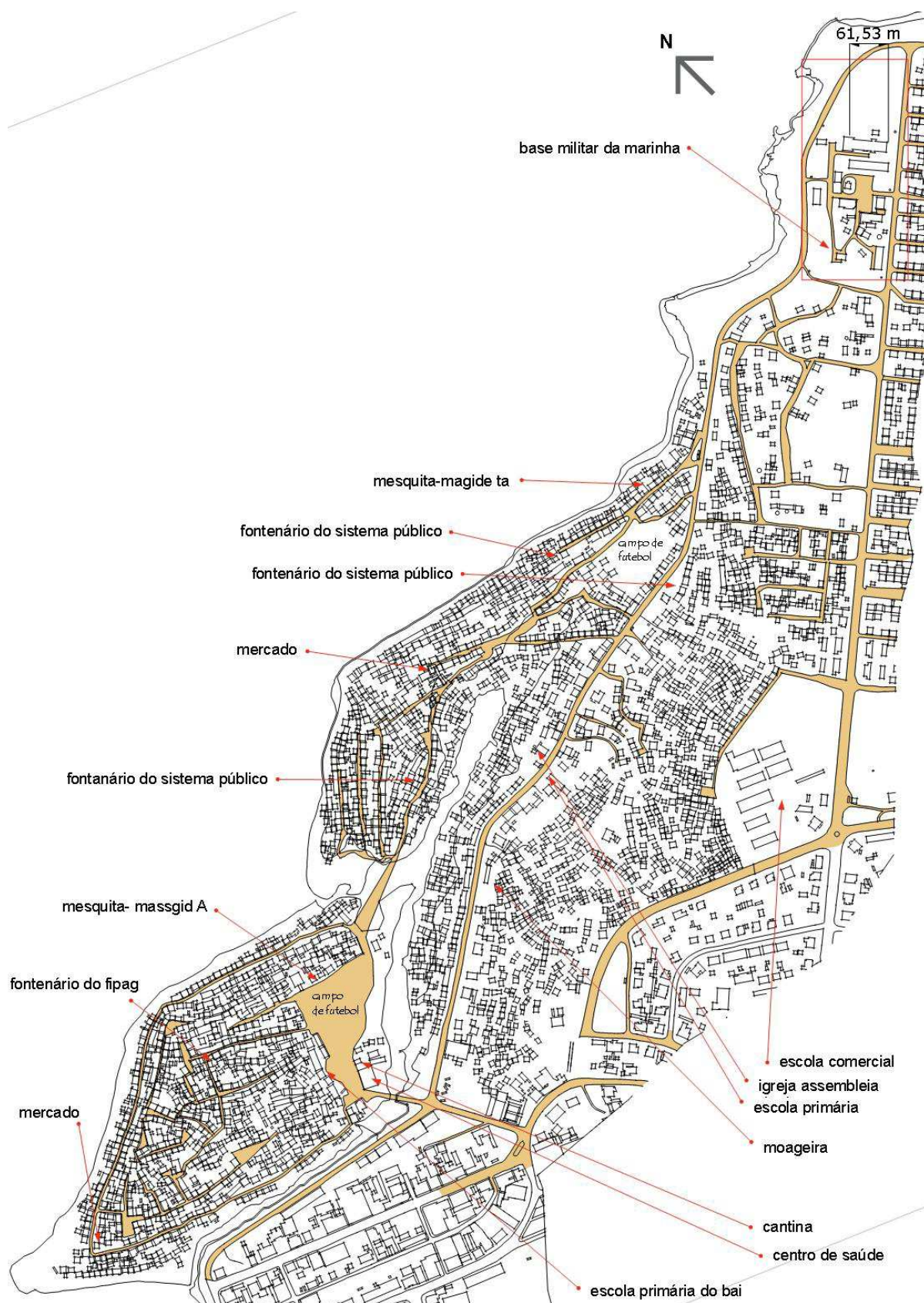


Figura 87: Mapa com a localização dos principais equipamentos existentes (Fonte: autor)

Características do edificado e património

Paquitequete tinha em 2007 cerca de 2.636 construções. O material utilizado na construção é maioritariamente de origem vegetal (caniço, capim, palha, palmeira, colmo, estacas, bambu), terra ou madeira e zinco. Predomina o uso do bambu para a construção das paredes com a técnica do maticado e para a construção dos tectos falsos. São também usados: paus redondos; varas vegetais; macúti ou folhas de palmeira nas coberturas; corda da casca de árvores para amarração; terra argilosa obtida na encosta mais próxima e na língua ou área pantanosa alagadiça junto ao bairro¹³⁰.

Quase todos os edifícios são de um piso. A organização espacial das habitações é característica das casas populares de tipo suaíli, com corredor central que se estende desde a fachada frontal até à fachada posterior. Segundo os moradores, a influência do tipo de habitação predominante vem da Ilha do Ibo, de onde é originária a maioria da população do bairro ou seus antepassados.

Existe algum património construído e ambiental no bairro de Paquitequete. O mais importante e referencial é o farol situado na ponta Cufungu (Ver figura 65), ainda em funcionamento e a mesquita central o maior e o mais importante edifício do bairro.

4.6 Infra-estruturas e equipamentos

Abastecimento de água

Sabe-se que algumas habitações são servidas por água canalizada, mas, na sua maioria, são basicamente abastecidas por fontanários ou através de furos ou de poços que, segundo os moradores, não tem qualidade para consumo. No bairro existe um total de quatro fontanários e outros tantos furos e poços. Os sistemas de abastecimento de água (PSAA) que abastecem os fontanários, foram construídos no âmbito da intervenção do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG). Quando há restrições ao abastecimento de água a população recorre a água dos poços.

Saneamento

O Bairro de Paquitequete está fora da área de serviço da rede de drenagem de qualquer sistema instalado na Cidade de Pemba. Não existe drenagem das águas pluviais a qual está dependente do escoamento superficial que se faz pela infiltração no solo ou por drenagem natural. É conhecido o problema do alto nível freático em alguns locais do bairro mas estudos demonstraram que o problema é residual.

O saneamento é feito por fossas sépticas, latrinas melhoradas e por fecalismo a céu aberto, prática normal e disseminada nas zonas de praia do bairro e de toda a cidade de Pemba, principalmente em povoações costeiras. Segundo estudos anteriores¹³¹ trata-se de uma questão cultural. Alguns moradores recusam as latrinas por impedimentos de ordem cultural, onde membros da mesma família não podem defecar no mesmo lugar (sogro, filho, mãe...) caracterizando esta prática de “vergonhosa” e “insultante”.

¹³⁰ Ver mais informações em: [Http://www.oocities.org/br/historiapemba/](http://www.oocities.org/br/historiapemba/) (acesso em 27 de Setembro de 2012)

¹³¹ Battino (2000)

No bairro de Paquitequete como em outros da cidade de Pemba, existem programas de apoio à construção de latrinas melhoradas, lançados pelo município, em parceria com governo provincial e organizações internacionais e acompanhado de campanhas de promoção do seu uso.

Energia eléctrica e comunicações

O Bairro de Paquitequete apenas em algumas partes possui energia eléctrica doméstica abastecida ao domicílio. A iluminação pública apenas beneficia a Avenida Marginal e alguns pontos do interior do bairro (PA021).

O Bairro possui uma rede de telefone fixo muito restrito. Nos últimos cinco anos beneficiou dos avanços do telefone móvel. No Bairro foram instaladas antenas de duas empresas provedoras, Mcel e Vodacom. Não existem conexões públicas de Internet.

Rede de Estradas e Sistema de Transportes

O Bairro de Paquitequete é atravessado por uma importante via de circulação que liga o porto de Pemba à praia de Wimbe que é a avenida Marginal. É possível circular nas vias interiores do Bairro, em quase 50% do seu traçado, mas em parte considerável da sua extensão foram ocupadas por habitação construída de forma irregular, afunilando as vias, interrompendo mesmo nalguns pontos a circulação viária

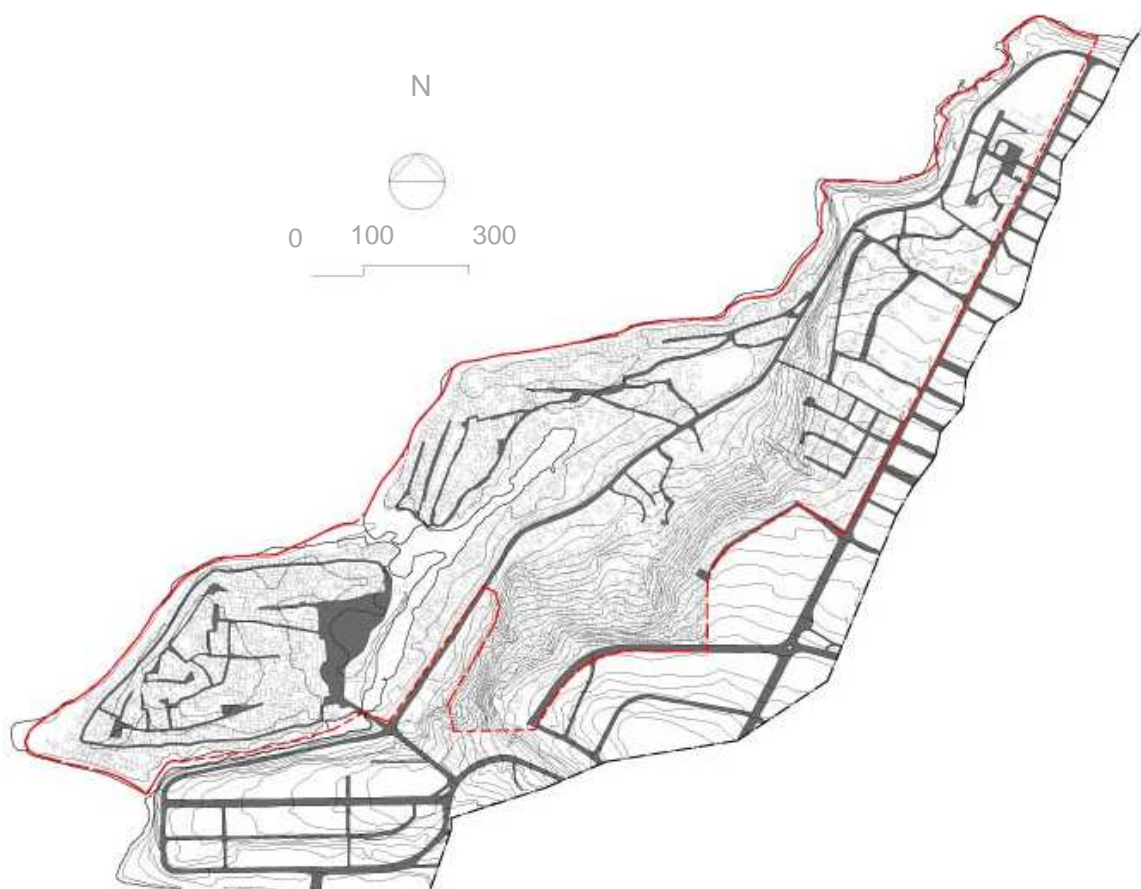


Figura 88: Mapa do traçado viário de Paquitequete (Fonte: autor)

A ligação do bairro de Paquitequete ao resto da cidade é feita através de uma ponte de um lado do bairro e por vias precárias do outro lado que não oferecem nenhuma segurança nem conforto aos utentes. O transporte de bens e de mercadorias pelo bairro é precário dado a condição das vias existentes. Não existe nenhum tipo de transporte colectivo de passageiros.

As três zonas do bairro antes identificadas (figura 73) apresentam características de circulação distintas. Na zona 1, a mais emblemática, cujo único acesso seguro é uma ponte recentemente reabilitada, é possível circular nas vias existentes com qualquer veículo ligeiro motorizado sem grandes problemas. Na zona 2, a circulação é mais condicionada aos automóveis quer pelos impasses quer pelos afunilamentos das vias, apenas os veículos de duas rodas podem circular à vontade. Na zona 3, que se subdivide em duas sub-zonas, numa junto ao quartel e próximo ao bairro de Ingonane em que se pode circular sem nenhuma restrição e noutra, uma área significativa e declivosa onde apenas os peões podem circular.

Quando chove, em todas as vias de Paquitequete se torna mais difícil a circulação quer pela falta de mecanismos de drenagem das águas pluviais quer pela rápida saturação dos solos na absorção da água. O mesmo acontece com a invasão das marés.



89



90

Figura 89: Imagem da enchente na zona baixa de Paquitequete (Fonte: <http://parromacua.blogs>)

Figura 90: Imagem da circulação no interior do bairro (Fonte: autor)

Equipamentos e serviços de saúde, educação e segurança

O Bairro de Paquitequete está incluído na área de saúde próxima ao hospital provincial. É servido por um Centro de saúde, localizado logo à entrada do bairro. Para além de medidas curativas a Unidade sanitária tem também estado a desenvolver medidas profilácticas como é o caso da promoção de um programa de prevenção de malária e a promoção da saúde neonatal e planeamento familiar.

O Bairro de Paquitequete possui apenas duas escolas primárias completas nos seus limites, mas está servido pelo Instituto Industrial e Comercial e pela escola islâmica de ensino secundário que se situam junto ao bairro.

No bairro existe um Posto Policial que funciona em permanência. Não foi possível levantar dados sobre as actividades criminais na zona. A zona aparenta ser calma e sossegada dado que a maioria da população é muçulmana e tem por hábito o não consumo de bebidas alcoólicas. Não se sabe se existe algum policiamento comunitário.



91



92



93



94



95



96

Figura 91: imagem do centro de saúde de Paquitequete (Fonte: autor)

Figura 92: Imagem da preparação da pesca artesanal (Fonte: autor)

Figura 93: Imagem do farol de Paquitequete (Fonte: Autor)

Figura 94: Imagem da mesquita central de Paquitequete (Fonte: Autor)

Figura 95: Imagem de uma habitação típica de Paquitequete (Fonte: Autor)

Figura 96: Imagem da interacção entre os habitantes de Paquitequete (Fonte: autor)

4.7 Diagnóstico SWOT

A partir da análise geral anterior, elaborou-se um quadro síntese do bairro de Paquitequete, tendo em conta as suas Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT) nos temas, ou domínios mais usados em matrizes sobre planeamento urbano

e territorial: 1. integração territorial e ambiental; 2 dimensão física e urbanística; 3. dimensão social 4. Dimensão económica; 5. identidade cultural e patrimonial.

Tabela 11: quadro diagnóstico SWOT sobre o bairro de Paquitequete

1. INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Boa localização geográfica em relação a baía e ao oceano Índico - Bairro emblemático e mítico da cidade de Pemba - Proximidade do mar - Localização fora das ZIT (Zonas de interesse turístico) da cidade de Pemba 	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência na ligação ao resto da cidade (vias degradadas) - Descargas de resíduos, poluição atmosférica, saneamento do meio 		<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de meios de controlo da poluição ambiental (riscos ambientais; riscos de saúde pública e questão da sustentabilidade) - Invasões constantes das marés - Erosão costeira
2. DIMENSÃO FÍSICA E URBANÍSTICA			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Situação topográfica privilegiada em termos de exposição solar e de sistemas de vistas 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevada densidade de ocupação e construção - Existência de espaços desordenados e degradados - Ausência de espaços públicos de qualidade - Articulação deficiente no interior do bairro - Rede de água deficiente - Não há rede de esgotos e muito poucas latrinas (fecalismo a céu aberto) - Não há recolha de lixo urbano - Poluição urbana por acumulação de resíduos sólidos urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitar a Intervenção no bairro vizinho de Ingonane - Existência de organizações internacionais interessadas em financiar programas e projectos em zonas de risco 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevado risco de submersão e derrocadas do edificado - Demolição do aglomerado junto a praia (bastante problemático) - Tendência à construção indiscriminada de habitação não permanente

3. DIMENSÃO SOCIAL			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - População jovem (entre 25 e 40 anos) - Enraizamento cultural da população e tradição de festividade - Existência de algumas instituições associativas e recreativas (pequenos grupos de dança amadores) 	<ul style="list-style-type: none"> - Esperança de vida baixa (doenças endémicas, HIV-SIDA) - Sistema sócio-cultural débil (fechado e pouco propenso á cooperação) - População com baixos níveis de escolaridade 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de programas institucionais e parcerias estrangeiras 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de iniciativa perante programas incentivadores da ocupação da população jovem. -- Grande número de jovens sem formação

4. DIMENSÃO ECONÓMICA			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> -Existência de uma zona de pesca - Proximidade de um porto marítimo - Grandes extensões de praias 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca oferta de trabalho - Pouca formação dos residentes - Falta de iniciativa empresarial - Sector da pesca ainda artesanal - Apropriação lúdica das praias inexistente 	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial a nível do turismo de praia 	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência ao aumento do sector informal e comércio de rua - Dificuldades de inserção dos Jovens no mercado de trabalho

5. IDENTIDADE CULTURAL E PATRIMONIAL			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Património histórico, cultural, natural e marinho 	<ul style="list-style-type: none"> - Carência de espaços para desenvolver e apresentar actividades culturais 		<ul style="list-style-type: none"> - Estigmatização do bairro; imagem negativa do bairro que se reflecte nas oportunidades de emprego

Este quadro visa permitir identificar a melhor opção estratégica para uma intervenção integrada e sustentada em Patiquetete. Ao mesmo tempo que dá conta dos seus valores, da sua história e da sua identidade forte, assinala os seus graves problemas, indicando tratar-se de uma *zona crítica e de risco*. Ressalta a urgência de uma intervenção imediata através de uma *operação de requalificação sócio territorial*.

4.8 Princípios de intervenção e Plano de acção

Princípios de intervenção

“A destruição de um assentamento informal comporta custos sociais muito elevados que em geral, não justificam a operação.” (Bruschi 2004)

“Os Estados deveriam priorizar os seus meios para o fornecimento de infra-estruturas e espaço público, às zonas ou regiões de recursos limitados, com pouco tempo e a fim de satisfazer o maior numero de mal alojados, em vez de esgotarem com ilusórios programas de erradicação, construindo bairros em geral mal localizados deficientemente mal concebidos e pior construídos.” (Nuno Portas 2004¹³²)

As duas frases acima expressam o paradigma de intervenção subjacente à proposta para o bairro de Patiquetete. Devido à história e ao alto grau de especificidade físico-ambiental e sócio cultural do bairro considera-se que o tipo de intervenção mais ajustado será o *melhoramento de tipo progressivo* do tecido existente e a criação de uma zona de expansão loteada (reatalhoamento), nos terrenos militares da Marinha de guerra, com características e padrões residenciais e de serviços urbanos modernos. À luz da legislação moçambicana este tipo de intervenção requer a elaboração de um **Plano Pormenor** ¹³³.

O maior problema do bairro de Paquitequete são as enchentes periódicas devido as marés (figura 100) provocando cheias, que abrangem na sua totalidade quase todas as construções existentes nas zonas baixas.

Sabendo que o problema do *aquecimento global* é uma variável a ter em conta no processo de planeamento e ordenamento do território litoral, prevê-se, mas só a longo prazo, a possibilidade da *remoção total* de toda a construção assente sob areia de praia. Como a subida do nível das águas do mar será gradual, estimado em 3mm ao ano, no pior cenário, o nível das águas do mar atingirá 1,90m ¹³⁴ em 2100.

Assim sendo, considera-se que a intervenção deve ser progressiva, considerando-se intervenções a curto, médio e longo prazo:

- 1ª - curto prazo - resolver os problemas de higiene e saneamento do meio, para melhorar as condições de vida dos actuais habitantes do bairro;
- 2ª - médio prazo - qualificar o tecido urbano, o espaço público e os equipamentos e assegurar a manutenção dos habitantes e o seu direito ao lugar, preservando e valorizando o seu modo de vida e a sua cultura, integrando-a na cidade, na região, no país, no mundo; remover e realojar a população das zonas críticas num processo gradual e faseado;
- 3ª - longo prazo - qualificar o ambiente urbano após a remoção das populações nas áreas críticas.

¹³² Prefácio do livro: Luís Paulo Conde e Sérgio Magalhães, 2004, *Favela-bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, pág. XXIV.

¹³³ Os Planos de Pormenor (PP), “...definem com pormenor a tipologia de ocupação de qualquer área específica do centro urbano, estabelecendo a concepção do espaço urbano dispondo sobre usos do solo e condições gerais de edificações, o traçado das vias de circulação, as características das redes de infra-estruturas e serviços, quer para novas áreas ou para áreas existentes caracterizando as fachadas dos edifícios e arranjos dos espaços livres...” artigo 8 da lei 19/2007.

¹³⁴ Disponível *online* em : <http://www1.ionline.pt/conteudo/36468-subida-do-mar-parte-portugal-pode-desaparecer-ate-ao-final-do-seculo> (acesso em 19 de Setembro de 2012)

Plano de acção

Consideram-se três princípios base de intervenção:

1. Qualificação do bairro de Paquitequete
2. Garantir o direito ao lugar dos seus habitantes
3. Reforçar os laços sociais dos seus habitantes

Tendo em conta a análise e diagnóstico realizado, os princípios e os objectivos de uma intervenção no bairro Paquitequete, consideraram-se cinco eixos estratégicos de intervenção que a seguir se apresentam, os quais se subdividem em várias medidas que se desenvolvem à frente, como base para a elaboração do plano.

EIXO 1	Paquitequete, um bairro limpo e acessível
	Medida 1. Regularizar o problema de saneamento do meio
EIXO 2	Paquitequete, um bairro requalificado e aberto ao exterior
	Medida 1. Requalificar o bairro e assegurar as mobilidades
EIXO 3	Paquitequete, um bairro para todos
	Medida 1. Desenvolver um novo núcleo urbano dentro dos limites do bairro
EIXO 4	Paquitequete, um bairro legal e para sempre
	Medida 1. Regularizar a situação fundiária da zona antiga e da nova ocupação
EIXO 5	Paquitequete, um bairro ecológico
	Medida 1. Requalificar o ambiente urbano

Tabela 12: Quadro síntese do Plano de acção (Fonte:autor)

Faseamento:

- 1ª Fase: Resolver os problemas de higiene e saneamento do meio
2ª Fase: Qualificar o tecido urbano, o espaço público e os equipamentos
3ª Fase: Qualificar o ambiente urbano

Modelo de intervenção:

1. Espaços públicos de desafogo a ventilar e qualificar (balneários, contentores de lixo, fontenários, árvores, bancos, iluminação pública solar)
2. Espaços âncora a qualificar e valorizar (Mesquita, ponte, farol, mercado)
3. Escadas de acesso ao espaço público (incluindo obra de drenagem)
4. Locais que requerem pequenas obras de drenagem
5. Caminhos pedonais existentes a melhorar
6. Vias existentes a melhorar
7. Zona para localização de novos equipamentos (escola primária, espaço verde e campo de jogos)
8. Novas zonas habitacionais (moradias unifamiliares)
9. Via de integração do novo núcleo habitacional à envolvente e à cidade (Av. Marginal)
10. Via de ligação do novo núcleo habitacional à zona consolidada e a zona administrativa (Av. 16 de Junho)
11. Via de ligação da envolvente ao novo núcleo habitacional, aos equipamentos e ao espaço verde
12. Via central pedonal, estruturante do tecido urbano do novo núcleo habitacional (espinha dorsal)
13. Via de ligação da envolvente ao novo núcleo habitacional e ao espaço verde
14. Via de ligação do novo núcleo habitacional ao núcleo antigo
15. Novo espaço verde urbano

16. Zona de praia a qualificar para apropriação lúdica colectiva e turística
17. Qualificação do porto de pesca

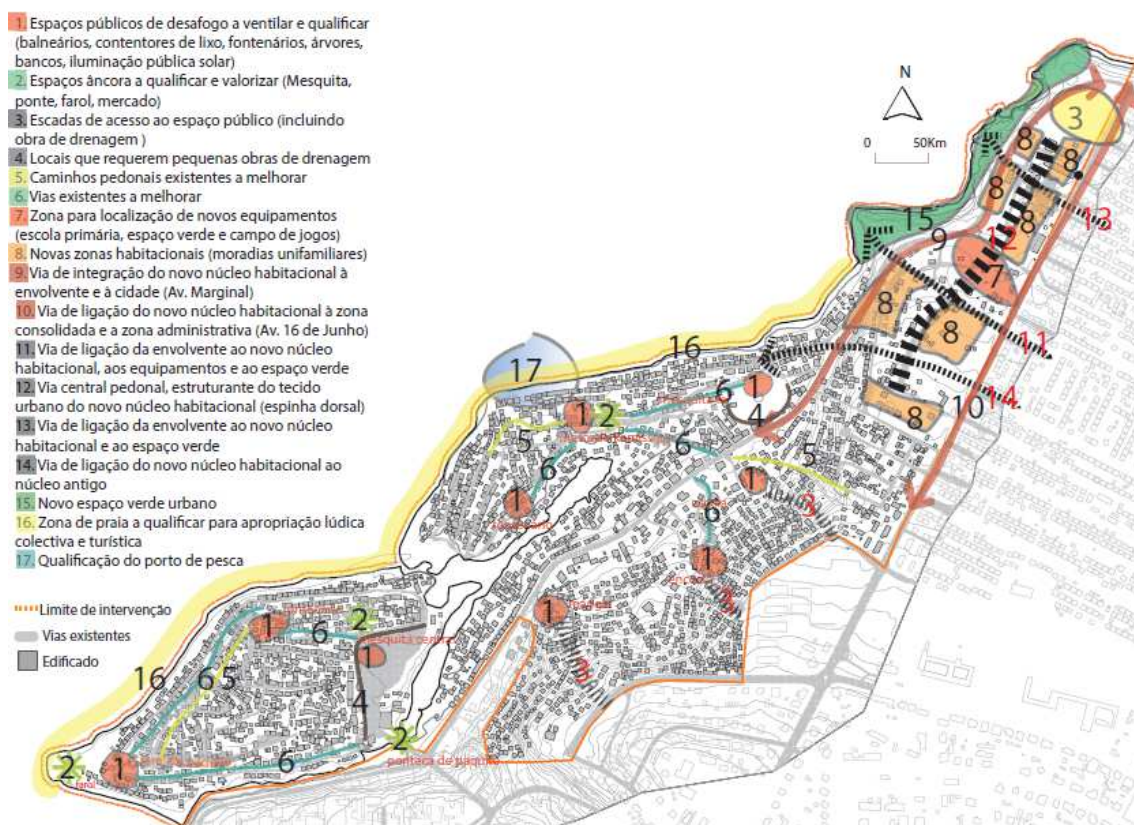


Figura 97. Modelo de intervenção (Fonte: autor)

EIXO 1. Um Bairro limpo e acessível

Medida 1. Regularizar o problema de saneamento do meio do espaço público

Resumo	Esta medida visa a realização imediata de um conjunto de intervenções que contribuam para resolver as grandes dificuldades nos domínios da salubridade e da circulação interna, bem como ultrapassar os obstáculos de ordem social e cultural no uso das latrinas
Objectivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Resolver problemas urgentes do bairro relacionados com a recolha do lixo e os hábitos de usar o lixo como barreira a entrada das águas das marés. 2. Resolver os problemas do fechamento das vias por construções e alargamento e reabertura de alguns troços de ruas para a circulação viária. 3. Resolver a questão do fecalismo a céu aberto nas praias, retomando a iniciativa municipal de construção de sanitários públicos que não surtiu efeito dado que coincidiu com uma fase crítica de falta de água (Batinno 2000). Desta vez a localização dos sanitários terá que coincidir com os locais dos fontenários de modo

	a minimizar o problema do abastecimento de água.
Acções	<ul style="list-style-type: none"> (i) Criar pequenas praças que permitam a entrada dos veículos para a recolha dos resíduos sólidos; (ii) Construir balneários públicos com latrinas melhoradas junto aos fontenários, aproveitando a proximidade da água para as limpezas; (iii) Limpar, iluminar e arborizar as novas praças. A remoção das habitações deverá ser a mínima possível
Faseamento e metodologia	Estas acções serão realizadas na primeira fase, através de uma solução conjunta. Deverá: ver-se até onde é possível a passagem do tractor agrícola de recolha de lixo; criar pequenas praças de depósito dos resíduos sólidos, que permitam as manobras de inversão do sentido de marcha. A remoção das habitações deverá ser a mínima possível. Serão preparados pavimentos para a colocação de contentores de lixo e pavimentos para a construção de balneários públicos com latrinas melhoradas, aproveitando a proximidade da água para as limpezas. Também podem ser latrinas secas se o nível freático não permitir ou o fornecimento contínuo da água não for devidamente garantido. Dentro das praças, deverá prever-se a colocação de <i>outdoors</i> com informação de campanhas visíveis e encontrar parcerias com empresas privadas para a sua publicitação. Dimensionar outros pontos iguais tendo em conta o número de habitantes, a localização e os acessos aos mesmos.
Destinatários	População residente
Vantagens para o bairro	Melhorar a qualidade de vida da população residente. Esta medida, tem implicações relevantes sobre a própria qualidade residencial, uma vez que definirá zonas de desafoço e indirectamente também terá efeitos sobre a segurança dos residentes, quer ao nível do controle da criminalidade quer ao nível da circulação. Nesta fase as intervenções deverão ter sempre como princípio a permanência da população nos seus locais de residência
Parceiros e financiamento	Recursos municipais e parceiros externos

Tabela 13: Quadro síntese do eixo 1 (Fonte:autor)





99



100

Figura 98/99/100. Imagens da proposta da praça pública multifuncional (Fonte: autor)

EIXO 2. Paquitequete, um bairro requalificado e aberto ao exterior

Medida 1. Requalificar e equipar o bairro e assegurar mobilidades

Resumo	Esta medida visa a criação de equipamentos qualificativos para o aglomerado, nomeadamente a nível das escolas primárias e secundárias e para actividades lúdico-desportivas.
Objectivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a capacidade dos equipamentos escolares e criar equipamentos sociais, desportivos e de lazer. 2. Promover condições para a prática de actividades lúdico-desportivas e intercambio entre os residentes e o exterior.
Acções	<ol style="list-style-type: none"> (i) Qualificar e valorizar os espaços âncora (junto à ponte, farol, Mercado e mesquita); (ii) Fazer escadas de acesso nas zonas de grande pendente; (iii) Melhorar drenagem, caminhos pedonais e rede viária;

	(iv) Escolher as melhores localizações para a construção dos equipamentos necessários.
Faseamento e metodologia	Estas acções iniciar-se-ão com escolha das melhores localizações para os equipamentos. O seu dimensionamento será com base nas regras da DGOTDU ¹³⁵ .
Destinatários	População residente e envolvente
Vantagens para o bairro	Aumento do parque escolar e uma maior proximidade dos equipamentos. Adequação das respostas necessárias ao nível dos equipamentos sociais, escolares e recreativos do Bairro. Criação de espaços de interface com a envolvente, abrindo o Bairro ao exterior e contribuindo para a melhoria da sua imagem.
Parceiros e financiamento	Recursos municipais e parcerias públicas/privado

Tabela 14: Quadro síntese do eixo 2 (Fonte:autor)

Tipo	Irradiação	População Base	Critérios de Programação	Critérios de Dimensionamento	Critérios de Localização
EP1 6 a 9 anos	A pé até 1.5 km ou 30min	Mínimo 2.000 habitantes	Regime de funcionamento: manhã	Indicadores de referência: - Área bruta de construção: 8,2m ² /aluno	Proximidade entre a escola e as residências dos alunos
EP2 10 a 14 anos	A pé até 2.2 km ou 45min	Mínimo 3.800 habitantes	Regime de funcionamento: tarde	Indicadores de referência: - Área bruta de construção: 6,2m ² /aluno	

Tabela 15. Critério de dimensionamento da escola primária para o bairro Paquitequete (Fonte: DGOTDU ¹³⁶)

Tipo	Área de Influência	População Base	Critérios de Programação	Critérios de Dimensionamento	Critérios de Localização
Campo de futebol	2 a 3 km a pé	Mínimo 2.500 habitantes	Dotação funcional útil: 2,00 m ² / hab	Dimensão funcional útil ¹³⁷ : 5.000m ²	Próximo do equipamento escolar

¹³⁵ Existem normas em Moçambique para o dimensionamento dos equipamentos públicos, que deveriam ser aplicados neste caso, mas o contexto da tese e a disponibilidade dos mesmos não possibilitaram o seu uso.

¹³⁶ Norma para a programação e caracterização de equipamentos colectivos, DGOTDU, 2002

¹³⁷ Dimensão funcional útil é a superfície delimitada pela prática do jogo, acrescidas das áreas de segurança mínimas necessárias (DGOTDU, 2002)

Pista de atletismo	2 a 4 km a pé	Mínimo 7.500 habitantes	Dotação funcional útil: 0,8 m ² / hab	Dimensão funcional útil: 6.000m ²	
--------------------	---------------	-------------------------	--	--	--

Tabela16. Critérios de dimensionamento dos equipamentos desportivos (Fonte: DGOTDU ¹³⁸)

Tipo	Área de influência	População Base	Critérios de Programação	Critérios de Dimensionamento	Critérios de Localização
Centro comunitário	A nível do bairro	Toda população residente	Impulso ao desenvolvimento da comunidade e dos grupos	Área de construção: 10m ² /pessoa	Ter boa inserção no tecido urbano

Tabela 17. Critérios de dimensionamento do centro comunitário do bairro (Fonte: DGOTDU ¹³⁹)

EIXO 3. Paquetequete, um bairro para todos

Medida 1. Desenvolver um novo núcleo urbano dentro do limite do bairro

Resumo	<p>Esta medida visa a elaboração de um estudo urbanístico que resultará em uma proposta de Plano Pormenor para os actuais limites do bairro e abrangendo todo o bairro mas com características diferentes nas zonas identificadas. O Plano deve propor o redesenho do edificado, espaço público, infra estruturas e equipamentos e garantir a sua adequação à realização de actividades económicas, lúdicas e desportivas.</p> <p>Nas zonas 1 e 2 será privilegiada uma intervenção de requalificação urbana e ambiental. Na zona 3 será feito um projecto de expansão urbana, acompanhado de uma intervenção de requalificação da zona declivosa.</p>
Objectivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar uma proposta urbanística de qualificação do Bairro garantindo a melhoria da qualidade de vida das populações (tornar o sistema viário equilibrado e transitável, reordenar a frente marítima em zonas de risco intermareal e estabelecer as condições de manutenção ou demolição do actual edificado em zonas de risco e em zonas de construção de praças, etc.) 2. Garantir aos moradores qualidade urbanística e qualidade habitacional; (infra-estruturas, zonas de estar e lazer e assegurar o desenvolvimento das actividades económicas no bairro, etc.) 3. O novo loteamento terá 12 ha, sendo um terço afecto aos

¹³⁸ DGOTDU, 2002

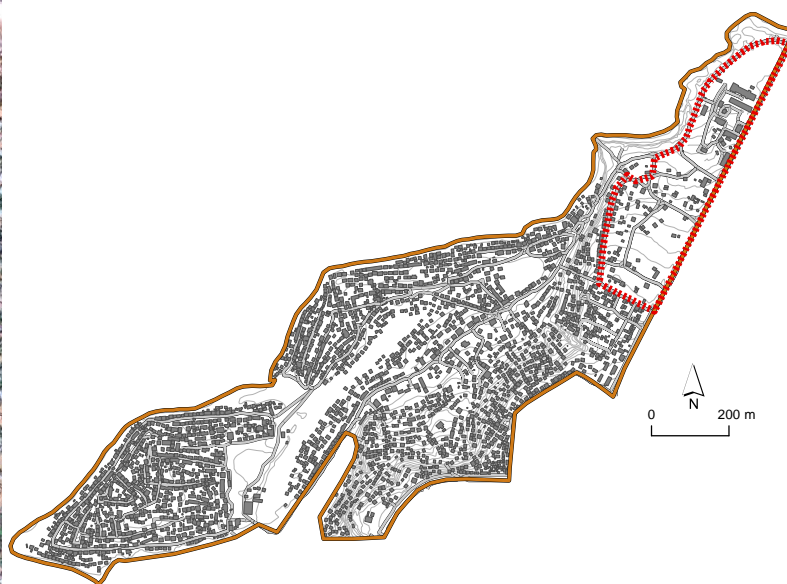
¹³⁹ Ibidem

	<p>equipamentos e espaço verde e a área restante servirá para o reassentamento e regeneração do bairro.</p> <p>4. O lote para habitação terá 20X15 m². Uma área edificável de 9 ha, permitirá a construção de 200 fogos (incluindo as infra estruturas viárias)¹⁴⁰.</p> <p>5. A tipologia habitacional será essencialmente de cariz tradicional, com afastamento seguro entre as construções vizinhas.</p>
Acções	Desenvolver um novo loteamento sobre os terrenos do quartel militar nos padrões e modelos actuais. O novo loteamento terá 12 ha, sendo um terço afecto aos equipamentos e espaço verde e a área restante servirá para o reassentamento e regeneração do bairro. O lote para habitação será em módulos de 20X15 m ² . O espaço terá uma área edificável de 9 ha e permitirá a construção de aproximadamente 200 fogos (incluindo as infra estruturas viárias), em tipologia habitacional essencialmente tradicional
Destinatários	Realojamento de população residente e população de bairros envolventes
Vantagens para o bairro	Ordenamento e requalificação do Bairro, permitindo um incremento substancial na qualidade dos espaços, na sua imagem e inserção na envolvente, na qualidade de vida da população residente, maior segurança e redução do estigma.
Financiamento	Recursos municipais

Tabela 18: Quadro síntese do eixo 3 (Fonte: autor)



101 ■ Limite de zona de intervenção



102

Figura 105: Delimitação da zona militar para expansão do bairro. Área: 12,3 ha (Fonte: adaptação do autor)

Figura 106: Enquadramento do novo loteamento (12,3ha) no bairro (82ha). (Fonte: autor)

¹⁴⁰ Área total de implantação=12ha; área destinada aos equipamentos e espaço público 3ha; área destinada a habitação 9ha; área destinada ao lote 450m² (incluindo os 15% das infra-estruturas viárias); área do lote individual 300 m² (lote de 15X20)



Figura 103.Planta de apresentação final do bairro de Paquitequete (Fonte: autor)

EIXO 4. Paquitequete, um bairro legal e para sempre

Medida 1. Requalificar o ambiente urbano

Resumo	Esta medida visa assegurar a elaboração do cadastro e a regularização dos lotes dos residentes quer para as zonas que se mantiverem quer para as novas zonas a criar. O título de propriedade será atribuído aos talhões em zonas onde os terrenos não representem nenhum perigo. Em zonas de risco de inundação ou de derrocadas umas das formas de controlar e desincentivar novas construções será o não reconhecimento legal da posse de terra.
Objectivos	I. Promover a atribuição de DUAT a todas as famílias residente no bairro o que permitirá aos habitantes entre outras coisas melhorar a sua habitação, o rendimento, a auto-estima e o sentimento de pertença e de comunidade bem como uma maior facilidade e transparência por parte das instituições na arrecadação das receitas futuras
Acções	Elaborar o cadastro geral do bairro de Paquitequete, que permita, nas zonas seguras a população ter acesso ao título de propriedade.
Destinatários	População residente
Vantagens para o bairro	Resolução da questão de legalidade, do direito à cidade e da cidadania
Parceiros e financiamento	Recursos municipais e parceiros externos

Tabela 19: Quadro síntese do eixo 4 (Fonte:autor)



Figura 104. Planta proposta do Cadastro (Fonte: autor)

EIXO 5. Paquitequete, um bairro ecológico

Medida 1. Requalificar o bairro e assegurar as mobilidades

Resumo	Esta medida visa elaboração de um projecto paisagístico e ainda requalificar e ampliar os espaços públicos e fomentar a sua apropriação pela comunidade.
Objectivos	<ol style="list-style-type: none"> I. Revitalizar o uso das praias como local de apropriação lúdica e colectiva. II. Criar espaços públicos de referência – de estar e de circulação - e uma estrutura verde lúdica e contínua III. Fomentar uma consciência ambiental na população.
Acções	Elaborar um Projecto paisagístico, que permita criar espaços públicos de referência e uma estrutura verde lúdica e contínua, revitalizar o uso das praias como local de apropriação lúdica colectiva e reforçar a mobilidade interna pedonal. Fomentar uma consciência ambiental na população essencialmente no uso de latrinas e não a praia. Valorizar os locais de referência histórica e patrimoniais como é o caso da ponteca, do farol de paquite, do mercado de Kamissete e da mesquita central de Paquitequete
Destinatários	População residente
Vantagens para o bairro	Circulação facilitada e qualificação no uso dos espaços públicos, quer por parte da população residente, quer por parte da população visitante. Vivência e segurança no uso do espaço público urbano.
Parceiros e financiamento	Recursos municipais e parceiros externos

Tabela 20: Quadro síntese do eixo 5 (Fonte: autor)

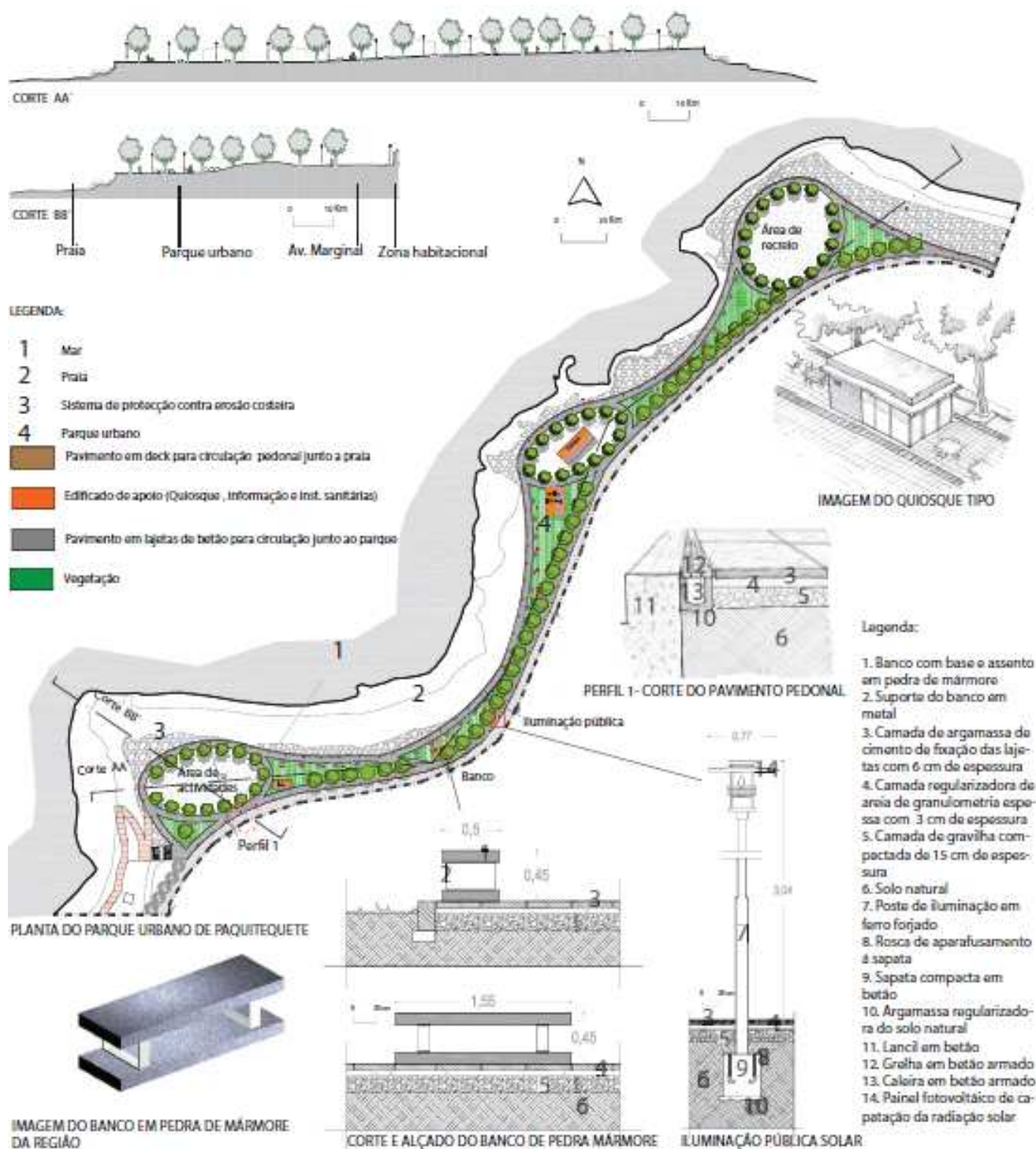


Figura 109: Planta do Pormenor do Parque urbano e do mobiliário urbano tipo (Fonte: autor)

Conclusão

A maioria das cidades em Moçambique são de origem colonial e foram dimensionadas para os colonos. Com a independência as cidades expandiram-se com a população vinda do campo ou das zonas mais periféricas, situação que se acentuou com a guerra civil. As infra-estruturas deixadas pelos colonos tornaram-se insuficientes e deterioraram-se. Apesar do fim da guerra as pessoas continuaram a chegar às cidades; agora à procura de melhores condições de vida. A maior parte foi para as cidades mais próximas do seu lugar de residência, de média dimensão, com estrutura de acolhimento, como foi o caso de Pemba a cidade capital da província de Cabo Delgado.

Com a independência, a terra em Moçambique é nacionalizada e é consagrado o direito à habitação para todos. Contudo as instituições não têm recursos suficientes para resolver os problemas inerentes à acelerada expansão urbana agravando-se os problemas ambientais e deteriorando-se a qualidade de vida urbana.

As cidades médias constituem a maioria dos aglomerados urbanos existentes no país. A existência de recursos materiais e humanos competentes é uma condição *sine qua non* para se desenvolver uma boa gestão do território. Esta está também dependente de se terem em conta as pessoas residentes que têm identidade e anseios aos quais o planeamento deve responder, através de negociação, informação e cooperação.

Em Moçambique as leis actualmente existem e os técnicos também. Falta a coordenação entre as diversas instituições que intervêm sobre o território. As administrações locais embora possam não dispor de todos os técnicos necessários, podem trabalhar com técnicos de outras instituições públicas ou com consultores externos, desde que a nível local, tenham a capacidade de definir claramente os objectivos.

A pequena experiência em um gabinete técnico de um município de média dimensão em Moçambique, Pemba, alertou para a questão das prioridades e dos recursos. O bairro de Paquitequete é um dos exemplos típicos destas carências: não é prioritário porque não há recursos suficientes nem tem condições de os gerar. É mais fácil para os municípios promover novas zonas de expansão que podem gerar algum rendimento na venda dos talhões. As ocupações desordenadas resultam de falta de monitorização adequada, em parte devido a escassez de recursos financeiros, mas principalmente por falta de técnicos capazes e qualificados em permanência nos sectores adequados nas instituições de gestão local. É difícil promover projectos grandes e dispendiosos devido às várias limitações conhecidas. Todavia é nas intervenções de pequena escala e a nível do bairro que deve ser colocado o foco do planeamento e ordenamento das cidades médias moçambicanas e aí se podem incorporar soluções participadas, sustentáveis e inovadoras que respondam às necessidades das comunidades.

Este trabalho partiu de uma reflexão sobre o sistema de planeamento em Moçambique, em particular sobre os instrumentos de planeamento utilizados nas cidades médias e nas suas zonas suburbanas, abordando casos concretos de experiencias distintas de planeamento em aglomerados urbanos de média dimensão, como Manica e Nacala. Procedeu posteriormente à caracterização de uma cidade

média, Pemba, analisando os instrumentos de planeamento aí implementados, para enquadrar a qualificação de um dos seus bairros suburbanos, Paquitequete, escolhido pelo seu valor patrimonial e pela sua situação crítica. A produção de um instrumento de planeamento para este bairro assumiu o contorno de um Plano Pormenor para uma zona problemática de uma cidade média moçambicana.

Paquitequete é uma zona condicionada e os recursos municipais são limitados para o projecto proposto. Considera-se que esta situação pode-se inverter buscando parcerias financeiras com instituições internacionais e desactivando zonas de risco e reservas territoriais em fim de uso, como é o caso da frente costeira e do quartel militar da Marinha de Guerra.

A metodologia seguida para pensar a intervenção em Paquitequete parte da definição de princípios de intervenção e do desenho de um Plano de acção faseado - assente em eixos estratégicos de intervenção, medidas e acções, seus objectivos, seus beneficiários, incluindo a identificação de possíveis responsáveis e de possíveis recursos financeiros -, o qual deveria ser discutido e consensualizado com os parceiros implicados caso o projecto académico se viesse a implementar. Esta metodologia traçada a partir de experiências já ocorridas em Moçambique e em outras situações de características idênticas pode ser replicada em outras zonas não urbanizadas de crescimento excessivo, de alto risco, insustentáveis e com falta de qualidade urbana e ambiental.

Bibliografia:

BRUSCHI, Sandro, 1997, *Planificar as cidades: por que razão e para quem*, Maputo, Edição FAPF, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane.

BRUSCHI, Sandro, CARRILHO, Júlio, LAGE, Luís, 2005, *Pemba as duas cidades*, Maputo, Edição FAPF, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane.

BATTINO, Liana, Setembro 1989, *Cidade de Nacala, evolução e implementação do seu Plano Director*, Maputo, Instituto Nacional de Planeamento Físico.

BATTINO, Liana, 2000, *Estudo para o planeamento da cidade de Pemba*, PADEM

BATTINO, Liana, 2001, *Método 1 para actualização de planta cadastral*, PADEM.

BATTINO, Liana, 2001, *Método 2 para elaboração de planta cadastral*, PADEM.

BATTINO, Liana, 2001, *Método 3 para levantamentos físicos expeditos*, PADEM.

BATTINO, Liana, 2001, *Proposta de programa de Acção para 5 municípios*, PADEM.

BATTINO, Liana, 2002, *Termos de referência para a preparação de planos de urbanização para o município do Monapo*, Conselho Municipal de Monapo/GTZ.

BATTINO, Liana, 2005, *Guião técnico de sistema faseado de planeamento físico*.

BATTINO, Liana, 2005, *Plano de urbanização de Mandlakazi*.

BATTINO, Liana, 2009, *Termos de referência para a revisão do Plano Director*, Nacala.

BATTINO, Liana, 2009, Apresentação em seminário da Revisão do Plano Director, Nacala.

BATTINO, Liana, 2009, *Diagnóstico rápido e programa de acção sobre o ordenamento territorial nos municípios*, DRPA.

BATTINO, Liana, 2009, DRPA, *Programa de Acção para o ordenamento territorial de Mocuba*, 2009.

BATTINO, Liana, 2009, Programa de Acção para o ordenamento territorial De Montepuez, DRPA.

CORREIA, Paulo V.D., 2002, *Política de Solos no Planeamento Municipal*, Lisboa, 2ª edição, FCG.

DIAMANDE, Mamadou, 2001, *Profil social et réurbanisation en Afrique. Sokoura, une experience ivoirienne*, 1ª edição, Paris, L'Harmattan.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; NEVES, Olga Iglésia, 2006, *Moçambique 1875/1975. Cidades, territórios e arquitecturas*, Lisboa, mais imagem.

FERRÃO, João, 2002, *As Regiões Metropolitanas Portuguesas – no contexto ibérico*, Lisboa, 1ª Edição, DGOTDU.

FORJAZ, José, 2005, “Uma estratégia para o melhoramento e a reabilitação dos *slums* em Moçambique”, *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da UTL*, 5, Cidades Africanas, 92-97.

FORJAZ, José, 2004, *Entre O Adobe e o Aço Inox*, Lisboa, 1ª edição, Caminho Editora.

FORJAZ, José, 2004, “The shelter problems in Sub-Saharan Africa”, José Forjaz Arquitectos.

FORJAZ, José, et all, 2006, *Moçambique - Melhoramento dos assentamentos informais, análise da situação e proposta de estratégias de intervenção*, Maputo, Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat, Universidade Eduardo Mondlane.

HENRIQUES, Cristina, 2008, *Maputo - Cinco Décadas de mudança Territorial*, Lisboa, Cooperação Portuguesa-IPAD.

INE, *Estatística do distrito, cidade de Pemba*, 2008, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.

LAMAS, J.M.R. Garcia, 2007, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 4ª edição, Porto, FCG.

LYNCH, Kevin, 2007, *A Boa Forma da Cidade* (original Massachusetts Institute of Technology 1981), tradução edições 70, Lisboa.

MEDEIROS, Isabel, 2007, “Tendências recentes da urbanização na África do Sul do Sahara: Notas de leitura”, *Finistera*, XLI, 81, pp. 191 - 203.

OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel, 2007, *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa, Edições colibri.

RAPOSO, Isabel, 2010, “Explosão urbana em África”, in *JANUS 2010, Meio século de independências africanas*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal Público, pp. 190-191.

RAPOSO, Isabel, 2007, “Instrumentos e práticas de planeamento e gestão das áreas peri-urbanas em Luanda e Maputo”, in OPPENHEIMER e RAPOSO (coords.), *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa, Colibri, pp. 213-234.

RAPOSO, Isabel, 2007, « Décentralisation, acteurs et plans d'aménagement de quartiers périurbains à Maputo », in Laurent FOURCHARD (dir.), *Gouverner les villes d'Afrique. État, gouvernement local et acteurs privés*, Paris, Kharthala/CEAN, pp. 53-68.

RAPOSO, Isabel; MORAIS, João Sousa, 2005, “Da cidade colonial às novas urbes africanas: notas exploratórias”, *UR nº5, Cidade africanas*, FAUTL.

PÉREZ, Rosario; Pérez, Ramón, 2008, *Analyzing Urban Poverty, GIS for developing World*, California, ESRI Press.

CONDE, Luís Paulo; MAGALHÃES, Sérgio, 2004, *Favela- bairro: uma outra história da cidade de rio do Janeiro*, Rio de Janeiro, *viver cidades*.

SILVA, Jorge; CABRAL, João, 1996, *Guia para elaboração de Planos estratégicos de cidades médias*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

SILVA, Jorge, 1994, November, *guideline for the realization of strategic development plans in medium-size cities*, Lisboa, Oficina de Arquitectura.

SILVA, Vanda, 2005, "Intervenção inovadora em Manica: projecto-piloto de ordenamento participativo sustentável de assentamentos informais em Moçambique", *UR Nº5, Cidade africanas*, FAUTL.

UN-HABITAT, 2007, *Relatório sobre o Perfil do Sector Urbano em Moçambique*, Maputo, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, UN-HABITAT.

Legislação portuguesa:

Lei nº 48/98 de 11 de Agosto, *Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo*, Diário da República — I série-A, nº184 — 11-8-1998

Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de 9 de 1999, *Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial*, Diário da República nº 222/99 -série I-A de 1999-09-22

Legislação moçambicana:

Lei nº 19/2007 de 18 de Julho. *Lei de Ordenamento do Território*, publicada na 1ª série do b.r. nº 29 de 18 de Julho de 2007.

Lei nº 8/2003 de 19 de Maio. *Estabelece princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de província, distrito, posto administrativo e de localidade*, publicada na 1ª série do b.r. nº 20 de 19 de Maio de 2003.

Lei 10/97, de 31 de Maio. *Cria municípios de cidades e vilas em algumas circunscrições territoriais*, publicada na 1ª série, b.r. nº 22., 31 de Maio de 1997.

Lei n.º 2/97 de 18 de Fevereiro de 1997. *Aprova o quadro jurídico para implementação das autarquias locais*, publicada na 1ª série do b.r. nº 7 de 18 de Fevereiro de 1997.

Lei n.º 7/97 de 31 de Maio de 1997. *Estabelece o regime jurídico da tutela administrativa do Estado a que estão sujeitas as autarquias locais*, publicada na 1ª série do b.r. nº 22 de 31 de Maio de 1997.

Lei n.º 11/97 de 31 de Maio de 1997. *Define e estabelece o regime jurídico-legal das finanças e do património das autarquias*, publicada na 1ª série do b.r. nº 22 de 31 de Maio de 1997.

Lei 3/2008, de 2 de Maio. *Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado*, - publicada na 1ª série do b.r. nº 18 de 30 de abril de 2008.

Lei nº 19/97, de 1 de Outubro. *Lei de Terras*, publicada na 1ª série do b.r. nº 40 de 7 de Outubro de 1997.

Decreto nº 23/2008 de 1 de Julho. *Aprova o Regulamento da Lei de Ordenamento do Território*, publicada na 1ª série do b.r. nº 26 de 1 de Julho de 2008.

Decreto nº 33/2006 de 30 de Agosto de 2007. *Estabelece o quadro de transferência de funções e competências dos órgãos do Estado para as autarquias Locais*, publicada na 1ª série do b.r. nº 35 de 30 de agosto de 2007.

Decreto nº 60/2006 de 26 de Dezembro, *Aprova o Regulamento do Solo Urbano*, publicada na 1ª série do b.r. nº 51 de 26 de Dezembro de 2006.

Páginas online:

Atneia, Base de dados da legislação publicada no Boletim da Republica de Moçambique, I Série, a partir de 25 de Junho de 1975, disponível *online* em: <http://www.atneia.com> (acesso em 27 de Setembro de 2012)

CODESRIA, Dezembro 2011, *África e os desafios do século XXI*, disponível *online* em: <http://www.codesria.org/spip.php?article1321&lang=pt> (acesso em 25 de Junho de 2012)

DGOTDU, Maio 2008, *Proposta de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial*, disponível *online* em: <http://pt.scribd.com/doc/16632985/15/DENSIDADE-HABITACIONAL-Ficha-n%C2%BA16> (acesso em 14 Outubro 2012)

Forjaz, José, 2006, *Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção*, 2006, DINAPOT/CEDH, Maputo, disponível *online* em: http://www.unhabitat.org/downloads/docs/4399_50963_CWS%20in%20portuguese.pdf (acesso em 15 de Outubro 2012)

INE, *Censo de 1997*, disponível *online* em: http://196.22.54.18/censo2007/c8097/censos_dir/recenseamento_geral (acesso em 12 de Setembro de 2012).

INE, 1997, *IIRPGPH*, disponível *online* em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/links/institui/> (acesso em 12 de Setembro de 2012)

Lopes, Diva Maria Ferlin, Wendel Henrique, *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*, disponível *online* em: <http://www.redbcm.com.br> (acesso em 24 de Abril 2012)

Millennium Challenge Account Mozambique, Janeiro 2012, *Processo de Registo de Terras para Ocupantes de Boa-fé*, Maputo, disponível *online* em: <http://www.mca.gov.mz/m/index.php/pt/> (acesso em 27 de Setembro de 2012)

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, disponível *online* em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/ogover/orgaos_locais/autarquias/ (acesso em 10 de Setembro de 2012)

Mapa de Moçambique, disponível *online* em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_cidades_de_Mo%C3%A7ambique (acesso em 10 de Outubro de 2012)

Lista de cidades de Moçambique, disponível *online* em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/anexo:lista_de_cidades_de_mo%C3%A7ambique (acesso em 24 de Setembro de 2012)

World Bank, 2009, *Desenvolvimento municipal em Moçambique: as lições da primeira década*, disponível *online* em:

<http://siteresources.worldbank.org/INTMOZAMBIQUE/Resources/MunicipalPort.pdf> (acesso em 12 de Outubro de 2012)

Zonas de interesse turístico, disponível *online* em:

http://www.plmj.com/xms/files/Guias_Investimento/2012/Guia_de_Investimento_em_Moambique_final.pdf (acesso em 20 de Setembro de 2012)

<http://www1.ionline.pt/conteudo/36468-subida-do-mar-parte-portugal-pode-desaparecer-ate-ao-final-do-seculo>

<Http://www.oocities.org/br/historiapemba/>

<http://www.engenhariacivil.com/dicionario/>

<http://pt.wikipedia.org>